

ASSOCIAÇÃO CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO

85 ANOS

Patrimônio da história da comunidade judaica e da cidade de São Paulo



ASSOCIAÇÃO CEMITÉRIO
ISRAELITA DE SÃO PAULO

85 ANOS





ASSOCIAÇÃO
CEMITÉRIO ISRAELITA
DE SÃO PAULO
85 ANOS

Patrimônio da história da comunidade
judaica e da cidade de São Paulo

Monica Musatti Cytrynowicz
Roney Cytrynowicz



narrativa.um

São Paulo, novembro de 2008

Associação Cemitério Israelita de São Paulo

DIRETORIA 2008-2010

José Meiches – presidente
Artur Bielawski – vice-presidente
Marcos Karniol – vice-presidente
Rubens I. Muszkat – vice-presidente
Jayme Melsohn – 1º secretário
Hélio Zylberstajn – 2º secretário
Luiz Gornstein – 1º tesoureiro
Leivi Abuleac – 2º tesoureiro
David Klüger – diretor de patrimônio
Milton Kochen – vice-diretor de patrimônio

COMISSÃO EDITORIAL

Jayme Melsohn – coordenador
Celso Lafer
José Meiches
Marcos Karniol
Moisés Mirocznik
Oscar Nimitz
Rubens Muszkat

Associação Cemitério Israelita de São Paulo

Rua Prates, 435 – Bom Retiro – São Paulo – SP
www.chevrakadisha.org.br

SUMÁRIO

Prefácio – José Meiches 7

CAPÍTULO 1

A “colônia israelita” se organiza em 1915 para ter um cemitério 11

CAPÍTULO 2

A fundação da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo em 1923 25

CAPÍTULO 3

A discussão sobre a “kehilá” e os anos da Segunda Guerra Mundial 43

CAPÍTULO 4

Os anos do pós-guerra 53

CAPÍTULO 5

Diversidades e padrões de sepulturas nos cemitérios judaicos 61

CAPÍTULO 6

Butantã: um novo cemitério e a inauguração da nova sede 71

CAPÍTULO 7

A compra do Cemitério do Embu em 1963 e a ampliação do Butantã 85

CAPÍTULO 8

Quatro histórias e a diversidade de trajetórias comunitárias 93

CAPÍTULO 9

O monumento em memória às vítimas do nazismo 105

CAPÍTULO 10

Ampliação da sede em 1980 e a inauguração do Cemitério do Embu 111

Diretorias 1923-2007 119

Notas de Pesquisa 122

Fontes de Pesquisa e Bibliografia 125

Créditos de Imagem 128

Projeto e Realização

Narrativa Um – Projetos e Pesquisas de História

Pesquisa histórica, pesquisa iconográfica, redação e edição

Monica Musatti Cytrynowicz

Roney Cytrynowicz

Design gráfico e editoração eletrônica

Ricardo Assis

Ana Paula Fujita

Grazielle Gomes da Veiga

Negrito Produção Editorial

www.negritodesign.com.br

Fotografias atuais

Benjamin Steiner

Revisão

Mariangela Paganini

Agradecimento

Paula Janovitch



narrativa-um

Editora Narrativa Um – Projetos e Pesquisas de História

www.narrativaum.com.br

editora@narrativaum.com.br

PREFÁCIO

A Associação Cemitério Israelita de São Paulo (ACISP) – Chevra Kadisha, constituída em 1923 para administrar o Cemitério da Vila Mariana, inaugurado em 1920 e primeiro campo-santo judaico de São Paulo, tem sido, desde a sua criação, um pilar básico da comunidade judaica paulista. Um fundamento do seu presente e do seu futuro, preservando a memória e celebrando a vida, base de todas as ações humanas.

A ACISP é a entidade que atende a todos os membros da comunidade, independentemente de sua situação econômica e social, cumprindo um dever que as nossas tradições, nossas Escrituras e documentos de tempos imemoriais estabeleceram: o sepultamento em território judaico, servindo de última morada aos integrantes da comunidade e a seus familiares.

Além de cumprir sua função precípua, a ACISP provê, na medida do possível, recursos para outras instituições da comunidade, sejam educacionais, de assistência social ou amparo e instituições religiosas, prática que se tornou uma tradição da entidade desde os anos 1930 e que tem colocado a ACISP no centro da comunidade e dos debates sobre as formas de sua organização. Assim, a relação de cada um com a entidade envolve uma dimensão pessoal e também uma esfera de compromisso comunitário.

Uma das características marcantes da trajetória da Associação Cemitério é

a manutenção de uma diretoria laica e o respeito às diversas correntes do judaísmo, o que tem permitido efetivamente a manutenção de uma única Associação Cemitério que administra todos os cemitérios judaicos em São Paulo. Este modelo de gestão e de atuação implica em um exercício diário de pluralidade e de conciliação de diferenças. Neste sentido, a história da ACISP é um espelho da vida comunitária e de suas transformações históricas, incluindo as próprias formas de pensar a identidade e a pertinência judaicas.

Segundo o nosso entendimento, o respeito à memória dos que se foram começa a ser preparado em vida. Não se deve esperar o desenlace para então pensar neste fato, a extinção, que é algo absolutamente normal para todos. Essa conscientização judaica sobre a continuidade e a permanência foi sempre comentada por rabinos e estudiosos, desde a preparação do patriarca Abrão para o sepultamento de Sara.

A Associação Cemitério mantém quatro cemitérios: Vila Mariana, Butantã, Embu e Cubatão. Cada um deles representa uma etapa na história da inserção da comunidade judaica em São Paulo. Este livro conta a trajetória da nossa entidade desde a primeira iniciativa, em 1915, de constituir em São Paulo um cemitério judaico e mostra, em cada período, como a ACISP tem estado não apenas no centro da vida comunitária judaica em São Paulo, mas também plenamente inserida na sociedade maior.



JOSÉ MEICHES, ATUAL
PRESIDENTE DA ACISP.

O percurso da entidade e de seus cemitérios é, conforme a pesquisa deste livro, parte da história da cidade e do país, desde as primeiras décadas do século 20, dos debates sobre o Regime Republicano no início do século à legislação e ao imaginário sobre os cemitérios, dos padrões tumulares à escolha de locais para cemitérios de acordo com a própria evolução urbana da cidade. E, neste sentido, os cemitérios judaicos são também um patrimônio histórico e um testemunho significativo da história da cidade de São Paulo.

Perpetuando a memória e celebrando a vida, os cemitérios se tornam uma âncora de permanência, criando sólidos elos de identidade que garantem a nossa passagem, como pessoas e como comunidade, entre passado, presente e futuro.

Ao cumprir 85 anos de existência, a ACISP deseja que esta obra marque o empenho de seus atuais dirigentes em lhe dar uma continuidade para o futuro, honrando sempre o que foi realizado até aqui para a comunidade judaica de São Paulo.

JOSÉ MEICHES

Presidente da Associação Cemitério Israelita de São Paulo

CAPÍTULO 1

A COLÔNIA ISRAELITA SE ORGANIZA EM 1915 PARA TER UM CEMITÉRIO





A história da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo (atual Associação Cemitério Israelita de São Paulo) começa no ano de 1915, quando um grupo de 109 integrantes da comunidade judaica – ou “colônia israelita”, como se dizia à época – encaminhou um abaixo-assinado solicitando uma licença ao prefeito Washington Luis para a abertura de um cemitério israelita na cidade de São Paulo. A principal motivação dos signatários advinha do fato de que nos cemitérios municipais existentes, embora houvesse liberdade de rito, os jazigos perpétuos eram em número muito limitado. Conforme os requerentes justificavam: “*Pelos ritos e tradições da nossa religião, os despojos dos mortos uma vez sepultados não devem e não podem ser tocados, de modo que toda sepultura de um israelita deve ser perpétua, para que em tempo algum possa ser revolvido o lugar, retirados os ossos, ou nella ser feito outro enterramento*”.¹

Se a motivação imediata do abaixo-assinado era garantir que as sepulturas fossem perpétuas, conforme a tradição e o código religioso judaico, a mobilização de 109 integrantes da “colônia israelita” evidencia o momento em que uma comunidade judaica começa a se organizar na cidade de São Paulo, com a preocupação de formar instituições que abarcassem suas necessidades como grupo, entre elas o sepultamento e o ritual funerário segundo as próprias tradições.

A imigração judaica para São Paulo começou a se processar de forma sistemática a partir da década de 1910 e especialmente nos anos da Primeira Guerra

Mundial (1914-1918).² Eram judeus oriundos principalmente da Europa Oriental: Polônia, Rússia, Romênia, Hungria, Ucrânia, Estônia, Lituânia e Bessarábia. Em 1912 foi fundada a primeira sinagoga na cidade, a *Kahalat Israel* (Comunidade de Israel) na Rua da Graça, no bairro do Bom Retiro. Em 1915 foi criada a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas e em 1916 foi estabelecida a Sociedade Beneficente Amigo dos Pobres Ezra, que foi até os anos 1940 a principal entidade assistencial dos imigrantes e seus descendentes. As Damas Israelitas tinham como perspectiva principal do seu trabalho, além da benemerência em geral, atender as mulheres grávidas e providenciar sua internação hospitalar para o parto. A Ezra responsabilizava-se por todo o processo de absorção dos recém-chegados sem recursos, que eram a grande maioria, cuidando da documentação legal, de escrever e enviar as cartas de chamada, dos primeiros dias de hospedagem em um abrigo e em várias pensões do Bom Retiro, procurar trabalho, oferecer um curso profissional, ensinar português, ou seja, todas as etapas que significavam a preparação do imigrante para ganhar autonomia no Novo Mundo. Depois, a Ezra auxiliava os que, passado este primeiro período de inserção social, ainda precisassem de amparo.³

A população de judeus na cidade de São Paulo se tornou significativa entre os anos finais da Primeira Guerra Mundial e o início da década de 20, devido às restrições à imigração judaica para Estados Unidos, Canadá e Argentina, o que tornou o Brasil um destino viável e atraente. Até o ano de 1914 havia algumas poucas centenas de judeus na capital paulista. Segun-

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: TRABALHADORES PREPARAM O TERRENO PARA A INSTALAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DA VILA MARIANA, AO LADO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DA VILA MARIANA, DÉCADA DE 1910. PÁGINA AO LADO: PORTÃO DE ENTRADA DO CEMITÉRIO DA VILA MARIANA, EM FOTO ATUAL.

do as estatísticas ponderadas pelo historiador Jeffrey Lesser, no período entre 1915 e 1920 imigraram ao Brasil dois mil judeus e entre 1921 e 1925 entraram no país 7.139 judeus, a maioria da Europa Oriental e Central, mas também do Oriente Médio, principalmente Líbano e Síria.⁴

A solicitação para construir um cemitério em 1915 expressava, portanto, os anseios de um grupo imigrante que estava começando a dar os primeiros passos para se constituir como comunidade, sendo o cemitério um alicerce principal. A construção de um cemitério materializava os anseios de viver em definitivo no país de imigração, no Novo Mundo, que passaria a ser a moradia definitiva dos vivos e dos mortos, local onde sua memória seria mantida e perpetuada e onde seria construída uma nova história. Imigrantes judeus falecidos antes do estabelecimento do cemitério judaico haviam sido sepultados nos cemitérios da Consolação, dos Protestantes e Araçá em

um período no qual – antes da década de 1910 – não se pode falar em uma comunidade judaica organizada na capital paulista.⁵ Também houve sepultamentos nos cemitérios do Redentor e São Paulo.

A sugestão e a escolha do local para a instalação do cemitério israelita justificaram-se pela possibilidade de doação de um terreno contíguo a um cemitério municipal já existente, o que facilitava muito as chances de ser aprovado. O Cemitério Municipal da Vila Mariana foi construído em 1904 e seguiu uma tendência de construir cemitérios em vários bairros da cidade (ver box à pág. 20).⁶

OS PRIMEIROS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Os primeiros cemitérios públicos e laicos começaram a ser construídos, em São Paulo, a partir da segunda metade do século 19, mesmo antes de se tornarem uma obrigação instaurada pelo regime re-

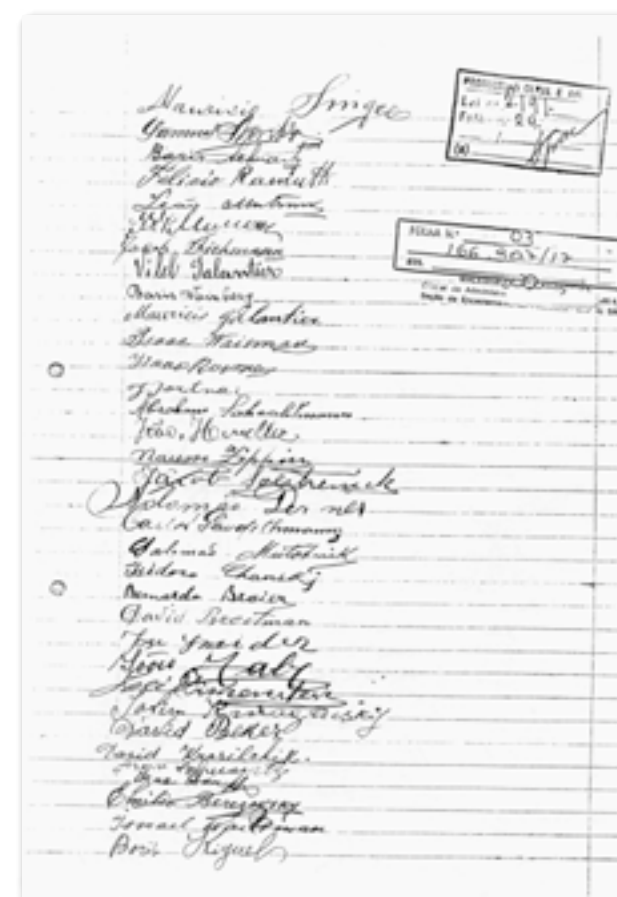
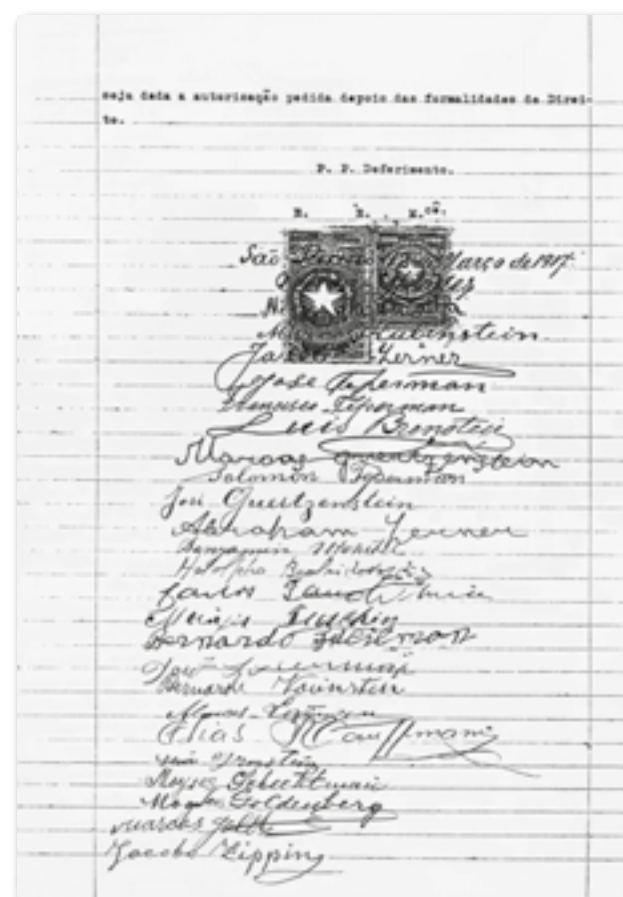
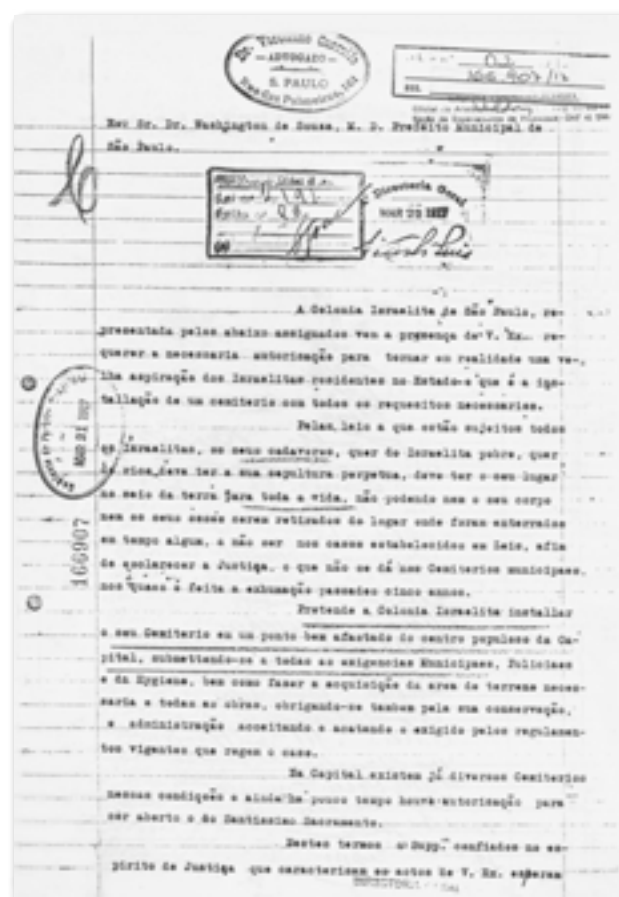
publicano. Em 1801, uma Carta Régia passou a regulamentar e exigir que os sepultamentos se fizessem fora das igrejas, como era costume até esta época, e os cemitérios deveriam ser construídos distantes do centro da cidade. Em 1828 um regulamento obrigou as Câmaras Municipais a erguer cemitérios e a chegada de imigrantes protestantes – ingleses e alemães – em maior número aumentou a pressão pela abertura de cemitérios públicos na cidade.

Data de 1842 o primeiro pedido na cidade para um cemitério não-católico, o Cemitério dos Alemães (e, ao lado, o Cemitério dos Protestantes), que começou a funcionar em 1851, reivindicação que se tornou mais expressiva após a morte do professor protestante Julio Frank, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e que foi enterrado na própria faculdade. Segundo registro da Associação Cemitério dos Protestantes: “Este primeiro cemitério localizava-se na Rua São Caetano, com frente para o Campo da Luz, porém

logo após sua instalação, em fins de 1855, o terreno foi desapropriado para abertura da Av. Tiradentes. Em compensação foi cedida uma área do novo Cemitério da Consolação promovido pela Municipalidade. Foram então designadas duas áreas contíguas surgindo o Cemitério Católico da Ordem Terceira do Carmo e o Cemitério dos Protestantes, com acesso pela Rua Sergipe. Os primeiros registros de sepultamentos neste novo cemitério ocorreram em meados de 1862”.⁷ Os mais antigos túmulos judaicos em São Paulo encontram-se neste cemitério, datando de 1884⁸; o cemitério era, de fato, um cemitério de pessoas não-católicas, principalmente imigrantes protestantes.⁹

O Cemitério da Consolação, estabelecido em 1858, foi o primeiro cemitério público a receber o sepul-

PÁGINA ANTERIOR E ESTA: ABAIXO-ASSINADO DE INTEGRANTES DA “COLÔNIA ISRAELITA” SOLICITANDO A AUTORIZAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO DE UM CEMITÉRIO, COM 95 ASSINATURAS, 22 DE MARÇO DE 1917.





TRABALHADORES REALIZAM A PREPARAÇÃO DO TERRENO PARA A INSTALAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE VILA MARIANA, AO LADO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DA VILA MARIANA, DÉCADA DE 1910.

tamento de pessoas independentemente da religião, posição social e econômica, incluindo escravos.¹⁰ Mas havia diferenças entre as sepulturas, sistema que foi seguido nos outros cemitérios públicos inaugurados, como explica a historiadora Paula Janovitch: “Nos estatutos que regulamentavam a nova necrópole já se definia uma distribuição interna que não apenas organizava e homogeneizava os sepultamentos, mas distinguia e estabelecia, entre eles, critérios e valores para cada tipo de sepultura. Foi assim que surgiram as ‘sepulturas rasas’ ou temporárias, covas mais baratas, onde os sepultamentos teriam um tempo mínimo estipulado pela higiene para decomposição dos corpos. Em outras quadras, dispunham-se os jazigos perpétuos, os terrenos adjudicados para irmandades, paróquias e particulares que, sendo perpétuos, teriam direito a maior ornamentação. As simples covas das ‘quadras geraes’ eram reservadas aos pobres e indigentes que teriam o direito a sepultamento gratuito no novo cemitério público”.¹¹

Este aspecto é fundamental para que compreendamos a justificativa utilizada no abaixo-assinado de 1915 para a abertura de um cemitério judaico em São Paulo, enfatizando que no judaísmo toda sepultura é

perpétua, o que seria inacessível aos judeus mais pobres que não conseguiriam pagá-la em um dos cemitérios existentes, conforme explicava o documento: “O fim essencial da doação é para que o terreno sirva para o enterramento de todos os israelitas, cujas famílias não possam pagar uma sepultura perpétua”.¹²

Conscientes de que não seria justo que a prefeitura municipal oferecesse aos judeus sepulturas diversas daquelas oferecidas à população como um todo – que recebia sepulturas temporárias ou pagava caro pelas perpétuas – os membros da comunidade judaica se propunham a conseguir um terreno próprio para a formação de um cemitério apenas de jazigos perpétuos. O terreno oferecido à prefeitura era contíguo ao Cemitério Municipal da Vila Mariana e seria doado por um dos próprios abaixo-assinados: Mauricio Klabin, nascido na Lituânia e que imigrou ao Brasil em 1889, onde manteve inicialmente negócios com tabaco e no setor gráfico.¹³

A QUESTÃO DA LAICIDADE

Embora a Constituição de 1824, a primeira do Brasil independente, já admitisse liberdade de reli-

gião, desde que realizada em lugares privados (até então a religião oficial era o catolicismo), foi com a proclamação da República, em 1889, que se instituiu a separação entre Estado e Igreja no país. Apesar das contradições do movimento republicano como, por exemplo, uma ala do Partido Republicano Paulista (PRP) que não defendia a abolição da escravidão, a questão da laicidade do Estado era um princípio fundamental da República.

A chamada “questão religiosa” havia provocado estremecimentos entre o Estado e a Igreja nas duas últimas décadas do regime monárquico no país. Conforme o historiador Boris Fausto: “Na década de 1870, as relações entre o Estado e a Igreja se tornaram tensas. A união entre ‘o trono e o altar’, prevista na Constituição de 1824, representava em si mesma fonte potencial de conflito. Se a religião católica era oficial, a própria Constituição reservava ao Estado o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, desde que não se opusessem à Constituição”.¹⁴

No Brasil Imperial, incumbia ao imperador, escreveu Celso Lafer, “antes de ser proclamado, jurar manter a religião católica, cabendo-lhe, em contrapartida, entre as suas atribuições, nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, bem como conceder ou negar beneplácitos a atos da Santa Sé”.¹⁵

Com a Constituição de 1891, Estado e Igreja se tornaram instituições definitivamente distintas e o país deixou de ter uma religião oficial. Isso implicou a laicização do ensino público, o reconhecimento do casamento civil e a secularização dos cemitérios, além do princípio da igualdade de direitos, independentemente de crença e função religiosa.¹⁶ Segundo o Artigo 72 da Constituição: “Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis”.¹⁷ Conforme afirmou o jurista Ruy Barbosa ao discutir a secularização dos cemitérios: “O cemitério deve ser

CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DA VILA MARIANA, DÉCADA DE 1910.





MAURICIO KLABIN, DOADOR DO TERRENO ONDE FOI CONSTRUÍDO O CEMITÉRIO ISRAELITA DE VILA MARIANA.

necessária e exclusivamente propriedade municipal”; submeter estas questões à competência religiosa é “mutilar o Estado”. Para Ruy Barbosa, “O cemitério não se equipara à casa de oração, cujo exclusivismo é tão inevitável e tão justo como o do lar doméstico. É, sim, a região pública, o asylo commum dos que fraternisaram em vida, e não podem, portanto, converter-se, mortos em signal de separação entre a descendência sobrevivente. A religião não soffre em seus direitos, desde que se lhe não conteste o de celebrar sobre o sepulchro dos seus adeptos suas cerimônias sagradas, e sellal-o com as suas preces”.¹⁸

A Constituição tornou os “Estados Unidos do Brasil” uma república federativa em relação aos Estados (antigas províncias) e definiu os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, como harmônicos e independentes entre si, além de estabelecer o voto direto, embora ainda sem incluir as mulheres. Em

1893 seria criado o registro civil para nascimentos e falecimentos.¹⁹

A ESFERA SECULAR

O espírito laico, que caracteriza a modernidade, escreveu Celso Lafer, “é um modo de pensar que confia o destino da esfera secular dos homens à razão crítica e ao debate, e não aos impulsos da fé e às asserções de verdades reveladas. Isto não significa desconsiderar o valor e a relevância de uma fé autêntica, mas atribui à livre consciência do indivíduo a adesão, ou não, a uma religião. O modo de pensar laico está na raiz do princípio da tolerância, base da liberdade de crença e da liberdade de opinião, e de pensamento.”²⁰

Como consequência do ideário republicano, de igualdade perante a lei entre todos os cidadãos, e da defesa do caráter laico do Estado, foi proibida no país a existência de cemitérios particulares, o que incluía os religiosos de forma geral, mas evidentemente a prática de rituais religiosos em cemitérios era permitida. A partir de 1889, só seriam reconhecidos os cemitérios particulares de ordens religiosas ou de comunidades já existentes. De acordo com um decreto federal de 1890: “Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela auctoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral publica e as leis”.²¹

Mas, apesar desse decreto, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou exceções nos anos seguintes e votou algumas resoluções que consentiam com a inumação dentro de templos e a formação de cemitérios particulares, como o dos Protestantes, da Ordem Terceira do Carmo (anexo ao da Consolação) e o da Irmandade do Santíssimo Sacramento (anexo ao Cemitério do Araçá). Conforme a historiadora Paula Janovitch: “Às regulamentações que proibiam o estabelecimento de cemitérios particulares, sobrepunha-se toda a força da tradição dos enterramentos dentro dos templos religiosos (séc. 19) e a forte influência das paróquias e irmandades católicas no traslado e controle dos enterramentos de seus membros nos cemitérios a céu aberto. Acrescentava-se ainda à força das entidades católicas o surgimento de outros grupos na cidade



TRECHO DO TEXTO DA LEI Nº 2.191, DE 12 DE MAIO DE 1919, QUE AUTORIZOU A PREFEITURA DE SÃO PAULO A ACEITAR A DOAÇÃO DE UM TERRENO FEITA POR MAURICIO F. KLABIN PARA NELE SER FUNDADO UM “CEMITÉRIO DESTINADO A ENTERRAMENTO EXCLUSIVO DE ISRAELITAS”.



– imigrantes vindos da Europa, que desejavam enterrar seus ‘irmãos’ num solo comum, conforme seus próprios ritos e crenças religiosas”.²²

Dessa forma, foi criado um regime de exceção que permitiu a alguns grupos constituir cemitérios particulares. Foi baseado nestas exceções que o grupo de abaixo-assinados da colônia israelita organizou o seu requerimento em 1915.

O Brasil era, naqueles anos, um país de intensa imigração. Cerca de 3,8 milhões de imigrantes chegaram ao país entre 1887 e 1930, sendo que entre 1911 e 1915 o total foi de 611.400 pessoas, especialmente para trabalhar nas fazendas de café, a principal riqueza do Estado e do país. Quando o primeiro abaixo-assinado para a abertura do cemitério israelita foi redigido em 1915 era presidente do Brasil Venceslau Brás Pereira Gomes e a população nacional não chegava a 27 milhões de habitantes. A cidade de São Paulo, cujo centro comercial era o “Triângulo” na confluência das ruas 15 de Novembro, São Bento e Direita, vivia seus últimos anos de cidade provinciana – antes de se tornar metrópole na década seguinte –, com 470 mil habitantes e exatos 1.757 automóveis particulares. A Vila Mariana era um bairro pouco urbanizado e distante do centro da cidade.

O SIMBOLISMO CRISTÃO DOS CEMITÉRIOS REPUBLICANOS

As regulamentações republicanas não foram suficientes, no entanto, para garantir cemitérios efetivamente laicos em sua plenitude. Devido à influência da Igreja e ao fato de que a grande maioria da população era católica, os cemitérios acabavam por incorporar em sua arquitetura e concepção os símbolos e rituais cristãos – ambigüidade que a República vem mantendo ao longo de sua história (haja vista, apenas como pequeno exemplo, a presença de crucifixos em lugares centrais da República, como os plenários do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal).

Um relatório de um funcionário da Secretaria de Obras e Viação Pública, de 1917, anexado ao processo para a abertura do cemitério israelita, confirmava essa afirmação: “A informação da Directoria da Policia e Hygiene a proposito do presente requerimento a

*Constituição Federal sobre a secularização dos cemitérios e frisa alguns casos em que esta foi infringida, faltando-lhe a meu vê accrescentar a esses casos, o do simbolismo d’esses próprios cemiterios, o qual é manifestadamente christão, que além da capella para encomendação ritual christã, tendo tipicamente o caráter christão o pórtico do cemitério da Consolação onde no friso se vê a cifra de christo. Mas estes simbolismos são uma homenagem a crença da maioria da população”.*²³

O mesmo relatório afirmava: “Hoje epocha de tolerância, existem cemitérios para diversos credos na quase totalidade dos paizes” e defendia que a autorização fosse consentida. Mas mesmo com o parecer favorável à abertura do cemitério israelita, o processo demorava, especialmente no que concernia à discussão sobre as condições técnicas e higiênicas para construir um cemitério e sobre quem seria o representante legal, cuidando de sua manutenção e arcando com os custos.

O SEGUNDO ABAIXO-ASSINADO, DE 1917

Como parte do processo de aprovação do cemitério israelita foi redigido em 1917 outro pedido em forma de abaixo-assinado ao prefeito de São Paulo. O processo de pedidos por abaixo-assinados e de grupos, especialmente imigrantes, que se organizavam para solicitar um local para a instituição de um cemitério, foi comum em outros processos de abertura de cemitérios em São Paulo, mesmo municipais, como ocorreu, por exemplo, em locais como a Vila Mariana e o Brás.²⁴ A razão do pedido da comunidade judaica era específica, assim como foi a dos protestantes:

*“A Colonia Israelita de São Paulo, representada pelos abaixo assignados vem a presença de V. Ex. requerer a necessária autorização para tornar realidade uma velha aspiração dos Israelitas residentes no Estado e que é a installação de um cemiterio com todos os requisitos necessários.”*²⁵

Assinado por 95 pessoas, este segundo documento procurava responder às questões levantadas no decorrer do processo, assegurando que:

“Pretende a Colonia Israelita installar o seu cemitério em um ponto bem afastado do centro populoso da Capital, submettendo-se a todas as exigências

*Municipaes, Policiaes e da Hygiene, bem como fazer a aquisição da area de terreno necessaria e todas as obras, obrigando-se também pela sua conservação, e administração acceitando e acatando o exigido pelos regulamentos vigentes que regem o caso”.*²⁶

Depois dos trâmites legais, o processo foi enviado para a Câmara Municipal. Na Câmara Municipal foi avaliado pelas comissões reunidas de Higiene e Saúde Pública e a de Obras em 1918. Segundo um relatório oficial de 1919:

“No caso concreto, desde que a Constituição garante a parte, para que nelle possam exercer o seu culto quanto aos enterramentos, merece ser attendida. O cemitério a fundar-se se subordinará à administração municipal, satisfazendo-se as exigências pertinentes à hygiene e salubridade.”

É assim que nas informações da Prefeitura se lê que o Cemitério de Vila Mariana se presta aos seus fins: “Tem altura bastante, conveniente declividade, boa natureza do solo e exposição ao sol. Deve-o ter também o terreno contiguo, oferecido pelo Sr. Klabin”.²⁷ Lembravam as comissões a importância de se analisar “a geologia e a topografia dos lugares escolhidos e destinado às cidades dos mortos, e o seu afastamento das aglomerações, de modo que não possam se converter em focos de infecção para os habitantes da cidade”.²⁸

“CEMITÉRIO PARA ENTERRAMENTO EXCLUSIVO DE ISRAELITAS”

A Lei nº 2.191 de 12 de maio de 1919 autorizou a Prefeitura a aceitar a doação feita por Mauricio F. Klabin de um terreno de 5.000 m², adjacente ao Cemitério da Vila Mariana (fundado em 1904) para nele ser fundado um cemitério.²⁹ Segundo o texto da lei: “Fica a Prefeitura autorizada a aceitar do sr. Mauricio F. Klabin a doação de um terreno contendo a área approximada de cinco mil metros quadrados, adjacente ao cemitério de Villa Marianna, ou outro que, a seu critério, melhor sirva ao fim a que é destinado, para a fundação de um cemitério para enterramento exclusivo de israelitas”.

Esta lei estabelecia a obrigatoriedade da realização de obras de terraplanagem, construção de muros e edi-



HUGO LICHTENSTEIN, PRIMEIRO PRESIDENTE DA SOCIEDADE CEMITÉRIO, ERA UMA DAS PESSOAS QUE ADMINISTRAVA VOLUNTARIAMENTE O CEMITÉRIO ISRAELITA DE VILA MARIANA.

ficações, de modo que ficasse equiparado aos cemitérios municipais. A administração era subordinada à do Cemitério da Vila Mariana e as despesas de manutenção deveriam correr por conta dos interessados, devendo ser recolhido ao tesouro anualmente (art. 3º).

Faltava, por fim, definir os que poderiam ser enterrados neste cemitério. Por isso, a lei estipulava que a “qualidade de israelita, para effeito desta lei, deverá ser provada por attestado de um dos delegados de polícia do município ou da directoria de qualquer associação israelita existente no Município com personalidade jurídica” (art. 6º).³⁰

CEMITÉRIO COMEÇA A FUNCIONAR EM 1920

Dessa forma, definiu-se a fundação do primeiro Cemitério Israelita em São Paulo, anexo ao Cemitério Municipal da Vila Mariana, que passou a ser admi-

O CEMITÉRIO MUNICIPAL DA VILA MARIANA

Em 1891, as autoridades municipais já chamavam a atenção para o fato de o Cemitério da Consolação, em vista do aumento da população, não ser suficiente para atender as necessidades da cidade. Diante dessa situação foram construídos cemitérios para os distritos do Brás, de Santana e Vila Mariana.¹

As populações que se fixavam nas regiões mais afastadas da cidade começaram a reivindicar cemitérios próprios. “O desejo era evitar o longo caminho rumo a Consolação. Este por sua vez não comportava mais os mortos de toda a cidade, e em breve mostraria a sua ‘vocaçãõ’ para ser o lugar de descanso da alta sociedade paulista, deixando de lado essa porção da sociedade. (...) No final do século 19 o segregacionismo chegava aos cemitérios, era o momento de cada bairro periférico dar conta de seus mortos”, escreveu Mirtes Timpanaro.²

Ainda no século 19 foram construídos os cemitérios do Brás (Quarta Parada, 1880); Araçá (1897), de Santana (Chora Menino, 1897) e o do então município de Santo Amaro (1856). No início do século 20, São Paulo construiu uma série de novos cemitérios, atendendo aos apelos da população que reclamava da distância dos cemitérios existentes: São Miguel (1901), Lageado (1903), Vila Mariana (1904), Freguesia do Ó (1908) e Penha (1910).³ E logo em seguida os da Lapa, de Osasco e Cemitério São Paulo (1925).

O Banco União, constituído em 1884, comprou todos os sítios da antiga Colônia dos Italianos e tornou-se proprietário de uma grande área de terra entre

o Ipiranga e a Vila Mariana. Em 1903, o banco faz a doação de um terreno para a construção de um cemitério na Vila Mariana.⁴

Considerando a obra necessária, a Câmara Municipal faz baixar o decreto de sua criação, em dezembro de 1903: “É aprovado o Ato do Prefeito pelo qual adquire, por doação feita pelo Banco União de São Paulo, um terreno na Vila Deodoro com uma área de 14.290 metros quadrados para o fim de ser construído um cemitério que sirva para os bairros de Vila Mariana, Cambuci, Ipiranga e Vila Deodoro, podendo despende até a quantia de quarenta contos de réis com o fecho do terreno e mais obras que fossem necessárias”.⁵ Vila Mariana tinha naquela época uma população de 6.000 pessoas, em uma cidade que somava então 290 mil pessoas.⁶

Até a inauguração do cemitério no bairro da Vila Mariana, em 1904, os sepultamentos dos falecidos neste bairro eram feitos no Cemitério da Consolação, sendo os caixões levados a pé e “essa obrigação, como era considerada naquele tempo, ocupava o dia inteiro dos acompanhantes”.⁷ A primeira inumação aconteceu em 1904 e em março de 1920 (Lei nº 2.267) foi declarada de utilidade pública uma área de terreno destinada à ampliação do cemitério. Em 1963 – Decreto nº 7.366 – foi desapropriada outra área para ampliação em 18 mil m².⁸

Até a década de 1920, o Cemitério Municipal da Vila Mariana era um ponto afastado da área mais habitada do bairro. Da Rua Vergueiro até o cemitério, uma distância de aproximadamente um quilômetro,



havia apenas uma casa, quase em frente à necrópole: a do coveiro. Conforme Pedro Domingos Masarolo: “Justifica-se o fato de não haver moradores naquele trecho da estrada porque, havendo grandes áreas vazias, os habitantes preferiam morar em lugares onde não vissem diariamente defuntos passando pela porta de sua casa. Os enterros então eram feitos a pé, geralmente com muitos acompanhantes”.⁹

Esta região da Vila Mariana só era mais freqüentada na época do Dia de Finados, quando os moradores da Vila Mariana, do Ipiranga e Cambuci consideravam uma obrigação visitar seus mortos e tinham o hábito de ir aos cemitérios. “A estrada era de terra vermelha e para aquele local, mesmo em Finados, não havia condução coletiva a não ser uma ou outra carroça empregada no serviço de lenha e tijolos que fazia nesse dia o transporte de pessoas conhecidas ou de seus proprietários (...) Novembro, porém, é o mês das chuvas; era quase certo nesse dia fazer mau tempo e

então aqueles caminhos escorregadios e com grandes charcos sem lugar para se abrigar eram uma calamidade”, conta Masarolo.¹⁰

NOTAS

1. Loureiro, Maria Amélia S. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo, DPH-PMSP, 1977.
2. Timpanaro, Mirtes. *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2006, p. 94.
3. São Paulo, Prefeitura Municipal. *100 anos de serviço funerário*. São Paulo, PMSP, 1977.
4. Masarolo, Pedro Domingos. *O bairro da Vila Mariana*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1971, p. 34. Segundo este autor, o Banco União tinha como principal acionista a família Klabin, que, inclusive, ficou com a posse das terras depois da dissolução da sociedade.
5. Loureiro, Maria Amélia S., *op. cit.*, p. 85.
6. Masarolo, Pedro Domingos, *op. cit.*, p. 41.
7. Masarolo, Pedro Domingos, *op. cit.*, p. 41.
8. Loureiro, Maria Amélia S., *op. cit.*
9. Masarolo, Pedro Domingos, *op. cit.*, p. 96.
10. Masarolo, Pedro Domingos, *op. cit.*, pp. 96-98.

nistrado informalmente por Miguel Lafer e Hugo Lichtenstein, entre outros.³¹ O cemitério começou a funcionar em 1920, com os dois primeiros sepultamentos, cujos túmulos em mármore branco e com inscrições em alto relevo encontram-se à esquerda do atual portão do cemitério. Em 1921 realizaram-se 11 sepultamentos, seguidos de 17 em 1922.³²

Naquela época, e durante muitos anos, a entrada do cemitério israelita era realizada por meio do Cemitério Municipal da Vila Mariana, através de um portão situado no muro que separa os cemitérios e que ficava entre os setores 2 e 3, na direção da Casa de Tahara (esse portão encontra-se atualmente exposto no Cemitério do Embu).

Um dado histórico interessante que mostra que a abertura de um cemitério israelita não foi um processo “natural” em São Paulo são as diferentes trajetórias das comunidades judaicas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo Egon e Frieda Wolff, na cidade do Rio de Janeiro, cidade na qual a imigração judaica foi anterior, foram mais de mil judeus sepultados no Cemitério dos Ingleses e nos cemitérios municipais, principalmente o de São Francisco Xavier, até que o primeiro cemitério judaico fosse fundado na capital carioca, o de Vila Rosali, em 1921; depois vieram os de Nilópolis (na década de 30) e, em 1953, o Cemitério Comunal Israelita.³³

Neste caso, o interessante é que, diferentemente de São Paulo, onde a instituição do cemitério foi alicerce primeiro e fundador de uma vida judaica comunitária organizada (junto com sinagoga e entidade assistencial), no Rio de Janeiro esse processo teve outro desenrolar, já que data de 1840-1850 a primeira organização comu-

nitária, a (marroquina) União Shel Guemilut Hassadim (depois, em 1867, foi aberta a Alliance Israélite Universelle e em 1873 a Sociedade União Israelita do Brasil, além de, na mesma época, a Sociedade Israelita do Rito Português). Em 1889 havia cerca de 200 judeus no Rio e em 1900 eram duas as sinagogas. Em 1910, o Centro Israelita do Rio de Janeiro foi fundado para criar uma sinagoga e um cemitério. No final da Primeira Guerra Mundial, a população judaica na cidade chegou a cerca de duas mil pessoas.³⁴ No Rio de Janeiro não se criou inicialmente uma Sociedade Cemitério unificada como em São Paulo (conforme veremos no próximo capítulo), mas várias entidades e cemitérios distintos.

Ou seja, em São Paulo, o cemitério e a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo foram pilares da “colônia israelita” desde a sua fundação primeira como comunidade organizada.

No entanto, apesar do esforço de alguns membros da comunidade judaica, manter um cemitério não era tarefa simples, as exigências oficiais eram muitas e o cemitério foi interdito várias vezes naqueles primeiros meses, “ora por falta de um responsável direto perante os poderes públicos, ora para a construção de obras indispensáveis ao seu funcionamento, como o necrotério exigido pela repartição de hygiene, e ultimamente por falta de pagamento das quotas a que estão sujeitos os cemitérios como o de que se trata”³⁵, como explicaria depois uma carta de Hugo Lichtenstein.

Foi precisamente para regularizar esta situação e melhor administrar e cuidar do cemitério que a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo foi fundada em 1923, apenas três anos após a inauguração do Cemitério da Vila Mariana.

CAPÍTULO 2

A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO EM 1923

resolveram o seguinte:
Fundar uma sociedade sob a
denominação de "Sociedade Cemitério
Israelita de São Paulo" (Anexa ao Cemitério
Municipal de Vila Mariana); e
para este fim escolheram um comitê
seu composto dos seguintes senhores,
membros representantes das sociedades
supra mencionadas, a saber:
Maurício F. Kabin (Honorário)
Isaac Tabacow, Jacob M. Nebel e Hugo
Lichtenstein, representantes da Comu-
nidade Israelita de São Paulo, Miguel
G. Lafer e Sammo Lafer, representantes
da Congregação Israelita de Keneset



Após a fundação efetiva do Cemitério Israelita em 1920, integrantes da comunidade judaica paulistana se organizam em fevereiro de 1923 para superar as dificuldades enfrentadas pelo cemitério, que corria até o risco de ser interdito pelo poder municipal. Representantes de três entidades – Comunidade Israelita de São Paulo, Congregação Israelita “Askenazi” e Sinagoga Centro Israelita – decidiram se reunir e fundar a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo (SCISP).

Até então, embora o cemitério estivesse funcionando, não existia uma entidade que o organizasse, mas um grupo de pessoas que trabalhavam para a sua manutenção. Em 23 de fevereiro de 1923 foi formada uma comissão composta por representantes das sociedades fundadoras: Isaac Tabacow, Jacob M. Nebel e Hugo Lichtenstein, pela Comunidade Israelita de São Paulo; Miguel G. Lafer e Samuel Lafer, representantes da Congregação Israelita “Askenazi”, e José Teperman e M. Zeitz, pela Sinagoga Centro Israelita. Essa comissão, que incluía Maurício F. Klabin como diretor honorário, recebeu “plenos e amplos poderes para elaborar os estatutos e demais regulamentos concernentes à direção e orientação dos interesses do cemitério”.¹

“Os esforços da colônia, constituindo-se em sociedade, tem por fim não só de zelar pelo perfeito funcionamento do cemitério, afastando as irregularidades até agora verificadas, mas na qualidade de pessoa jurídica responder perante os poderes públicos, na pessoa de seu presidente pelo cumprimento das disposições le-

gais sobre o assunto”², escreveu em carta à prefeitura Hugo Lichtenstein, primeiro presidente da sociedade, em abril de 1923.

Conforme ele explicava na mesma carta, as dificuldades a superar eram a falta de um representante legal frente aos poderes públicos, a falta de obras indispensáveis, como um necrotério exigido pela Repartição de Hygiene, e o não-pagamento de cotas à prefeitura, o que havia levado a várias interdições do cemitério.³

DAR SEPULTURA AOS ISRAELITAS NECESSITADOS E MINISTRAR O RITUAL HEBRAICO

Os estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo foram aprovados em 8 de março de 1923. Eles definiam que a Sociedade tinha como finalidade: “Manter e cuidar exclusivamente do Cemitério Israelita de São Paulo (anexo ao Cemitério Municipal da Vila Mariana)” e “Concorrer e dar sepulturas aos israelitas necessitados e a todos ministrar o ritual hebraico”.⁴ Ou seja, aliava a administração do cemitério e seus cuidados com a responsabilidade pelas sepulturas e pelo ritual de sepultamento (quando exercia a função de uma Chevra Kadisha – Sociedade Funerária).

A diretoria era constituída de seis membros, sendo dois de cada uma das três sociedades constituintes, que elegia, entre os seus integrantes, presidente e vice-presidente. Havia também um conselheiro, escolhido pelas sociedades, para “dar parecer sobre qualquer assunto não mencionado nestes estatutos”, “zelar pelos interes-

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: FAC-SÍMILE DA ATA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO, 5 DE FEVEREIRO DE 1923. PÁGINA AO LADO: SEPULTURAS DOS PRIMEIROS ANOS DO CEMITÉRIO ISRAELITA DA VILA MARIANA, QUE COMEÇOU A FUNCIONAR EM 1920.



FAC-SÍMILE DE PÁGINA DO DIÁRIO OFICIAL COM A REPRODUÇÃO DE ATA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO, 20 DE MARÇO DE 1923.

ses dos sócios perante a diretoria”, “verificar que estes estatutos sejam fielmente cumpridos pela diretoria” e “verificar as contas da sociedade”.⁵ Os estatutos e a ata de fundação foram publicados no *Diário Oficial* em 20 de março de 1923.

Integravam o grupo de sócios fundadores o doador do terreno, Mauricio Klabin, pessoas que já trabalhavam para o funcionamento do cemitério, inclusive colaborando financeiramente para isso, como Hugo Lichtenstein e Miguel Lafer, além de “comerciantes, brasileiros, pessoas de reconhecida idoneidade”.⁶

O perfil profissional dos sócios pode ser verificado nas 117 propostas de admissão de sócios apresentadas entre 9 de abril de 1923 e 4 de outubro de 1924: 110 eram comerciantes ou negociantes, havia um banqueiro, um industrial, um advogado, um guarda-livros aposentado, um professor, um engenheiro civil e um dentista. Todos homens e, embora o campo de idade

não esteja preenchido, em muitas propostas chama a atenção a grande porcentagem de jovens na faixa dos 20/30 anos entre os primeiros associados.⁷

A fundação da Sociedade Cemitério (e das chevrot kedishot ou Chevrot Hessed ve Emet, sociedades funerárias, que também se formariam, cuidando do ritual, dos cuidados com o corpo e do sepultamento segundo as diferentes tradições no interior do judaísmo) atendia aos princípios comunitários e religiosos de que sepultar os mortos segundo o ritual judaico é um compromisso coletivo de toda a comunidade e que nenhum proveito se pode tirar dessa tarefa. Por isso, devem estas instituições ser comunitárias e abertas a todos os seus integrantes, exercidas como atividade voluntária, de muito respeito dentro da comunidade, e sem qualquer caráter privado ou comercial.

Os primeiros 50 sepultamentos realizados depois da fundação da Sociedade Cemitério, em 1923 e 1924, apresentam um perfil bastante definido: 26 são imigrantes, principalmente da Rússia, Polônia e Romênia, sendo 3 crianças, um adolescente e 21 adultos (com idades variadas de 23 a 82 anos, tanto homens como mulheres). Dos nascidos no Brasil, eram 6 fetos e 14 crianças até 2 anos (sendo quase todas de São Paulo, uma de Araraquara, uma do Rio de Janeiro e uma de Sorocaba). Os outros quatro sepultamentos foram restos mortais trasladados de Ribeirão Preto, de Poços de Caldas e da Suíça.⁸ Neste primeiro período faleceram Bernardo Nebel e Mauricio Klabin, este último em setembro de 1923 na Alemanha; seus restos mortais foram trasladados para o Cemitério da Vila Mariana em 24 de outubro do mesmo ano.⁹

O cemitério recebia também falecidos que residiam em outras cidades, nas quais não havia cemitério judaico. Ao agradecer uma doação recebida por ocasião de um sepultamento de um habitante de Curitiba, em 1923, a diretoria da sociedade explicitava algumas das dificuldades enfrentadas nos primeiros tempos: “Conforme V. Excia. teve ocasião de ver, o nosso cemitério ainda carece de muitos auxílios tanto morais como materiais, portanto esta Diretoria espera que V. Excia. ao regressar a sua casa não poupará esforços em fazer propaganda entre os nossos correligionários, afim de que se inscrevam como sócio, contribuindo para que possamos levar avante esta santa causa”.¹⁰

A COMUNIDADE JUDAICA FUNDA NOVAS INSTITUIÇÕES

A comunidade judaica ganhava no final dos anos 1910 e na década de 1920 uma gama bem mais estruturada de entidades. O movimento sionista fazia-se presente em São Paulo, com o grupo Ahavat Sion e, em 1922, seria realizado o Primeiro Congresso Sionista do Brasil e criada a Federação Sionista do Brasil. A partir dos anos 1920 (e continuando depois), embora a mais numerosa parcela dos imigrantes judeus habitasse o bairro do Bom Retiro, comunidades judaicas começaram a se formar em outros bairros da cidade: Cambuci, Ipiranga, Lapa, Brás, Mooca, Vila Mariana e Santo Amaro. Na Mooca e no Ipiranga estabeleceram-se imigrantes sefardim a partir dos anos 1920, especialmente do Líbano e da Síria. Os judeus da Alemanha, Áustria e Itália que imigraram nos anos 1930 estabeleceram-se em outros bairros, como Indianópolis, Vila Mariana e Jardins.

A imigração dos judeus para o Brasil e para São Paulo foi realizada, em sua maior parte, a partir das organizações de auxílio a refugiados judeus, como a Hebrew Immigrant Aid Society (Hias, fundada em 1885), a Jewish Colonization Association (JCA, criada em 1919), a Emigdirect e, mais tarde, também a American Jewish Joint Distribution Committee (Joint, fundada em 1914), que organizavam a viagem, financiavam as passagens e faziam parceria com as entidades locais, como a Ezra e a Sociedade Beneficente do Rio de Janeiro, que ainda se responsabilizavam pela carta de chamada e por todos os trâmites legais para que o imigrante pudesse entrar no país.¹¹ A JCA já possuía experiência no assentamento de imigrantes judeus no Brasil com a instalação das colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, a primeira das quais em 1902.¹² Na Argentina, as primeiras colônias da JCA foram instaladas em 1890.

Ainda nos anos 20 e 30 foram fundadas várias sinagogas, entre elas a Sinagoga Israelita Brasileira e a Sinagoga União Israelita Brasileira (ambas na Rua Odorico Mendes, na Mooca), o Templo Israelita Ohel Yaakov (Rua da Abolição), Sinagoga Israelita do Brás, Sociedade Religiosa Israelita Beith-Yitzhak Elchonan (Bom Retiro) e o Templo Beth El (Rua Martinho Pra-



ATESTADO DA “QUALIDADE DE ISRAELITA”, CONDIÇÃO OFICIAL PARA SEPULTAMENTO NO CEMITÉRIO, 1923.

do). Em 1922 foi fundado o Gymnasio Renascença, que começou em uma pequena casa alugada na esquina das ruas Amazonas e Três Rios. A escola teve como um dos seus fundadores Mauricio Klabin (além de outros membros da família que foram ativos: Miguel Lafer, Hessel Klabin, Salomão Klabin e Horácio Lafer). Depois, a primeira casa própria inaugurada pela escola, em 1937, na Rua Prates, foi construída por Nessel Lafer e seus dois filhos, Horácio e Jacob, em memória de Miguel Lafer. Foi a primeira escola judaica a ensinar o currículo oficial e a preparar jovens para o mercado de trabalho.¹³

O processo de urbanização e de industrialização em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro tornava o Brasil atraente para imigrantes que tinham, em geral, ofícios urbanos. O Brasil tinha a imagem de país liberal e não tinha formalmente qualquer lei racista ou restritiva, até o Estado-Novo em 1937, permitindo aos imigrantes liberdade e mobilidade social. Na década



ESTATUTOS DE FUNDAÇÃO DA SCISP, 1923.

de 1920 a cidade de São Paulo já se tornara uma metrópole, com 580 mil habitantes, e vivia um período de intenso desenvolvimento urbano com a riqueza proporcionada pelo café.

A QUALIDADE DE ISRAELITA

Em 27 de março de 1923, Jacob Nebel, na qualidade de secretário da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, enviou uma carta ao prefeito Firmino de Moraes Pinto na qual apresentou a sociedade, anexando a ata de fundação e os estatutos, com a cláusula de que os seus diretores assumiam a tarefa de atestar a “qualidade de israelita” e zelar pelos interesses do cemitério.

Uma outra carta, de Hugo Lichtenstein, encaminhou um pedido de reconhecimento e oficialização do Cemitério Israelita da Vila Mariana: “*Justamente para remover todos esses obstáculos, e colocar o cemitério em condições de preencher o seu fim – arruando e procedendo melhoramentos indispensáveis, dividindo em quadras –, o que só poderão fazer depois do reconhecimento e oficialização, os israelitas organizaram uma sociedade com estatutos regularmente elaborados e registrados*”,¹⁴

Mas o reconhecimento da sociedade pelo poder municipal obrigava à revisão da lei que autorizara a doação do terreno e a criação do cemitério, especialmente no que dizia respeito ao pagamento das taxas e da manutenção – que pelas normas deviam ser pagas pelos “interessados” – e também no que se refere a “atestar a qualidade de israelita”.

UMA DISCUSSÃO REPUBLICANA

O pedido teve boa acolhida na Diretoria de Higiene da Prefeitura, uma vez que solucionaria uma série de problemas que o cemitério vinha enfrentando, do ponto de vista da fiscalização de obras e da arrecadação de taxas. Mas, a seguir, em várias instâncias oficiais executivas e legislativas travou-se uma interessante e curiosa discussão que envolveu identidade, comunidade e poder municipal sobre quem teria o poder de atestar a “qualidade de israelita”, para definir os que teriam direito de serem enterrados no cemitério. A discussão se deu com absoluta objetividade e isenção, com as autoridades tentando de fato compreender, segundo parâmetros e valores republicanos, como definir os integrantes de um grupo minoritário, e quem o faria, se os dirigentes do próprio grupo – e como defini-los – ou se outra instância oficial.

A discussão, com suas idas e vindas, a seguir reproduzida de forma resumida, tem por objetivo recuperar, nas palavras e na lógica argumentativa da época, este interessante processo que é parte da história de fundação da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo (SCISP), da comunidade judaica local e nacional e, certamente, um capítulo expressivo, e sem dúvida emblemático, da história das práticas republicanas instauradas no país.

O parecer da Diretoria de Higiene da Prefeitura de 1923 considerava que a lei anterior, ao atribuir à autoridade policial o dever de atestar a “qualidade de israelita”, não se justificava já que “*afetam às relações de ordem privada em que está interessada uma nacionalidade, bastando somente um simples equívoco da autoridade para acarretar graves irregularidades e perturbações à administração*”; além de que “*os israelitas estão congregados e aparelhados para, com mais vantagem e precisão, conhecerem os seus compatriotas*”.¹⁵

Embora considerasse oportuna e uma inegável vantagem, o parecer do procurador fiscal da prefeitura levantava a questão sobre se seria justo conceder à Sociedade Cemitério o “*direito exclusivo de atestar a qualidade de israelita*”, uma vez que a lei reconhecia que qualquer associação israelita poderia atestar esta qualidade, conforme já vimos. Considerando que implicava numa modificação da Lei nº 2.191, que criou o cemitério judaico, recomendava que o pedido fosse remetido ao legislativo.¹⁶

Para que fossem modificados os artigos 3º e 6º da lei, a Sociedade Cemitério se dirigiu à Câmara Municipal solicitando que aprovasse que as despesas seriam pagas pela SCISP (que, assim, se tornava a mantenedora oficial do cemitério perante a prefeitura) e que, seguindo seus estatutos, atestar a “qualidade de israelita para o devido enterramento” seria uma atri-

buição do presidente da Sociedade. Assim, o processo foi encaminhado ao legislativo municipal.

A compreensão e a resposta da Câmara, em 1923, são surpreendentes em sua objetividade e precisão, encontrando um modo republicano de convivência entre cidadãos judeus, entidades particulares comunitárias e o poder público. O documento da Câmara evidencia também – na interlocução entre poder público e entidade privada – a importância da fundação da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo como entidade habilitada a cuidar do cemitério e dos sepultamentos, respondendo em nome da comunidade judaica diante do Estado.

O RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

Mas do ponto de vista do poder público republicano, a questão se apresentava mais complexa. Segundo relatório da Comissão de Justiça da Câmara Municipal de 1923, a lei anterior colocava algumas questões:

“*Estas disposições, na prática, trouxeram dificuldades à administração pública, a ponto de ter sido o cemitério interdito. ‘Interessado’ eram todos os israelitas, e não era possível tornar efetiva a responsabilidade decorrente das despesas da manutenção sobre determinada pessoa ou entidade. Por outro lado, seria necessário à Prefeitura saber quais as sociedades existentes no Município com personalidade jurídica que*



FICHAS DE FILIAÇÃO DE HUGO LICHTENSTEIN, PRIMEIRO PRESIDENTE E SÓCIO NÚMERO 1 DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA, E DE MAURICIO KLABIN, SÓCIO-HONORÁRIO, AMBAS DE 1923.





OS PRIMEIROS PRESIDENTES DA SCISP, HUGO LICHTENSTEIN (AO ALTO) E SEU FILHO ROBERTO (AO CENTRO), ACOMPANHADOS DA FAMÍLIA EM FRENTE À RESIDÊNCIA DO PAI.

poderiam atestar a qualidade de israelitas aludidas no Art. 6º da citada lei, quais membros componentes de suas diretorias, acarretando tudo isso dificuldades para as respectivas inumações, crescendo também que à autoridade policial poderia faltar elementos para poder atestar a qualidade de israelita ao falecido que tivesse que ser inumado naquele cemitério.”¹⁷

Ainda segundo o relatório da Comissão de Justiça do Legislativo Municipal, aceitando o pleito da SCISP e reconhecendo sua organização:

“Para fazer desaparecer estes inconvenientes e ser restaurado o cemitério, todas as sociedades israelitas existentes no Município se congregaram fundando uma única associação com estatuto devidamente registrado, cujos fins principalmente são tomar para si as responsabilidades decorrentes da manutenção da necrópole, incumbindo também a mesma associação atestar a qualidade de israelita para poder ser feita a

inumação e recorrerem à Prefeitura que se reconhecesse para tais fins”.¹⁸

A comissão considerava, portanto, justo o pedido da Sociedade Cemitério, concedia um parecer favorável e apresentava um projeto de lei que especificava o seguinte:

“Art. 1º – As despesas com a manutenção do Cemitério dos Israelitas correrão por conta da ‘Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo’ a qual recolherá ao Tesouro a importância a qual alude o art. 3º da Lei nº 2.191, de 12 de maio de 1919;

Art. 2º – A qualidade de israelita a que alude o art. 6º da mesma lei deverá ser atestada pelo presidente em exercício”.¹⁹

A EXCLUSIVIDADE E A INCONSTITUCIONALIDADE

O prosseguimento do processo implicou, no entanto, em uma singular discussão sobre a conveniência de autorizar a abertura de mais cemitérios particulares na cidade, ligados a grupos considerados específicos e religiosos, o que colocaria em questão o caráter laico dos cemitérios – valor central republicano (com as exceções já vistas). Depois de resolvida a questão de quem representava os israelitas, portanto, a problemática se ampliou e se tornou ainda mais intrincada.

O parecer da Comissão de Justiça da Câmara Municipal não foi suficiente para que a lei anterior fosse retificada e o cemitério oficializado. Na análise dos estatutos da Sociedade Cemitério pela mesma Comissão de Justiça da Câmara Municipal foi levantada uma questão sobre a legalidade de se autorizar um cemitério “para enterramento exclusivo de israelitas”, uma vez que a lei determinava que “os cemitérios serão administrados pelas municipalidades, terão caráter secular e neles será livre qualquer culto religioso e a prática dos respectivos ritos”.

O parecerista da comissão argumentava que nos casos anteriores em que foram autorizados cemitérios particulares sempre existia uma cláusula nos estatutos autorizando o sepultamento independentemente de crença ou nacionalidade. Citava o caso da Associação Cemitério dos Protestantes:

“Tratava-se, naquele caso, de uma sociedade particular, no mesmo gênero da requerente que mantinha,



TÚMULOS DE SEPULTAMENTOS REALIZADOS DURANTE A DÉCADA DE 1920, LOGO APÓS A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO.

desde o tempo da monarchia em que havia religião oficial, um cemitério em que eram enterrados os associados e seus parentes, mas de cujos estatutos contava a cláusula de independência de culto e permissão para qualquer ritual, de acordo com a religião do morto. Só mediante tal condição é que a Câmara aceitou a doação”.²⁰

No parecer são citados todos os artigos do estatuto da Sociedade Cemitério Israelita que envolvem as questões de “qualidade de israelita” e o “ritual hebraico”. E conclui que é “evidente que se trata de um cemitério de seita religiosa ou, pelo menos, de exclusividade de ritual de uma crença” – o que foi considerado inconstitucional.

O parecerista questionou a própria conveniência de se autorizar um cemitério particular como aquele por razões de “higiene”: “Não daria meu voto à instituição de novos cemitérios na cidade de São Paulo, com caráter privado, tais e tão evidentes são as desvantagens

e perigos de disseminação de necrópoles por todos os pontos, principalmente porque, com a rápida expansão do perímetro habitado, tornam-se logo encravadas nos centros povoados, com inconvenientes estéticos, quando não fossem os de higiene”.²¹

Mas como já estava concedida a autorização, o cemitério já existia de fato e a Sociedade Cemitério se propunha ser a responsável pelo cemitério e pela sua manutenção e despesas, o parecerista propôs que a SCISP apenas alterasse seus estatutos no sentido de atender às novas exigências legais. Da mesma forma, a comissão da Câmara Municipal apresentou emendas ao projeto de lei original requerendo a inclusão do seguinte artigo:

“O cemitério será destinado aos associados (seus cônjuges ou parentes), nos termos dos estatutos, sem distinção de raça, nacionalidade ou crença religiosa, sendo livre a todos os cultos e práticas dos ritos respectivos, em relação aos seus crentes”.²²

Assim, em 9 de agosto de 1923, foi promulgada a lei nº 2.624, que “dispõe sobre o Cemitério dos Israelitas, em Villa Marianna”, com os artigos assim redigidos:

“Art. 1º – As despesas com a manutenção do Cemitério dos Israelitas correrão por conta da “Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo”, a qual recolherá ao Tesouro a importância a que allude o art. 3º da Lei nº 2.191, de 12 de maio de 1919.

“Art. 2º – O cemitério será destinado aos associados, seus cônjuges ou parentes, bem como às pessoas licenciadas pela mesma sociedade, sem distinção de raça, nacionalidade ou crença religiosa, na forma de seus estatutos.

“§ único – A qualidade a que se refere este artigo deverá ser atestada pelo presidente em exercício”.²³

“O ISRAELITA CASADO COM UMA MULHER DE OUTRA RELIGIÃO...”

Estavam resolvidos, portanto, de forma republicana e admiravelmente objetiva, os dilemas relativos ao caráter religioso e particular do cemitério israelita. Assim, pela lei, o presidente, em princípio, precisava apenas atestar se o falecido era sócio da instituição ou “licenciado” por ela.

Mas a questão de definir, atestar e reconhecer a “qualidade de israelita” estava, na verdade, longe de ser resolvida e começou então um novo debate, desta vez interno à própria SCISP. No estatuto da sociedade – que ao que tudo indica não sofreu nenhuma alteração devido às mudanças introduzidas na lei – havia vários artigos referentes a este ponto.

Uma das questões que gerava discussões era a que envolvia casamentos inter-religiosos. O art. 31º da sociedade definia: “O israelita casado com mulher de outra religião ou a israelita casada com homem de outra religião conservará a qualidade de israelita podendo ser sepultado no Cemitério da Sociedade uma vez manifestado esse desejo”.²⁴ Esse artigo foi modificado em 1930, exigindo que a pessoa não tivesse se convertido a outra religião, ou seja, tivesse “mantido sua qualidade de israelita”.

Outro artigo tratava também da questão de casamento entre pessoas de religiões diferentes: “A mulher

de outra religião, casada com israelita, manifestando o desejo de ser sepultada no Cemitério Israelita, poderá ser, uma vez observando o ritual Hebraico”²⁵, definia o art. 32º, cláusula coerente com o espírito e a vida de algumas das famílias fundadoras e sua inserção no país. Posteriormente, em 1930, esse artigo foi modificado, requerendo que a esposa fosse convertida, ou seja, tivesse “adotado esta religião de conformidade com o ritual”²⁶ e em 1947 esse artigo foi retirado.²⁷

81 SÓCIOS

Até dezembro de 1929, a SCISP alcançou um total de 81 sócios. A necessidade da contribuição dos sócios colocava outras discussões, tanto relativas aos seus deveres como aos seus direitos. A diferenciação de quadras entre os sepultamentos de sócios e não-sócios era um tema recorrente nas reuniões da Sociedade, tanto que vários artigos do estatuto definiam as divisões internas no espaço do cemitério e a quem se destinam as sepulturas das diversas quadras: aos sócios, não-sócios, israelitas reconhecidamente pobres, crianças e outros grupos e categorias.

A questão do espaço foi se tornando cada vez mais um tema relevante, pois, diferentemente de outros cemitérios, como vimos, as sepulturas são perpétuas e individuais. Além disso, o número de sepultamentos era crescente. Para contornar esse problema, a SCISP diminuiu o tamanho reservado para cada uma das sepulturas, permitindo maior número de túmulos em cada setor. Mesmo assim o problema persistia. Na década de 1920 foram realizadas no Cemitério da Vila Mariana 355 sepultamentos (mais três de restos mortais transladados).²⁸

ROBERTO LICHTENSTEIN ASSUME A PRESIDÊNCIA

Em maio de 1930 foi realizada uma Assembléia Geral na qual foram aprovados os novos estatutos e eleita a nova diretoria.²⁹ Hugo Lichtenstein passou a ser presidente honorário e seu filho, Roberto Lichtenstein, assumiu a presidência da entidade.³⁰

Os novos estatutos, cuja cópia em português e idish foi enviada aos sócios, trazia modificações, mas o



ROBERTO LICHTENSTEIN ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA SCISP EM 1930.



EM MAIO DE 1930 FOI REALIZADA UMA ASSEMBLÉIA GERAL NA QUAL FORAM APROVADOS OS NOVOS ESTATUTOS.

aspecto que a presidência considerava mais importante era a instituição de uma jôia para a admissão de novos sócios nos quadros da sociedade, o que garantiria recursos maiores à SCISP.³¹

Pouco antes, em 4 de outubro de 1929, os herdeiros de Mauricio Klabin doaram mais uma área de 4.287 metros quadrados, o que permitiu melhor divisão das quadras e das ruas.³² Mesmo assim, a questão do espaço permanecia um desafio. Em 1932, por estarem as quadras destinadas aos não-sócios quase esgotadas, o presidente Hugo Lichtenstein sugeriu a compra de uma área de 10 mil m² anexa ao cemitério existente, o que foi aprovado por unanimidade.³³ A área foi comprada por 77 contos de réis em 13 de abril de 1932, dos herdeiros de Mauricio Klabin, e posteriormente doada à municipalidade, em 12 de julho de 1933, para ser incorporada ao cemitério, junto com a área de 4.287 que já havia sido doada à SCISP.³⁴ Em 1934

foi aprovada a execução das obras (muros de arrimo, ruas e terraplanagem).

A SCISP continuou cumprindo seu papel social e cedendo lugares para sepultamento de judeus “reconhecidamente pobres”. Em abril de 1932, por exemplo, a “diretoria da Comunidade Beneficente Israelitas Húngaros desejava adquirir 5 lugares para crianças e 5 para adultos, para israelitas húngaros reconhecidamente pobres”³⁵; em 29 de abril de 1934, a entidade cedeu “à Sociedade Sepharadim” cinco lugares para crianças e cinco para adultos, para pobres”.³⁶

Nesse mesmo ano, o presidente comunicou que cedeu uma sepultura na quadra dos isentos de pagamento para José Preiz [ou Preiss] “falecido em combate durante a revolução constitucionalista, a pedido do Centro XI de Agosto”.³⁷ José Preiz foi colega de turma do jurista Miguel Reale na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a ele (juntamente com Nélcio

Baptista Guimarães) Miguel Reale dedicou seu livro *O Estado Moderno (Liberalismo – Fascismo – Integralismo)*, editado em 1934, com a seguinte dedicatória: “Colegas de turma na Faculdade de Direito de S. Paulo mortos heroicamente na Revolução de 1932, sonhando um Brasil maior.”³⁸

A Revolução de 1932 atingiu a colônia israelita devido à localização geográfica da maior parte dos imigrantes. Os bairros da Luz e do Bom Retiro foram um dos epicentros da movimentação, inclusive militar. A região sofreu pesados bombardeios e foi palco de duros combates. As aulas do *Gymnasio Renascença*, que funcionava na Avenida Tiradentes, foram suspensas e numerosas famílias fugiram para o interior do Estado. A poucas dezenas de metros do *Renascença*, da Ezra e da Linath Hatzedek estava o quartel-general da Força Pública e o QG dos insurgentes. A mobilização na comunidade judaica ocorreu em duas direções: prover os necessitados da colônia, com a criação de um Comitê de Emergência e um fundo especial, e apoiar diretamente os revoltosos paulistas de 1932. A

Sociedade das Damas fez campanha na qual angariou donativos em dinheiro e objetos para a Cruz Vermelha Brasileira, inclusive com a confecção de 942 capuzes para os soldados paulistas.³⁹

VILA MARIANA

A partir dos anos 1920 e 1930, o bairro de Vila Mariana passou por uma série de transformações, com a instalação da rede de água, a implantação das primeiras indústrias no bairro – como a Fábrica de Fósforos, a Cervejaria Guanabara, a Fábrica de Chocolates – e o aumento significativo de estabelecimentos comerciais, como oficinas, padarias, lojas e farmácias. Os núcleos residenciais localizavam-se geralmente próximos à linha do bonde que se dirigia a Santo Amaro.

Algumas das casas que surgiram nesse período eram bem maiores e confortáveis que as modestas casas dos imigrantes italianos do início do século. Em 1920 já estava concluída a residência da família Klabin, que se destacava como “a mais moderna residência

do bairro”. Localizada na Rua Afonso Celso, possuía um grande terreno, com uma chácara e um pomar de árvores frutíferas, rodeado de eucaliptos e ciprestes. As frutas produzidas na chácara atraíam as crianças da vizinhança.⁴⁰

Com as transformações, o bairro da Vila Mariana já não era mais distante da “cidade”. Foi inaugurado o Cinema Fênix, as ruas passaram a ser pavimentadas com paralelepípedos, começaram a circular os primeiros ônibus, aumentaram as linhas de bondes e novos loteamentos foram traçados em torno da área central do bairro. Nas décadas seguintes, o processo se acelerou, restando poucos terrenos vazios na área mais central do bairro, servida de rede de água, esgoto e iluminação elétrica. O bairro recebeu hospitais, laboratórios farmacêuticos, instituições de assistência e educação, tornando-se integrado ao centro da cidade e ao seu desenvolvimento urbano.

UM SEGUNDO CEMITÉRIO ISRAELITA NA CIDADE

A história do cemitério e da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo inclui, nas décadas de 1920 e 1930, mais um capítulo e que levou, após a fundação da SCISP, a uma nova discussão com as autoridades em São Paulo em torno de um outro cemitério israelita, envolvendo os valores republicanos, a comunidade e a identidade judaica.

Na década de 1920 existia, de fato, um outro plano de discussões mais complexas e delicadas em relação ao reconhecimento da “qualidade de israelita” e provavelmente a extensão comunitária e pública (oficial) desta discussão só se torne plenamente inteligível se compreendermos que a comunidade judaica vivia naquele momento uma questão bastante sensível em relação a uma parcela da população judaica da capital: as *polacas*, nome pelo qual eram conhecidas as mulheres judias imigrantes da Europa Oriental e que em sua maioria vieram ao Brasil enganadas por agenciadores que lhes prometiam casamentos e que, após serem aliciadas, se tornaram prostitutas em São Paulo, Santos e no Rio de Janeiro (havia também, conforme a historiadora Beatriz Kushnir, algumas que eram prostitutas na Europa e buscaram no Brasil, como imigrantes, melhores condições de vida).⁴¹ E havia

ainda os cáftens, os homens que as agenciavam e que praticavam o tráfico de mulheres.

Como ressalta o escritor e médico Moacir Scliar em um texto de 1993, provavelmente o primeiro a tratar publicamente deste tema no romance *O Ciclo das Águas* (publicado em 1975): “Não se trata apenas do comércio sexual; o mais perturbador é que o tráfico de mulheres tenha sido feito por judeus, por herdeiros de uma missão ética que vem desde os tempos bíblicos. Mais que isto, revela uma perigosa cisão dentro de um grupo para o qual a união é condição de sobrevivência. Mesmo assim, a história precisa ser contada”.⁴²

A frase de Scliar sintetiza os dilemas e dramas envolvidos nesta história cuja memória já foi institucionalmente silenciada e que, aos poucos, especialmente a partir dos anos 1990, passou a integrar a memória da comunidade judaica, inclusive com a revitalização, pela SCISP, do Cemitério de Cubatão (também antes, nos anos 1970, com o traslado dos túmulos do Cemitério Israelita de Santana para o Cemitério do Butantã), conforme veremos no capítulo 8.

Mas, na década de 1930, a preocupação das principais instituições da comunidade em se diferenciar e distanciar dos cáftens, das prostitutas e da rede de prostituição havia se tornado um imperativo para um grupo imigrante, com experiências anteriores de anti-semitismo e perseguições, e que não queria ser identificado com prostitutas ou cáftens. Estas ações ocuparam muitos esforços, discussões e vigorosas ações de entidades da comunidade judaica, seja para combater o tráfico e a exploração de mulheres seja para estabelecer outros modos de vida para as mulheres. Não foram poucos os que se aproveitaram, nos anos 1930, para atacar a comunidade judaica e a imigração utilizando como pretexto a atividade dos cáftens e da prostituição.⁴³ As mulheres que exerciam a prostituição e os homens judeus cáftens, por seu lado, queriam manter-se como judeus, social, cultural e religiosamente, e criaram, assim, suas próprias entidades e cemitérios. Havia, evidentemente, inúmeros pontos de contato; em São Paulo a zona da prostituição era no Bom Retiro, núcleo central da comunidade.⁴⁴

O primeiro estatuto da SCISP, de 1923, em seu art. 2º, colocava como exigência para ser admitido como sócio contribuinte: “*Possuir bom comportamento*

TÚMULOS DA DÉCADA DE 1920, APÓS A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO.



moral e civil”⁴⁵, o que era reforçado pelo art. 27º, que definia: “Deixarão de fazer parte da Diretoria e da Sociedade: Os que a justiça condenar por motivo indecoroso ou desonestos; Os que abandonando sua profissão passarem a exercer profissão indigna; Os que se apoderarem de qualquer objeto ou quantia que pertença à sociedade, a qual poderá reaver judicialmente”.⁴⁶

Mas as exigências quanto à conduta social e moral não se restringiam aos sócios contribuintes e diretores e o estatuto especificava claramente que havia judeus aos quais seria negada a “qualidade de israelita”. O art. 28º dizia explicitamente: “Será negada a qualidade de israelita: à prostituta, como também a todo homem ou mulher que explorar o lenocínio”.⁴⁷ E para mostrar quão séria era considerada essa questão do ponto de vista da SCISP e da comunidade judaica, reforçava, no artigo seguinte: “Fica expressamente proibido ao Presidente ou a seu substituto legal” prevalecer-se da atribuição conferida no art. 11º, que era de atestar a qualidade de israelita para os enterros, conferindo esta qualidade para estas pessoas, “sob pena de destituição do cargo, não podendo jamais fazer parte da Diretoria”.⁴⁸ A única exceção possível era “no caso especialíssimo das partes terem se reabilitado perante a sociedade e isto a juízo da diretoria”⁴⁹ (todos estes artigos seriam depois suprimidos dos estatutos de 1947).

SOCIEDADE FEMININA RELIGIOSA E BENEFICENTE ISRAELITA

Para contornar a situação, mulheres judias prostitutas fundaram sociedades de ajuda mútua: Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita, estabelecida no Rio de Janeiro em 1906 (que inaugurou o Cemitério de Inhaúma em 1916); Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita, fundada em São Paulo em 1924, e Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita, fundada em 1930 em Santos.⁵⁰

Em São Paulo, uma das principais razões de fundação da Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita, em 30 de junho de 1924, foi justamente a impossibilidade de seus membros serem enterrados no Cemitério Israelita da Vila Mariana. Tanto

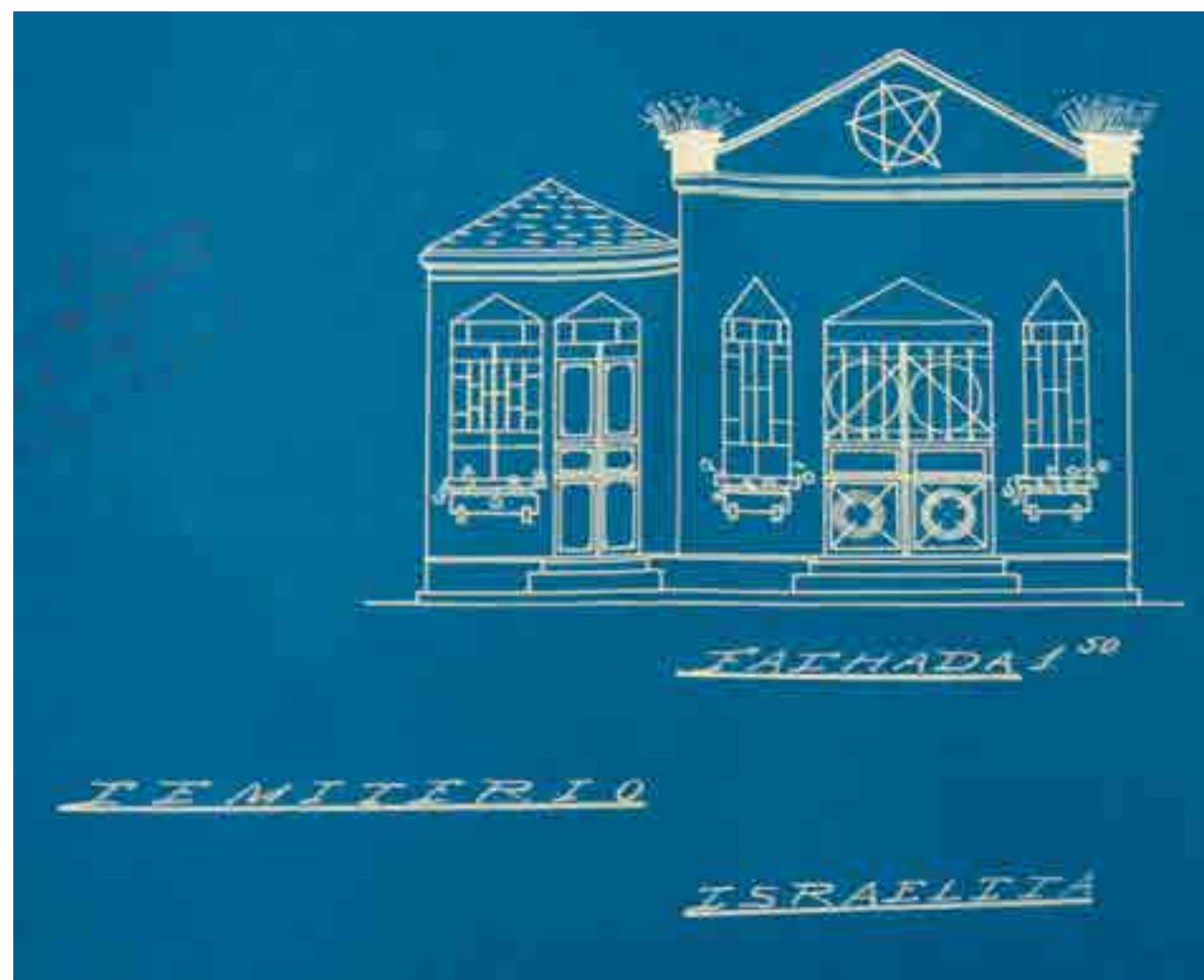
assim que a Sociedade colocou como uma de suas finalidades: “Auxiliar os funerais dos associados que falecerem, enterrando-os no cemitério da Associação e mandando colocar em suas sepulturas lápides com as respectivas inscrições”.⁵¹ A importância e a urgência deste assunto era tal que ocupou as primeiras assembleias da Sociedade Feminina e a aquisição de um terreno para este fim foi uma das suas primeiras providências.⁵²

As outras finalidades da associação de ajuda mútua eram: fundar uma sinagoga própria e nela praticar as cerimônias religiosas, socorrer os associados quando enfermos – em suas residências, com médicos e farmácia ou recolhê-los em quarto particular de hospitais – e fornecer aos sócios que por invalidez ou doença tenham que sair da cidade e “a conselho médico para mudarem de clima” uma passagem e auxílio em dinheiro.⁵³ Um aspecto particular e interessante da sociedade paulistana é que, embora aceitasse como membros tanto homens como mulheres, apenas as mulheres podiam ter cargos na diretoria.

A FUNDAÇÃO DO SEGUNDO CEMITÉRIO ISRAELITA EM SÃO PAULO

Em fevereiro de 1925, a presidente da Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita enviou uma carta ao prefeito municipal pedindo autorização para “construir um cemitério de acordo com a sua religião”. O processo de aprovação e autorização do novo cemitério seguiu mais ou menos o mesmo trâmite do Cemitério Israelita da Vila Mariana, passando por diversos pareceristas e comissões.

Novamente a questão dos cemitérios laicos e públicos, religiosos e particulares foi discutida. O primeiro parecer da Diretoria de Higiene foi contrário à autorização, por considerá-la inconstitucional uma vez que, em sua opinião, os cemitérios religiosos eram proibidos. Para o parecerista, “*competes às municipalidades a polícia, direção e administração dos cemitérios sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade religiosa. No exercício desta atribuição não poderão as municipalidades estabelecer distinção em favor ou detrimento de nenhuma igreja, seita ou confissão religiosa*”⁵⁴, escrevia ele em



DESENHO DA FACHADA DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE SANTANA, 1925.

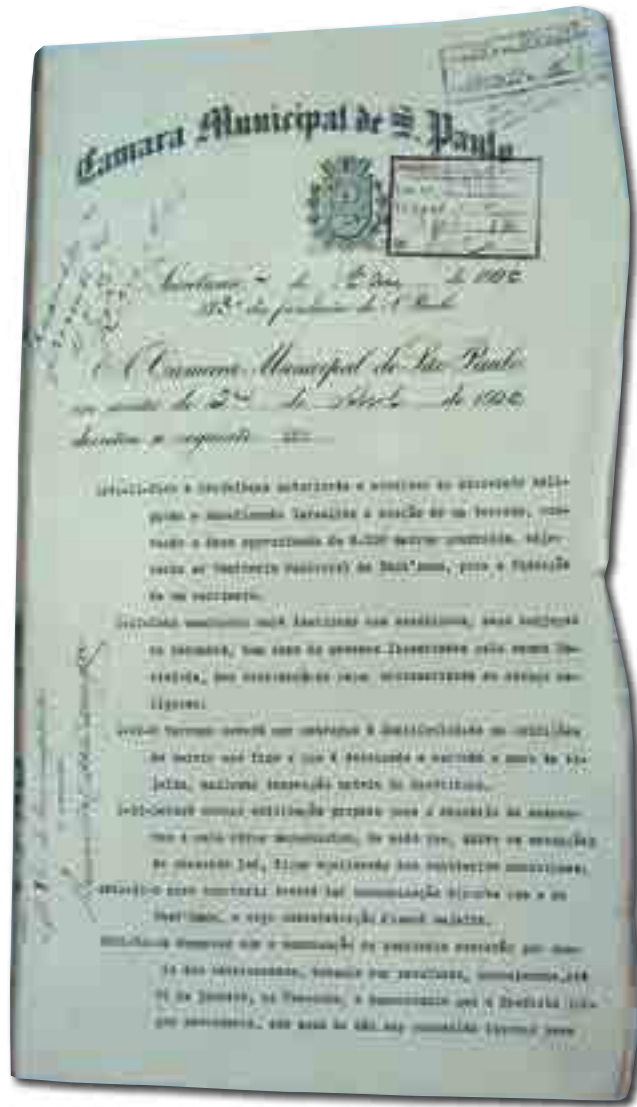
vermelho e grifado. E continuava: “*Nestas condições, é evidente que a Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita, requerendo autorização para construir um cemitério, de acordo com sua religião e em obediência aos seus estatutos, vai contra a Constituição da República e todas as leis federais e municipais sobre o assunto*”.⁵⁵

Coerente com essa interpretação dos princípios republicanos, o especialista considerava que em São Paulo existiam apenas 14 cemitérios regulares: os municipais, o do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira do Carmo, anteriores à lei que instituiu a obrigatoriedade dos cemitérios serem laicos: “*Fora desses 14 cemitérios, os cemitérios que possam existir em São Paulo são irregulares e contrários à lei, como*

o são o Cemitério Protestante e o Cemitério Israelita da Vila Mariana”⁵⁶, afirmava.

Mas, além da defesa dos valores republicanos, havia uma segunda ordem de questões. Como em nenhum momento ficou publicamente explícito a quais israelitas a Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita representava e por que não recorriam ao Cemitério Israelita da Vila Mariana, não era claro, para o poder municipal, porque esta Sociedade estava solicitando autorização para abrir outro cemitério judaico, o que provocou no parecerista uma dura reação e crítica à SCISP:

“*A Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, que tem o Cemitério Israelita da Vila Mariana, só permite que ali sejam enterrados os israelitas seus sócios*



LEI QUE AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE SANTANA, 1926.

escolhidos segundo o critério absoluto da respectiva diretoria. Como V. S. logo depreende, trata-se de um cemitério que se arroga o direito de estabelecer seleção nos enterros, com evidente falta do respeito devido aos mortos em toda coletividade civilizada e com indiscutível transgressão das leis deste país”.⁵⁷

O parecerista, então, exaltado, mas coerente com os valores republicanos, acrescenta: “Essa prática é tão estranha, tão contrária à índole e à legislação da República Brasileira” que o decreto que criou os cemitérios municipais especificava que até a construção destes “as municipalidades farão manter a servidão pública neles existentes, providenciando para que os

enterramentos não sejam embaraçados por motivo de religião”.⁵⁸

Assim, o parecer termina não só negando a autorização ao novo cemitério, mas pedindo inclusive o fechamento dos cemitérios protestante e israelita já existentes: “Para nesta oportunidade chamar a esclarecida atenção da Egregia Câmara Municipal para a situação irregular em que se encontram os Cemitério Israelita da Vila Mariana e o Protestante da Avenida Municipal, os quais, como manda a Constituição da República, não podem existir”.⁵⁹

A “NÃO-OBIGATORIEDADE DE LAICIDADE”

Para alívio tanto da SCISP como da Sociedade Feminina, um segundo parecer retomou os argumentos utilizados na aprovação do Cemitério da Vila Mariana e argumentou que, ao fixar a “livre prática de ritos”, a lei deixava clara a liberdade religiosa e não a obrigatoriedade de laicidade, defendendo a constitucionalidade tanto dos existentes como o deferimento do Cemitério Israelita de Sant’Anna (como se grafava Santana à época).⁶⁰

Seguindo esse critério, a Câmara Municipal aprovou a lei em 24 de abril e o prefeito Pires do Rio promulgou a Lei nº 2.974 em 10 de maio de 1926 que: “Autoriza o prefeito a aceitar da Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita a doação de um terreno, contendo a área aproximada de 5.300 metros quadrados, adjacente ao Cemitério Municipal de Sant’Anna, para a fundação de um cemitério”.⁶¹

O Cemitério Municipal de Sant’Anna, conhecido como Chora Menino, havia sido inaugurado em 1897 para atender a população do bairro, principalmente os imigrantes italianos que se instalaram na região. Havia em Santana um antigo cemitério, construído em 1875, inicialmente apenas para receber aos que morressem vítimas de varíola e que ficou conhecido como Cemitério dos Bexiguentos. Mas, pela distância do Cemitério da Consolação, a população em geral realizava sepultamentos no local, mesmo sem autorização, o que levou a prefeitura a construir um cemitério municipal no bairro. O cemitério foi ampliado em 1910.⁶²

O cemitério judaico de Santana, inaugurado em 1928, recebeu sepultamentos até os anos 60 e depois,

PRÁTICAS JUDAICAS DE SEPULTAMENTO E LUTO

A referência ao sepultamento já se encontra na Torá, o Pentateuco. O primeiro personagem da história bíblica a ser sepultado foi Sara, mulher de Abraão (Gênesis 23,4). Ele adquiriu uma propriedade e enterrou-a numa caverna (em cavidade natural e não enterrado no solo, que se tornou costume posteriormente). Abraão pediu para ser sepultado junto de Sara.



Não se encontra na Torá um conjunto de leis sobre luto ou sepultamento, conforme Francisco Moreno de Carvalho; a única exceção é a de que o morto por enforcamento deve ser enterrado antes do pôr-do-sol e algumas referências indiretas, o que demonstra que o respeito ao morto e as regras de luto e sepultamento eram tão conhecidos que não era preciso codificá-los.¹ Os procedimentos haláchicos (código legal judaico) sobre morte e sepultamento são: definição do momento da morte; cuidados gerais com o corpo nesta primeira fase (vigia e traslado); período de *aninut*, quando os parentes seguem uma espécie de pré-luto que termina no sepultamento; limpeza do corpo; sepultamento e *matseivá*; período de luto (*avelut*) dividido em fases (7 dias, 30 dias, 1 ano); consolo aos enlutados e reverência à memória do falecido.²

Entre as práticas mais estabelecidas no ritual de preparação do corpo, este deve ser transportado com o máximo de cuidado e respeito, com o caixão fechado e sendo guardado por pessoas da família até o

sepultamento. Antes do sepultamento, o corpo é lavado (a Tahará, purificação) por voluntários e depois vestido com uma mortalha (*tachrichim*), lençol de linho para mulheres e *talit* (sem as franjas, *tsitsiót*) para os homens. O ato de se cobrir o caixão com terra é feito, como costume, por amigos e familiares. Os presentes lavam as mãos ao sair do cemitério como sinal para se livrar da impureza da morte.

A colocação da pedra tumular (*matseivá*) segue diferentes costumes. Em algumas comunidades ela é colocada depois de um ano de falecimento. Em outras, após a fase de trinta dias do luto, o *shloshim*. O costume de “descerramento da pedra tumular” é seguido em algumas comunidades. Embora não tenha nenhuma referência à morte, o *kadish* se tornou a reza que simboliza o luto judaico. Ela exalta Deus em sua grandeza e majestade, afirmando que o mundo foi criado por Ele e que segue Seus desígnios, e não os nossos. Por isso, devemos aceitar que a morte, mesmo que não deva ser exaltada ou cultuada, faz parte do mundo que Ele criou e que aceitamos este desígnio, apesar da dor da perda de entes queridos, escreveu Francisco Moreno de Carvalho.

NOTAS

1. Moreno de Carvalho, Francisco. “Visão histórica do sepultamento no judaísmo: dos tempos bíblicos até nossos dias”, in: *Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo: Um Marco de Construções da Vida Comunitária*. Mimeo. São Paulo, SCISP, 2001.
2. Moreno de Carvalho, Francisco, *op.cit.*





PLACA NA ENTRADA DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE VILA MARIANA.

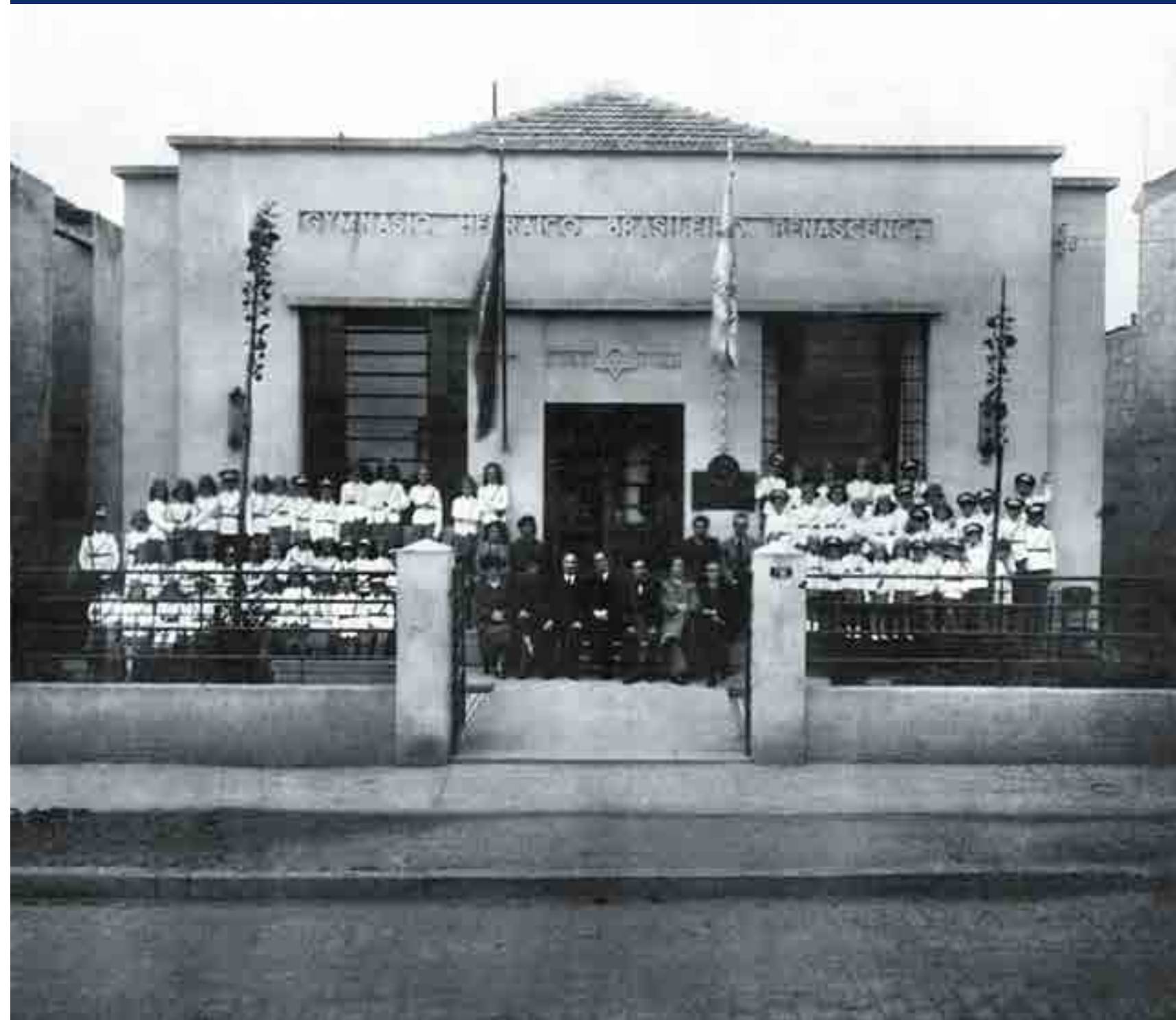
com a extinção da Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita, acabou, aos poucos, ficando em estado de abandono, até a década de 1970, quando os túmulos foram transferidos pela SCISP para o Cemitério do Butantã, conforme veremos no capítulo 8.

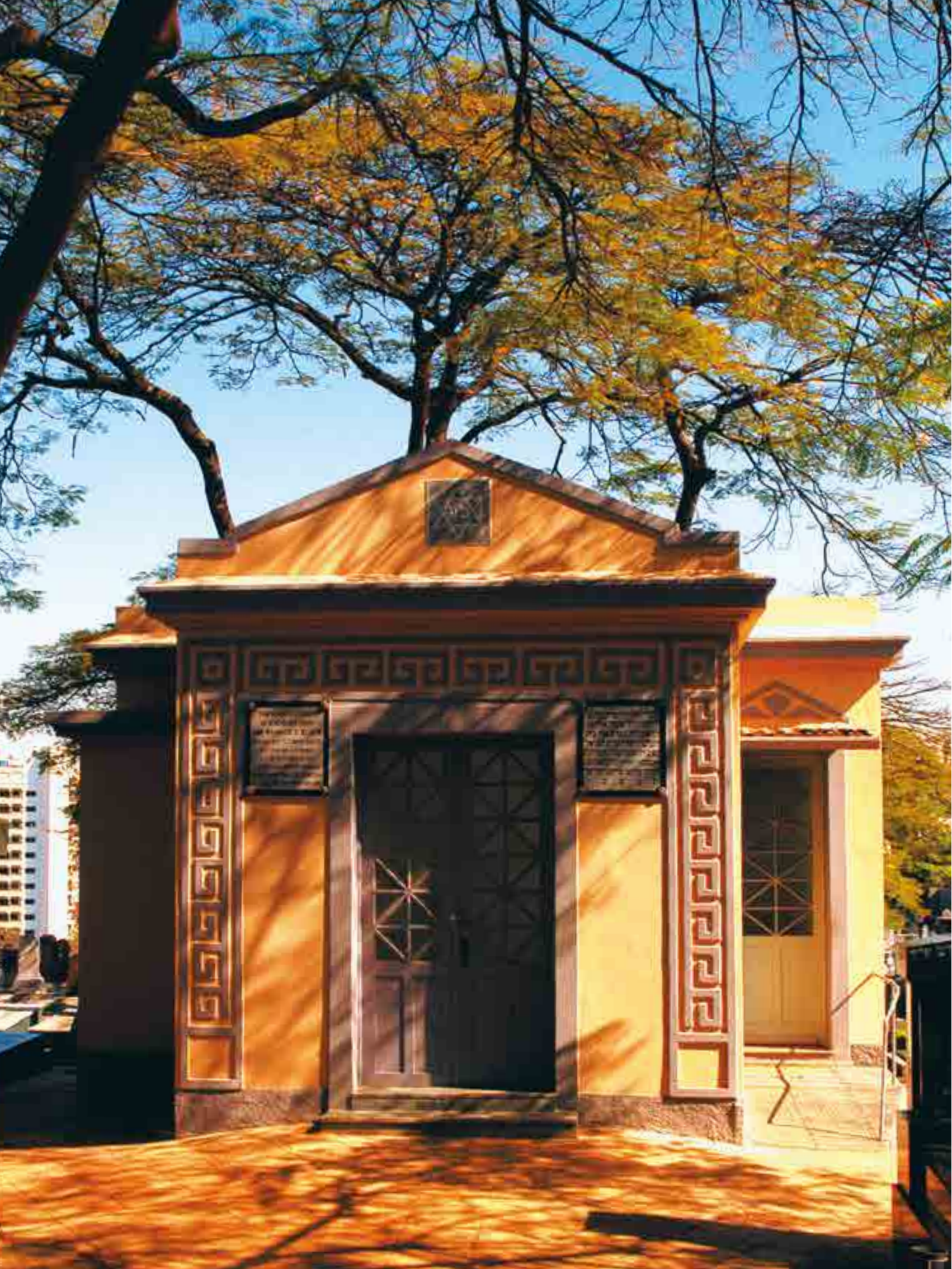
Com exceção das integrantes da Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita, a Sociedade Cemitério contemplava todos os grupos da comunidade judaica e permaneceu como entidade centralizada, diferente, por exemplo do Rio de Janeiro. E esta característica tem sido mantida desde então, o que imprimiu à instituição uma marca muito peculiar: a de

integrar e conciliar os mais variados grupos judaicos, de distintas origens, aderentes de diversas correntes do judaísmo e as conseqüentes práticas e rituais diferentes. As diretorias da Sociedade têm conseguido através do tempo administrar estas diferenças, compreendendo as transformações sociais e culturais dentro e fora da comunidade judaica e permitindo uma sábia convivência da diversidade e dentro do espaço dos cemitérios (que, nos anos 1970, incluiu os túmulos do Cemitério judaico de Santana e, na década de 1990, a preservação integral do Cemitério Israelita de Cubatão, conforme veremos no capítulo 8).

CAPÍTULO 3

A DISCUSSÃO SOBRE A
“KEHILÁ” E OS ANOS DA
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL





Superadas as dificuldades e os desafios iniciais, e plenamente estabelecida, a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo pôde, além de cumprir a sua missão de fundação, expandir suas preocupações e seu raio de atuação, o que evidencia a solidez rapidamente alcançada em sua década inicial de funcionamento.

As décadas de 1930 e 1940 marcaram o início de uma mudança na posição da Sociedade Cemitério em relação às outras instituições da comunidade judaica paulistana. Pilar fundamental da comunidade, de sua fundação e organização, referência central de sua permanência e da perpetuação de sua memória, a SCISP passou a discutir formas de apoiar as outras entidades e organizar a própria comunidade.

Em 20 de agosto de 1936, a ata de reunião da diretoria da SCISP registrava: “Restando poucas obras a serem executadas no futuro no cemitério, o presidente acha oportuno cogitar-se da comunidade israelita em São Paulo, propondo dois planos, sendo um que a sociedade cemitério organize a comunidade e outro que a sociedade cemitério apóie a comunidade, alterando para este fim os atuais estatutos”.¹

O debate entre as duas concepções, “organizar” ou “apoiar” a comunidade, pode ser entendido como a avaliação sobre a posição que a Sociedade Cemitério teria a partir do momento em que a entidade, além de possuir um lugar central na comunidade judaica, passou a ter condições materiais que excediam suas despesas. No entender de sua diretoria, estes recursos poderiam ser utilizados para outras atividades comu-

nitárias. A reforma nos estatutos realizada em janeiro de 1930 definira, como vimos, que para se tornar sócio não bastava pagar uma mensalidade, mas era preciso adquirir uma jóia, o que permitiu à Sociedade angariar um patrimônio financeiro (que requereu várias reuniões sobre a sua utilização).

Em reunião de 20 de agosto de 1936, a diretoria aprovou a diretriz de “apoiar” a comunidade, o que evitava naquele momento uma série de complicadas negociações e discussões sobre a formação de uma comunidade centralizada, uma *kehilá*. Mas dali em diante, devido a esta posição que passou a ocupar em meio às instituições judaicas de São Paulo – da qual esta discussão é uma conseqüência –, a Sociedade Cemitério Israelita se colocou no centro da discussão, que envolveu várias entidades, como a “Comunidade Sefaradi” e a “Comunidade Ashkenazi”, sobre como organizar a comunidade, fundar ou não uma *kehilá*, modelos de arrecadação de recursos e os critérios de distribuição de recursos gerados no interior das entidades. Esta discussão envolveria posteriormente a fundação da Federação das Entidades Israelitas em 1946. Foram debates intensos e profundos que atravessaram décadas, deixando registros, marcas e memórias de disputas muitas vezes acaloradas.

A PROCURA DE UM NOVO ESPAÇO PARA CEMITÉRIO

Também no início dos anos 1940, com a perspectiva de esgotamento do espaço disponível no Cemitério

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: PRIMEIRA CASA PRÓPRIA DO GYMNASIO HEBRAICO BRASILEIRO RENASCENÇA, NA RUA PRATES, NO BOM RETIRO, DOADA PELA FAMÍLIA KLabin-LAFER, 1937; FUNDADO EM 1922, O RENASCENÇA, JUNTO COM A SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO, FOI UM DOS MARCOS INICIAIS DA ORGANIZAÇÃO DE UMA COMUNIDADE JUDAICA EM SÃO PAULO. PÁGINA AO LADO: CASA DE TAHARA NO CEMITÉRIO ISRAELITA DA VILA MARIANA.



CRECHE DO LAR DA CRIANÇA ISRAELITA, ATUAL CRECHE DA UNIBES, QUE FUNCIONA NA MESMA CASA NO BOM RETIRO DESDE 1935.

da Vila Mariana, a Sociedade Cemitério começou a procurar terreno para um novo cemitério (que seria inaugurado em 1953, como veremos no capítulo 6). No ano de 1944 foi oficializada a Sociedade Religiosa Israelita de Última Caridade (conhecida como Chevra Kadisha ou Chessed Shel Emes, depois grafado como Hessed Schel Emes), que existia desde os anos 1920 e posteriormente, após adquirir em conjunto com a SCISP uma nova sede no Bom Retiro, se fundiria à SCISP, conforme também veremos no capítulo 6.²

No final dos anos 1920 e década de 1930 a comunidade já estava estabelecida com uma rede de instituições muito bem definidas e cerca de 30 mil integrantes. Em 1928, um acordo entre as organizações JCA, Emigdirect, e a Hias levou à criação do Hycem (ou Hicem) para coordenar o trabalho de ajuda aos imigrantes. A Ezra tornou-se o representante do Hycem em São Paulo, o que acabou levando à criação de um Comitê Central de Imigração, um fundo de recursos para a compra de passagens, uma caixa de empréstimos para imigrantes, dirigida por uma diretoria autônoma

em relação à Ezra e que tornou-se o embrião da Cooperativa de Crédito Popular do Bom Retiro, a *Lais Par Casse*, em 1929, banco que fornecia pequenas somas de dinheiro para ajudar os imigrantes a se estabelecerem economicamente. Havia também um *Bureau de Travail*.³ Muitas outras entidades judaicas haviam sido fundadas na cidade: a organização feminina sionista Wizo (1926), a Policlínica Linath Hatzedek (1929), a escola Colégio Talmud Torá, a Bnei Brith (1931), Gota de Leite da Bnei Brith (1933), clubes esportivos e culturais (Macabi, Cadima, Círculo Israelita e Sport Club) e a Biblioteca Israelita.

A partir de 1937 e até 1945 também é expressivo o número de entidades criadas, evidenciando uma intensa vitalidade da comunidade mesmo durante aqueles anos: Escola Luiz Fleitlich (1937), Sinagoga Israelita de Pinheiros Beth Jacob (1937), Lar da Criança Israelita da Sociedade Beneficente das Damas Israelitas (1939), a Organização Feminina de Assistência Social (Ofidas, 1940), o Centro Israelita Brasileiro do Cambuci, que manteve uma sinagoga e uma escola (1941), Socie-

Nome do Doador	Valor	Data
Esc. de Bom Retiro	3.256,00	
1. Caixa Econômica Federal	300.000	
26 de Novembro		
Para a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas de Bom Retiro	150.000	
Para a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas de Bom Retiro	150.000	
Para a Organização Feminina de Assistência Social 'Ofidas'	150.000	
Para a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas de Bom Retiro	150.000	600.000
28 de Novembro	175.000	
Para a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas de Bom Retiro	600.000	2.275.000
Para a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas de Bom Retiro	600.000	3.125.000
		6.625.000

O LIVRO CAIXA DA SCISP REGISTRA A CONCESSÃO DE DONATIVOS PARA EZRA, OFIDAS E LINATH HATZEDEK.

dade Sinagoga Israelita da Lapa (1941), Sociedade Religiosa Israelita Asilo dos Velhos (1941), Ginásio Chaim Nachman Bialik (1943), colégio Iavne Beith Chinuch (1945); no mesmo ano começou a funcionar o Seminário Hebraico Renascença de Professores, dirigido por Moyses Wainer.⁴ Nos anos 1940 foram ativos os movimentos juvenis Hashomer Hatzair, Dror, Ichud e Betar.

A Ofidas foi criada a partir da fusão de três entidades: Sociedade Beneficente das Damas Israelitas, Gota de Leite da Bnei Brith e Lar da Criança Israelita (das Damas Israelitas). Fundada e dirigida por mulheres, a Ofidas tornou-se uma referência no trabalho de assistência social, tendo uma visão bastante diferenciada da questão assistencial, vendo as necessidades dos que a ela recorriam sob o prisma da mulher, da criança e da família. A Ofidas era parte de uma muito bem estruturada rede de entidades. A Sociedade Beneficente Policlínica Linath Hatzedek, fundada em 1929 e localizada na esquina das ruas Ribeiro de Lima e Prates, no Bom Retiro, era um ambulatório médico que atendia

várias especialidades de consultas médicas e realizava pequenas cirurgias. Em 1936, a Ezra inaugurou, em São José dos Campos, interior de São Paulo, um sanatório para tuberculosos, que funcionou até 1966 e chegou a ter 120 leitos (os tratamentos quimioterápicos contra a tuberculose foram estabelecidos apenas nos anos 1940).⁵

Os imigrantes judeus-alemães, que se agruparam em torno da Congregação Israelita Paulista (CIP), fundada em 1936, criaram e mantiveram sua própria rede de assistência aos imigrantes recém-chegados e aos necessitados locais. A principal organização que eles fundaram foi a Comissão de Assistência aos Refugiados Israelitas da Alemanha (Caria), em 1933. A Caria trabalhava em contato com a Hias, com a Hilfsvereindeutscher Juden, de Berlim, e a JCA-Hicem, que tinha escritório no Rio de Janeiro, e depois também com o Joint. Além disso, a CIP dispunha de um departamento de assistência social, que manteve um convênio com o Joint e a JCA-Hicem, a exemplo do que a Ezra manteve a partir de 1928, como parceira





RECIBO DA "HEVRA KDOICHO", DÉCADA DE 1920.

local das entidades internacionais de auxílio aos refugiados judeus da Europa. A CIP manteve sua própria Chevra Kadisha.⁶

Em 1937 o presidente Getúlio Vargas decretou o Estado-Novo, utilizando como pretexto o Plano Cohen, uma suposta conspiração comunista (com alguma ressonância anti-semita). Era uma ditadura nacionalista, que impôs uma política anti-imigratória com as circulares secretas a partir de 1938. No entanto, apesar das restrições, milhares de judeus imigraram ao Brasil neste período (enquanto outros milhares não o conseguiram).⁷

Getúlio Vargas havia assumido o poder com a chamada Revolução de 1930, que encerrou a República Velha ou Primeira República (1889-1930), o período de hegemonia das oligarquias do “café com leite”.⁸ A crise de 1929, o colapso da economia agrícola e a queda dos preços do café levaram Vargas a investir na industrialização como um projeto de desenvolvimento do país, em um projeto político também definido pelo movimento tenentista que se opunha ao sistema oligárquico e propugnava por reformas políticas e econômicas. Ao tomar posse em 1930, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais e destituiu os governadores. O período que se iniciou foi o de um Estado intervencionista, ditatorial e ao mesmo tempo “modernizante” em vários aspectos, como a criação de inúmeros órgãos de planejamento central e desenvolvimento econômico, modernização do aparato estatal e as leis trabalhistas consubstanciadas na CLT.⁹

O anti-semitismo esteve presente nos anos 1930 e 1940 em importantes círculos do governo, especialmente o Itamaraty, e também na atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB) e de Gustavo Barroso. Sua mais grave consequência foram as circulares secretas que restringiram a imigração de judeus ao Brasil a partir de 1937. Este anti-semitismo produziu episódios terríveis, como a história dos três mil vistos a católicos não-arianos que o Vaticano solicitou ao governo brasileiro e que, em sua maior parte, acabaram sendo recusados, e centenas de histórias trágicas de refugiados que não puderam entrar.¹⁰ Neste sentido, a política do governo brasileiro foi conivente com o anti-semitismo na Europa. Mas embora o Estado-Novo tivesse núcleos ideológicos afinados com regimes de extrema direita, com o fascismo italiano e mesmo com o nazismo alemão, não se pode, no entanto, defini-lo como um regime fascista ou nazista, historiograficamente falando.¹¹

Mesmo diante de uma atmosfera nacionalista e um discurso semifascista, as instituições judaicas funcionaram de forma corriqueira, incluindo várias novas entidades fundadas durante o Estado-Novo e a Segunda Guerra Mundial, conforme já vimos. O clima xenófobo do Estado-Novo e a política anti-imigração, com as circulares secretas, não interferiram no funcionamento efetivo das entidades locais.¹² Na Sociedade Cemitério, os enterros foram realizados normalmente com as inscrições em hebraico ou idish nas lápides e a SCISP manteve sua atuação, procurando inclusive o terreno para o novo cemitério.

As principais entidades judaicas de São Paulo, portanto, funcionaram normal e corriqueiramente, entre elas a Ezra, a Ofidas, a CIP e seu movimento escoteiro Avandava, que mantiveram suas atividades públicas sem temor visível, mesmo quando sob vigilância da polícia. Entre 1943 e 1945, palestras, seminários e uma série de eventos ligados ao sionismo, à literatura hebraica e ao ensino de hebraico e de idish foram realizados abertamente em São Paulo. Na capital paulista, o programa de rádio “Hora Israelita”, dirigido por Siegfried Gotthilf e iniciado em 1940 na Rádio Piratininga, logo se tornou “Programa Mosaico”, e tocava regularmente músicas judaicas e em idish, com programas dirigidos à comunidade judaica em

São Paulo. Muitas entidades adaptaram-se e se ajustaram às regras do Estado-Novo, “nacionalizando” seu nome, elegendo uma diretoria de “brasileiros natos” e mudando seus estatutos.¹³ No caso da SCISP, estas restrições já eram preenchidas em grande medida em consequência das exigências do poder público quando da fundação da entidade.

O Bom Retiro era o centro da vida judaica em São Paulo desde os anos 1910 e pelo menos até os anos 1970. Os judeus de outros bairros em São Paulo funcionaram durante muito tempo como comunidades relativamente autônomas, com sinagoga, escola, centro comunitário, grupo juvenil próprio, jornal, mas mantendo um inter-relacionamento com a comunidade judaica como um todo, já que algumas instituições eram comuns aos subgrupos.

AS PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE A KEHILÁ

A discussão sobre a kehilá, que mobilizou as reuniões da Sociedade Cemitério nos anos 1930, data de pelo menos a década anterior; o significado de kehilá não era dado nem como “natural” nem como automático. Era preciso definir que tipo de organização coletiva os israelitas desejavam criar. Em uma iniciativa que cabe recordar, como exemplo dos vários projetos possíveis de comunidade, o rabino Isaias Raffalovich, que veio ao Brasil em 1923 como representante da Jewish Colonization Association (JCA), para tratar da imigração de refugiados judeus da Europa Oriental e se tornou o primeiro Grão-Rabino do país, defendia a proposta de estabelecer-se no Rio de Janeiro uma organização central representativa dos judeus perante a sociedade.¹⁴

Essa entidade seria responsável por organizar a vida dos judeus no Brasil, a fim de atender a seus interesses religiosos, morais e sociais, culturais e educacionais, representar os judeus, auxiliar as entidades filiadas, criar novas instituições, como escolas, sociedades de ajuda, chevrot kedishot e orfanatos e organizar um registro geral de casamentos, nascimentos e óbitos. Sua diretoria seria mista, de ashkenazim e sefaradim. Segundo Nachman Falbel, no entanto, “a kehilá acabaria morrendo pois no fundo um dos fatores que a solapavam era o extremado individualismo das instituições



ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DA SCISP DISCUTE COMO VIABILIZAR AS DOAÇÕES PARA EZRA, LINATH HATZEDEK, OFIDAS E SOCIEDADE ASYLO DOS VELHOS, 6.10.1940.

já existentes, cujas presidências e diretorias lançavam um olhar de suspeita à idéia de se subordinarem a uma organização-teto que talvez pudesse diminuir a força de seu mando local e o koved (honra) de suas funções ou representações”.¹⁵

Na mesma época outras comunidades da América Latina viviam a mesma questão de como organizar a comunidade judaica que recebia novas levas imigratórias. Na Argentina, em 1920, por exemplo, houve uma tentativa de formar uma organização que abarcasse toda a vida comunitária, a “Aliança”. O primeiro passo para a “Aliança” foi uma reestruturação administrativa e a cobrança de uma quota unificada, que os sócios das diversas associações deveriam pagar mensalmente. A cobrança unificada não deu resultado e a “Aliança” perdeu sua base de sustentação, desaparecendo em 1926.



Em Buenos Aires, a Sociedade Cemitério local ocupava um lugar central nessa discussão. A diretoria da *Jevrá Kedushá Ashkenazi*, precursora da Asociación Mutual Israelita Argentina (Amia), reclamava na época que ficara com as funções que deveriam ser da “Aliança” e cobrava a participação das outras instituições (Ezra, Hogar de Ancianos e Huérfanos, Bikur Joilim, Damas Israelitas, Liga Judia Contra Tuberculosis e outras).¹⁶ A questão do pagamento único criou um clima de apreensão nas diversas entidades argentinas e seus funcionários; com exceção da *Jevrá Kedushá*, que tinha ingressos mensais dos sócios e pagamentos dos serviços fúnebres, as outras associações beneficentes dependiam de campanhas esporádicas e temiam ficar sem verbas. Também não existia uma unidade ideológica que unisse as diferentes entidades. Enfim, a “Aliança” argentina cessou.¹⁷

VIABILIZANDO AS DOAÇÕES

A partir da década de 1930, a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – ampliando sua missão – tornou-se, portanto, uma importante fonte de financiamento de entidades e de inúmeras atividades comunitárias. Isto definiu um padrão de relacionamento da entidade com a comunidade que perdurou nas décadas seguintes e evidenciou um compromisso da entidade com outras instituições – sempre que houvesse recursos disponíveis –, especialmente com suas obras assistenciais e educacionais, mas também com diversas outras entidades e programas, de tal forma que a Sociedade Cemitério tornou-se uma referência central neste campo. Em muitos casos, o apoio da Sociedade Cemitério Israelita não foi apenas uma ajuda suplementar, mas uma contribuição decisiva para a manutenção de várias entidades e de diferentes projetos.

Uma vez decidida a ajudar as outras entidades, faltava apenas a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo regularizar a questão legal que permitisse essas doações. A rigor, os estatutos limitavam as atividades da Sociedade Cemitério a seus propósitos como entidade que deveria cuidar do cemitério, dos sepultamentos e garantir o ritual judaico, e impediam a doação de recursos a terceiros. Começou então uma discussão que resultaria na modificação dos estatutos em 1946. Mas,

enquanto isso, eram necessárias soluções temporárias para legitimar a ajuda às entidades. Uma das formas encontradas foi o empréstimo – e não doação – de recursos às entidades necessitadas. O Asilo dos Velhos, por exemplo, recebeu vários empréstimos entre 1938 e 1941, assim como a Ezra, e posteriormente tiveram suas dívidas perdoadas e convertidas em doação.¹⁸

As doações poderiam ser feitas, segundo o parecer dos advogados consultados, desde que com a anuência unânime dos sócios – o que implicaria em um grande trabalho de reunião dos associados, mas viabilizava a ação. Assim, o presidente Roberto Lichtenstein e sua diretoria (entre os quais Luiz Fleitlich, Leon Kasinsky, Proushan, Maurício Pfeifer, Boris Daneman, Moyses Kauffmann, José Teperman, Francisco Teperman, Isidoro Chansky e Horácio Lafer) decidiram em 1940 doar 15 contos de réis para cada uma das seguintes entidades: Sociedade Beneficente Ezra, Sociedade Beneficente Linath Hatzedek, Organização Feminina Israelita de Beneficência (Ofidas) e Sociedade Asilo dos Velhos (quando esta entrasse em funcionamento).¹⁹

Em fevereiro de 1941, todos os sócios da Sociedade Cemitério assinaram documento autorizando “a concessão de donativos à que se refere a ata da sessão anterior”. A reunião que formalizou a aprovação foi realizada em 10 de fevereiro de 1941, na sede da Bnai Brith. Além dos empréstimos anteriores para Ezra e Asilo dos Velhos, novos empréstimos foram feitos à Ezra em fevereiro de 1941, no montante de 50 contos, e Asilo dos Velhos, no valor de 20 contos. Em fevereiro de 1945, as dívidas da Ezra e do Asilo dos Velhos foram perdoadas, “visto se tratar de instituições beneficentes que vêm lutando com grande dificuldade”, o que foi aprovado pela diretoria.

1940: AMPLIAÇÃO E NOVO TERRENO PARA CEMITÉRIO

A necessidade de ampliação do Cemitério da Vila Mariana ou a compra de um novo terreno em outro local da cidade já era um tema recorrente na SCISP desde 1941, quando se discutiu a ampliação do terreno do cemitério, pois estava à venda um grande lote dos herdeiros de Mauricio Klabin. Mas havia um impedimento: uma rua passava no meio do terreno.

Em 1945 uma parte do terreno, entre o cemitério e a futura Avenida Aclimação, havia sido prometida por Gregori Warshavchik²⁰, mas como não se efetivou a doação da faixa de terreno na Vila Mariana, “por motivos internos da família Klabin”, a diretoria partiu para a aquisição de um novo terreno.

Uma das possibilidades cogitadas foi a compra de um terreno junto ao Cemitério da Vila Formosa, que estava em construção em 1941 em um local desapropriado pela prefeitura. Esta foi uma alternativa aventada, mas na ocasião a diretoria foi informada pela prefeitura que, caso fosse impossível a compra do terreno contíguo ao futuro cemitério, talvez se pudesse adquirir um terreno independente (sem ser adjacente a um cemitério público) para a construção de um novo cemitério²¹ (inaugurado em 1949, o Cemitério da Vila Formosa se tornaria o maior do Brasil).

A aquisição de um novo terreno esbarrava em outras limitações: além das exigências topográficas e técnicas, a legislação limitava as áreas da cidade em que poderiam ser construídos novos cemitérios e era difícil encontrar um lugar que satisfizesse todas as exigências. Como explicava um relatório da diretoria: “Deparamos com dois outros difíceis problemas: em primeiro lugar, a legislação municipal em vigor somente permitia a existência de cemitérios particulares vizinhos a cemitérios da Prefeitura; em segundo, o eventual terreno teria que ter a aprovação da Prefeitura”.²²

Em 1946, os diretores marcaram uma audiência com o prefeito e o “consultaram a respeito dos rumores que a prefeitura ia abrir novos cemitérios e a possibilidade de conseguirmos dela reserva de um terreno anexo aos outros cemitérios”.²³ Os diretores discutiram também a possibilidade de compra de um novo local, diante da necessidade de uma solução urgente, “visto que o cemitério atual, em futuro não muito distante, não irá mais atender às necessidades”.²⁴ As discussões a respeito da compra de um novo terreno continuaram, com o assunto se tornando cada vez mais urgente, uma vez que, conforme registro em ata de 1948, “os lugares livres no velho cemitério já são muito limitados”.²⁵ Em setembro de 1948, a SCISP decidiu fazer uma oferta de compra de um terreno de 100 mil m² na Vila Saúde (ou Jardim da Saúde), mas o terreno foi desapropriado pelo Estado e a compra não se viabilizou.



ATA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE RELIGIOSA ISRAELITA DE ÚLTIMA CARIDADE, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL, 1º DE JUNHO DE 1944, EMBORA A ENTIDADE FUNCIONASSE DESDE OS ANOS 1920.

COMITÊ HEBREU BRASILEIRO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DA GUERRA

Para além das questões locais, os judeus de São Paulo estavam preocupados e mobilizados com o que estava acontecendo na Europa, a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1º de setembro de 1939, que provocou o acirramento do anti-semitismo e, depois, o confinamento em guetos e a deportação de milhões de judeus de vários países da Europa Oriental e Ocidental para os campos de extermínio na Polónia ocupada pela Alemanha nazista.²⁶

Assim, quando foi decidido o auxílio às instituições locais foi também contemplada a campanha de

socorro às vítimas da guerra. Em agosto de 1940, o diretor Julio Becker, “referindo-se à auspiciosa situação financeira da Sociedade, de acordo com o relatório apresentado pelo presidente, propõe que seja a nova diretoria autorizada a contribuir com a quantia de R\$ 25:000\$000 para a Campanha Hebreu-Brasileira que ora vai se iniciar, em benefício das vítimas israelitas da guerra e das invasões na Europa”.²⁷ Em fevereiro de 1941, junto com as entidades beneficentes, a campanha recebeu 15 contos de réis. As campanhas eram dirigidas pelo Comitê Hebreu-Brasileiro de Socorro às Vítimas da Guerra (fundado pelo Centro Hebreu-Brasileiro), que enviou roupas e outros itens aos refugiados de guerra na Europa.

Em 1942 foi iniciada a Campanha Unida, um movimento visando unificar a arrecadação de recursos no interior da comunidade judaica, para que não houvesse concorrência pelos recursos, especialmente entre as entidades assistenciais. Mas foi, sobretudo, um movimento que acabou levando à criação da própria Federação Israelita, que considerava os judeus de São Paulo, a “colônia israelita”, como uma comunidade que deveria ser unificada e cujos recursos deveriam ser gerenciados segundo um sentido comum. A Sociedade Cemitério apoiou a Campanha Unida e a posterior fundação da Federação Israelita. O processo das Campanhas Unidas não ocorreu sem diferenças políticas entre as entidades. A Congregação Israelita Paulista, por exemplo, não aderiu à campanha e nem se filiou inicialmente à federação.

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, outras entidades e campanhas foram criadas e desenvolvidas. A mais conhecida foi o Comitê Central Israelita de Socorro às Vítimas da Guerra, autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira. Outra entidade ativa foi a Sociedade Escudo Vermelho de David. Em São Paulo, foi constituído em 1944 o Comitê para Angariação de Roupas em Prol dos Israelitas Vítimas da Guerra, que contou com a participação do Centro Hebreu-Brasileiro, Centro Cultural Progresso, Ezra, Asylo dos Velhos, Escudo Vermelho, Linath Hatzedek, Associação dos Israelitas Poloneses, Macabi, Sociedade Beneficente dos Israelitas Poloneses, Centro Recreativo Cultura, Escola Profissional ORT e Fundação Mrs. Churchill.

A comunidade judaica brasileira não descuidava de atividades cívicas. Em abril de 1943, o Grêmio Hebreu-Brasileiro realizou um “baile do bônus de guerra” na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro²⁸. Mas o episódio mais conhecido da participação judaica foi a adesão à campanha para dotar o país de uma aviação civil e militar, com a doação de cinco aeronaves no final de 1942.²⁹

A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE RELIGIOSA ISRAELITA DE ÚLTIMA CARIDADE

Em 1º de junho de 1944, como já referido, foi formalizada a Sociedade Religiosa Israelita de Última Caridade. Conforme a primeira ata: “Fundada nesta Capital, tem por fim manter e cuidar de uma Câmara Ardente, de conformidade com o ritual hebraico, concorrer e dar sepultura aos israelitas necessitados e a todos ministrar o ritual hebraico, manter um corpo especial a fim de, quando solicitado, tratar aos defuntos de conformidade com o ritual hebraico”.³⁰

A Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo administrava o cemitério e proporcionava as sepulturas, além do ritual judaico a quem precisasse, ou seja, atuava de fato como uma sociedade funerária, chevra kadisha. Mas esta última missão era compartilhada com outras chevrot kedishot, entre elas a Sociedade Religiosa Israelita de Última Caridade, a da Congregação Israelita Paulista, uma Chevra Kadisha Sefaradi e a Sinagoga Israelita Paulista, ligada à imigração húngara – que mantinham diferentes ritos, costumes e rituais funerários. Estas entidades eram constituídas por grupos de voluntários que se reuniam quando necessário e se responsabilizavam pelo ritual.

Assim, ao mesmo tempo em que iniciava uma nova etapa em sua relação com a comunidade, associação com outras chevrot kedishot e apoiando suas instituições e contribuindo para as campanhas unificadas e para os esforços em prol dos imigrantes e dos refugiados durante e no pós-guerra, a Sociedade Cemitério Israelita buscava um terreno para um novo cemitério, dado o já então previsível esgotamento do número de lugares no Cemitério da Vila Mariana, confirmando e renovando a missão para a qual foi fundada.

OS ANOS DO PÓS-GUERRA



ESTATUTOS
DA
SOCIEDADE CEMITERIO ISRAELITA
DE
SÃO PAULO



SÃO PAULO
TIPOGRAFIA AURORA LTDA.
Rua General Couto de Magalhães, 396
1947

Os anos do pós-Segunda Guerra Mundial trouxeram à comunidade judaica uma mescla de apreensão e esperança. O conhecimento detalhado da extensão do Holocausto na Europa instaurou uma atmosfera sombria, mesmo diante da celebração da vitória Aliada e da derrota da Alemanha nazista. Centenas de milhares de sobreviventes e refugiados ocupavam as atenções das entidades assistenciais judaicas, inclusive no Brasil, e a esperança renasceu com o movimento sionista se consolidando rumo à criação de Israel.

No dia 7 de maio de 1945, a Alemanha nazista capitulou frente aos Aliados. O Japão se renderia em 14 de agosto. Poucos meses antes, entre 4 e 11 de fevereiro, reuniram-se em Ialta, na então União Soviética, os líderes dos Estados Unidos, Roosevelt, da União Soviética, Stalin, e da Inglaterra, Churchill, para definir o fim da guerra e os primeiros passos da paz.

No Brasil, a Força Expedicionária Brasileira, que combateu os nazistas no norte da Itália junto ao exército norte-americano, voltou vitoriosa e foi festejada em gigantescos desfiles no Rio de Janeiro e em São Paulo.¹ O Brasil encerraria um período de governo de 15 anos de Getúlio Vargas, parte dele sob a ditadura do Estado-Novo e um processo de centralização do Estado em todos os campos. Eleições livres levaram Eurico Gaspar Dutra à presidência e uma nova Constituição democrática e liberal foi promulgada em 1946.

Se nas eleições presidenciais de 1930 votaram 1,9 milhão de pessoas (equivalente a menos de 6% da

população do país), no pleito de dezembro de 1945 votaram um total de 6,2 milhões de eleitores. Assim, a mudança constitucional de 1946 incluiu como cidadãos plenos uma parcela da população brasileira que não votava nas eleições e, com isso, ampliou a base social e cultural da cidadania e do debate político e eleitoral.² A nova Constituição do país, promulgada em 18 de setembro de 1946, adotou um modelo liberal-democrático, com eleições diretas para presidente da República, mandato de cinco anos e voto obrigatório para homens e mulheres alfabetizados. O voto obrigatório para mulheres foi uma mudança social de impacto, já que a Constituição de 1934 previa o voto obrigatório apenas para as mulheres que trabalhassem em cargo público remunerado.

A movimentação foi intensa na comunidade judaica após a Segunda Guerra Mundial, com a chegada de grande número de imigrantes e o ativismo sionista. Primeiro, tratou-se de organizar uma ampla rede de apoio aos imigrantes, processo que levou ao reforço da Campanha Unida entre as várias entidades que trabalhavam na recepção aos imigrantes e, depois, à criação da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo.³

No final da guerra organizaram-se, além do Centro Hebreu-Brasileiro, o Comitê Weitzman, o *Poalei Zion Hitachdut* e a Associação Chaim Weitzman. A Organização Sionista do Brasil começou a funcionar em agosto de 1945, depois seria a vez da Organização Sionista Unificada e depois a Organização dos Sionistas

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: ENTERRO SIMBÓLICO DAS CINZAS DE VÍTIMAS DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE MAIDANEK, TRAZIDAS POR INICIATIVA DA UNIÃO DOS ISRAELITAS POLONESES EM SÃO PAULO E SEPULTADAS (TEMPORARIAMENTE) NO CEMITÉRIO DA VILA MARIANA, 1950. PÁGINA AO LADO: CAPA DA PUBLICAÇÃO DOS NOVOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE CEMITÉRIOS QUE AUTORIZAVAM A DIRETORIA A DECIDIR SOBRE A DOAÇÃO DE RECURSOS A SOCIEDADES BENEFICENTES E EDUCACIONAIS.



AO REALIZAR O ENTERRO SIMBÓLICO E TEMPORÁRIO DAS CINZAS DE VÍTIMAS DE MAIDANEK, A UNIÃO DOS ISRAELITAS POLONESES EM SÃO PAULO E A SCISP JÁ PLANEJAVAM CONSTRUIR UM MONUMENTO ÀS VÍTIMAS DO NAZISMO.

Revisionistas Unidos do Brasil, refletindo as diversas posições ideológicas no interior do movimento sionista. Mais tarde seria fundada a Agremiação Juvenil Betar e a Federação das Organizações Juvenis Judaicas de São Paulo, que fez um comício de protesto contra o Livro Branco britânico (de 1939), em janeiro de 1946. A manifestação teve o apoio da SCISP.⁴

Em dezembro de 1945, a Sociedade Cemitério elegeu uma nova diretoria. O presidente da Sociedade Cemitério, Francisco Teperman, que permaneceria neste cargo até 1955, reafirmou na primeira reunião de sua gestão sua intenção de intensificar as atividades “em prol da coletividade israelita em São Paulo”. O rabino David Valt propõe que a SCISP “se torne o centro financeiro para todas as outras instituições israelitas locais”, argumentando que a preocupação com orçamento e a administração provocou a diminuição de suas atividades. Segundo o rabino, das 6 ou 7 mil famílias de israelitas de São Paulo, “apenas 1.300 pessoas são registradas como sócios nas diversas sociedades”; além

disso, afirmava que os cobradores das entidades ficavam com até 20% das doações recebidas, o que diminuía o montante de recursos disponíveis para as entidades.⁵

O diretor da SCISP, Leon Feffer, ponderou que, se os estatutos fossem alterados, a Sociedade Cemitério poderia contribuir com 40% dos seus recursos para as entidades beneficentes. Outro diretor sugeriu que se deveria instituir “uma contribuição para todas as sociedades, a fim de conseguir uma maior organização e harmonia na nova vida social”. A diretoria decidiu, então, avaliar o modelo da organização argentina, em Buenos Aires, onde “tal organização de sociedades já existe” e de onde poderiam vir subsídios, para analisar a questão (não há registro da resposta da Argentina).⁶ A referência à organização argentina era justificada porque tinha sido fundada pela Sociedade Cemitério da capital argentina. Depois do insucesso da tentativa de fundar uma associação que reunisse e organizasse a comunidade na década de 1920, a Jevrá Kedushá Ashkenazi foi assumindo outras funções e atividades



RABINO VALT, DA SCISP, ACOMPANHADO DE CRIANÇAS EM CERIMÔNIA RELIGIOSA.

beneficentes, educacionais e culturais. “Os judeus de Buenos Aires aprovaram essa ampliação de atividades da Jevrá Kedushá, e cada vez mais se acostumaram à idéia de que esta instituição deveria ser considerada como centro de todas as organizações judaicas da Capital.”⁷ Em 1944, a JKA reunia 22.000 sócios e passava por um processo de oficialização desta nova função, que se deu em 1949 com a fundação da Asociación Mutual Israelita Argentina – Amia Comunidad Judia de Buenos Aires, que se tornou o centro da comunidade judaica argentina.⁸

Em 1946, a Sociedade Cemitério auxiliou diferentes entidades, entre elas a Escola Religiosa Brasileira Israelita, a Escola Luiz Fleitlich, Escola do Cambuci, a Sociedade Hebraico Brasileira Renascença, Sociedade de Beneficência Ezra, Ofidas, Sociedade Beneficente Policlínica Linath Hatzedek, Escola Industrial ORT de São Paulo, Seminário Hebraico de Professores (que funcionava no Renascença) e a Sociedade Religiosa Israelita – Asilo dos Velhos.

Para destinar os recursos, a diretoria da SCISP manteve um interessante debate. De um lado, o diretor Leon Feffer defendia que a Sociedade Cemitério entregasse um cheque com a soma total dos recursos destinados a cada entidade à Campanha Unida, e que esta fizesse a distribuição conforme indicação da própria Sociedade Cemitério. De outra parte, o diretor Salo Wissmann defendia que a Sociedade Cemitério deveria emitir cheques nominais dirigidos a cada entidade em separado e que estes fossem entregues a cada entidade por intermédio do Comitê Central da Campanha Unida. O assunto foi debatido e então votado, tendo prevalecido a posição de fazê-lo via Comitê Central da Campanha Unida da Federação Israelita.

Estas posições provavelmente não foram apenas uma diferença operacional sobre como emitir os cheques, mas revelavam, de certa forma, uma diferença de pontos de vista sobre a atuação da própria Sociedade Cemitério frente à federação e à comunidade. As opções em debate eram entregar diretamente os recursos



FRANCISCO TEPERMAN, PRESIDENTE DA SCISP DE 1946 A 1955, REAFIRMOU NA PRIMEIRA REUNIÃO DE SUA GESTÃO A INTENÇÃO DE INTENSIFICAR AS ATIVIDADES "EM PROL DA COLETIVIDADE ISRAELITA EM SÃO PAULO".

às entidades contempladas ou fazê-lo via Campanha Unida da Federação Israelita, apoiando o papel de centralização comunitária ocupado por esta entidade.

Quando a guerra acabou, muitos refugiados do Holocausto e da guerra chegaram ao país. Em outubro de 1946, um total de 35 diferentes entidades formou um Comitê Pró-Refugiados Israelitas e pediu o apoio da Sociedade Cemitério. A diretoria da Sociedade resolveu “que em princípio todos os presentes estão a favor de prestar auxílio aos sobreviventes da Europa que tiveram a felicidade de chegar ao hospitaleiro Brasil”.⁹ Foi aprovado um empréstimo para o Comitê de Emergência em 30 de janeiro de 1947.

FUSÃO ENTRE CHEVRA KADISHA E SCISP

Em abril de 1946, a Sociedade Religiosa Israelita de Última Caridade solicitou uma reunião conjunta de diretores das duas entidades, com a presença de

membros da CIP quando se discutiu a construção de um Pavilhão de Tahara, o que foi aceito por todos. Em maio do mesmo ano ocorreu a primeira iniciativa de fusão entre a Sociedade Última Caridade e a Sociedade Cemitério, quando a Sociedade Última Caridade enviou uma carta à SCISP solicitando uma reunião conjunta para discutir a união entre as duas entidades.

A reunião foi realizada em 28 de maio de 1946 com a presença de Waitzberg, da Sociedade Última Caridade, Erwin Oerstner, da CIP, e membros da diretoria da Sociedade Cemitério: Francisco Teperman, Salo Wissmann, Isaac Teperman e M. Abramovitz. Além do tema da fusão, as entidades discutiram também a idéia de construir um monumento em memória das vítimas israelitas durante a Segunda Guerra Mundial.

APOIO À FEDERAÇÃO ISRAELITA

Em janeiro de 1947, logo após a sua fundação, a Federação Israelita solicitou à SCISP um empréstimo por um prazo de seis meses, “enquanto não se regulariza sua receita normal”, conforme o registro da ata de 14 de janeiro de 1947. A Sociedade concedeu um empréstimo de 50 mil cruzeiros pelo prazo de seis meses.

Logo em seguida, em reunião extraordinária, a diretoria da SCISP decidiu emprestar (depois doar) 100 mil cruzeiros ao Comitê de Emergência, como era chamado, para auxiliar os refugiados. Ao findar o prazo do empréstimo da Federação, esta pediu novo empréstimo, de igual valor, com prazo de 120 dias, o que foi aprovado por unanimidade. Em setembro de 1947, a SCISP aprovou empréstimo à Ofidas.

A Ofidas passava por uma séria crise financeira naqueles anos. Diante da expansão de atividades, do atendimento aos imigrantes e por não participar da Campanha Unida, a Ofidas enfrentou uma séria crise de recursos, que a levou a cogitar até fechar um dos seus departamentos, como o Lar da Criança ou o de Higiene Infantil. Em reunião de julho de 1947, conforme ata de reunião de diretoria da Ofidas, decidiu-se que o departamento de assistência social não podia ser fechado, “pois isto significaria que várias pessoas idosas e várias mulheres abandonadas, juntamente com seus filhos e outras famílias inteiras, ficariam sem o mínimo de auxílio que a Ofidas lhes presta,

bem como em perigo de perderem as suas residências paupérrimas, para cujo aluguel recebem o auxílio da Ofidas”. O empréstimo e o apoio da Sociedade Cemitério foram, portanto, significativos para manter as atividades da Ofidas naquele ano crítico de 1947. A Ofidas integraria a Campanha Unida em 1948, mesmo sem ser sócia da Federação, filiação que, por sua vez, ocorreria em 1951.¹⁰

NOVOS ESTATUTOS

Em setembro de 1947 foram apresentados os novos estatutos da SCISP, que resolviam definitivamente a questão das doações às sociedades beneficentes e educacionais necessitadas, pois autorizavam a diretoria a deliberar sobre o assunto.¹¹ Os estatutos aprovados definiam como objetivos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo: “Manter e cuidar do Cemitério Israelita de São Paulo, anexo ao Cemitério Municipal da Vila Mariana – e de qualquer outro que seja instalado nesta Capital por esta Sociedade”, “Concorrer e dar sepulturas aos israelitas, bem como ministrar o ritual funerário, de acordo com os preceitos religiosos judaicos” e também “Cuidar de beneficência em geral”.¹²

A mudança de 1947 formalizou um compromisso com as outras entidades judaicas da cidade, especialmente as assistenciais. A partir de então as doações da Sociedade Cemitério passaram a ser concedidas de forma contínua, absorvendo na média 20% da receita da entidade. Em setembro de 1947 ficou decidido pelo novo regulamento interno, elaborado e assinado por Samuel Rabinovitch, Julio Kuperman e Benjamin Kulikowsky, que a diretoria se reuniria com o conselho fiscal semestralmente para decidir a porcentagem, sobre a renda líquida, que seria distribuída entre as sociedades de beneficência e de educação. Conforme as normas para “Beneficência”: “A Diretoria se reunirá com o Conselho Fiscal, semestralmente, com o fim especial de determinar a porcentagem sobre a renda líquida a ser distribuída entre as Sociedades de Beneficência e Educacionais necessitadas, bem como a forma de sua distribuição”.¹³

Os primeiros e maiores beneficiários destas doações foram as entidades de assistência social aos pobres



ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA ESPECIFICA AS DOAÇÕES DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ÀS DIFERENTES ENTIDADES, COM DESTAQUE PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, 1947.

e imigrantes, como os atendidos pela Ofidas, as escolas e os projetos educacionais ligados aos jovens, como as colônias de férias para crianças de famílias pobres. As colônias, que eram organizadas pela Federação Israelita e pelos próprios movimentos juvenis, tiveram muita importância em sua época, pois chegavam a reunir centenas de crianças que tinham nestas colônias, realizadas fora de São Paulo, como na cidade de Poços de Caldas, a única opção de lazer e de férias.

SER ISRAELITA: DIFÍCIL DEFINIÇÃO

Os novos estatutos de 1947 definiam que “para ser admitido como sócio contribuinte é indispensável: ser israelita; ter idoneidade moral e cívica; e contribuir com uma jóia de CR\$ 2.000,00 a CR\$ 20.000,00, em conformidade com suas posses, a critério da diretoria”.¹⁴ Junto com os novos estatutos foi aprovado um



O LIVRO CAIXA DA
SCISP REGISTRA
DOAÇÕES,
FEVEREIRO DE 1948.

Nome	Valor	Total
Caixa da SCISP	10000	10000
de Berthel	10000	20000
de S. S. S. S.	10000	30000
de S. S. S. S.	10000	40000
de S. S. S. S.	10000	50000
de S. S. S. S.	10000	60000
de S. S. S. S.	10000	70000
de S. S. S. S.	10000	80000
de S. S. S. S.	10000	90000
de S. S. S. S.	10000	100000

regulamento interno que definia uma série de aspectos do funcionamento interno da entidade, como a mensalidade de CR\$ 15,00 para os sócios.¹⁵

O cemitério era dividido em quadras de sócios e não-sócios. Os sócios tinham direito à sepultura independentemente de remuneração e os parentes diretos dos sócios (esposa, filhos menores, filhas solteiras e pais sustentados), desde que em conformidade do ponto de vista moral, pagavam a metade das taxas cobradas dos não-sócios. Existem alguns aspectos interessantes que deviam parecer tão evidentes para os diretores que não foram explicitados, como a definição de parentes que é escrita do ponto de vista masculino. Não está especificado no estatuto nem no regulamento interno, mas para os diretores era tão implícito que só podiam ser admitidos homens como sócios que recusaram um pedido de sócia de Bertha Wernick, em 1948, por este critério.¹⁶

Outro aspecto que aparentemente é implícito, mas que, na verdade, envolvia uma série de considerações é a própria definição de “israelita”, a exemplo dos

debates anteriores. O único artigo que tratava deste assunto era o Art. 50º (que já existia no estatuto de 1930) que afirma que, mesmo casado com pessoa de outra religião, o israelita conserva a qualidade de israelita, podendo ser sepultado no cemitério da Sociedade, uma vez manifestado esse desejo e desde que hajam conservado a sua qualidade de israelita.¹⁷ Em abril de 1949, uma carta de Gregori Warchavchik informa que Emanuel Klabin e Luiza Klabin Lorch concordavam em doar um terreno anexo ao Cemitério da Vila Mariana, desde que na escritura de doação constasse a seguinte formulação sobre os que teriam o direito de ser enterrados: “Para quem seja conhecido como israelita pela irmandade religiosa que cuida do sepultamento, ou se declare israelita, ou seja, declarado tal por dois parentes mais próximos que se encontrem em São Paulo, ou, na falta de parentes, por dois amigos”.¹⁸ Os diretores avaliaram que, embora os estatutos estivessem em conformidade com o teor da cláusula proposta, preferiam manter seus próprios critérios e não aceitaram esta formulação proposta.

CAPÍTULO 5

DIVERSIDADES E PADRÕES
DE SEPULTURAS NOS
CEMITÉRIOS JUDAICOS





Desde a fundação do Cemitério da Vila Mariana e até o final dos anos 1940, as sepulturas foram construídas com relativa diversidade (embora os terrenos fossem de tamanho definido em cada época). Não havia uma padronização ou uniformização de túmulos em quesitos como, por exemplo, tamanho de pedra e regularidade nos tipos de letra e texto inscritos, além de elementos decorativos e colocação (facultativa) de fotografias da pessoa falecida – como se pode facilmente observar em uma visita ao cemitério. A preocupação com a padronização e a regulamentação sobre a construção das sepulturas tornou-se um tema no final dos anos 1940 e principalmente a partir da década de 1950.

Os cemitérios judaicos apresentam em geral – como um valor cultural e comunitário – sepulturas discretas, comedidas e desprovidas de ostentação ou luxo e sem tampouco a construção de mausoléus com estátuas. No Cemitério da Vila Mariana, mesmo sem uma padronização normativa, são túmulos que em sua maioria não se diferenciam muito uns dos outros – em uma mesma época – e nos quais ficam registrados, em geral, o nome (em português e em hebraico) e dados como local e data de nascimento e de falecimento. Muitos têm símbolos, como veremos adiante. Mas as variações, dentro deste perfil, são interessantes, como podemos observar por meio das fotografias neste e em outros capítulos.

Conforme os estudos de Egon e Frieda Wolff, existe uma variedade de formas nas sepulturas e nos

temas decorativos nos cemitérios judaicos no Brasil e em vários países. Os autores ressaltam que existe uma tradição de sobriedade, “porém, na Idade Média, começou-se a esculpir nas lápides figuras representando o nome do falecido ou a sua profissão, como encontrado amplamente no velho cemitério judaico de Praga. Desta praxe foi só um passo para erigir pequenas capelas e casinhas abrigando os despojos mortais chegando-se, já nos séculos 16 e 17, a sepulturas com cenas bíblicas cravadas nas pedras tumulares. (...) As esculturas encontradas em cemitérios israelitas e municipais apresentam um aspecto bem diferente da austera aparência de necrópoles de ortodoxos, ainda que símbolos judaicos também se encontrem ali, como o castiçal de sete braços (menorá), a folha da palmeira (lulav), o jarro (dos levitas), as duas mãos em sinal de benção (dos cohanim) e na grande maioria dos casos o Magen David [Estrela de David]”.¹

No Cemitério Israelita da Vila Mariana, pode-se observar a variação nos padrões de túmulos de acordo com a época. Todos os túmulos estão voltados para o leste, para Jerusalém, o que coincide com a atual direção do portão de entrada. Os primeiros túmulos na Vila Mariana, das décadas de 1920 e 1930, são em geral de mármore branco, com inscrições em alto relevo em hebraico, português e também na língua natal do falecido. Nota-se uma semelhança com o padrão dos túmulos em cemitérios em geral da época, não só na escolha do material, mármore branco, mas na forma do jazigo (caixão em cima da sepultura, colocado sobre um degrau) e também no que se refere a elementos or-

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: VISTA DOS PRIMEIROS TÚMULOS NA VILA MARIANA DAS DÉCADAS DE 1920 E 1930. PÁGINA AO LADO: MUITOS SIMBOLISMOS E FORMAS APRESENTADOS NOS TÚMULOS JUDAICOS, COMO OS OBELISCOS NO CEMITÉRIO DA VILA MARIANA, NÃO SÃO EXCLUSIVOS DAS SEPULTURAS JUDAICAS E PODEM SER ENCONTRADOS EM OUTROS CEMITÉRIOS DA MESMA ÉPOCA, DÉCADA DE 1920.



OS VÁRIOS ROSTOS DA COMUNIDADE JUDAICA DE SÃO PAULO DAS DÉCADAS DE 1920 A 1940 ESTÃO RETRATADOS EM FOTOGRAFIAS >

> NOS TÚMULOS DO CEMITÉRIO DA VILA MARIANA, QUANDO A PRÁTICA DE COLOCAR FOTOGRAFIAS ERA CORRIQUEIRA.

namentais comuns, como as fotografias em porcelana presentes em vários deles.

Muitas sepulturas têm apenas uma lápide (pedra horizontal), sendo também comum a presença de uma estela (pedra vertical) do mesmo material e com inscrições. Além disso, existem algumas construções em forma de obeliscos – o que, embora faça parte da tradição funerária brasileira desde o século 18 e tenha presença em vários cemitérios paulistas do início do século 20, constituiu de certa forma uma representação funerária mais distante da tradição católica. O obelisco é a forma escolhida, por exemplo, para o túmulo do professor protestante Julio Frank, sepultado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.²

Nas décadas de 1930 e 1940, embora alguns elementos anteriores no Cemitério da Vila Mariana permaneçam, como as fotografias, os jazigos passam a utilizar outros materiais, sendo muito comum o granito escuro, preto, polido, com inscrições em baixo relevo. A marca do passado imigrante permanece na referência freqüente ao local de nascimento e nas inscrições em diversos idiomas. Existem também túmulos em forma de templos, alguns semelhantes a “capelas”, com portas e aberturas através das quais se pode ver o interior, e outros túmulos cuja estela se assemelha a um templo fechado com a frente ladeada por colunas clássicas.

Uma das discussões na Sociedade Cemitério no final da década de 1940 se referia justamente às construções em forma de “capela”, que se diferenciavam do padrão discreto e comedido do Cemitério da Vila Mariana. O regimento interno definia uma taxa para a colocação do túmulo, especificando que era preciso uma autorização da diretoria para a construção de túmulos desse tipo. Esta discussão permaneceu por

vários anos, porque, mesmo sem uma autorização específica, alguns continuaram a ser construídos, inclusive com a objeção de parte dos diretores da SCISP, sob o argumento de que esses tipos de túmulos “em todos os cemitérios israelitas do mundo só são concedidos a personalidades religiosas elevadas”.³ Apenas no regulamento interno de 1957 ficou estabelecido que tal estrutura só poderia ser construída com autorização especial da diretoria e que, de qualquer forma, esta só seria concedida a rabinos.⁴ No Cemitério Israelita da Vila Mariana a maioria dos túmulos em forma de capela está próxima à construção central, mas há alguns distribuídos pelo cemitério, tanto em sepulturas de homens como de mulheres.

Outras regras foram definidas, a maioria a critério do rabino David Valt, que foi contratado pela Sociedade Cemitério em 1946 com a intenção de reorganizar a parte administrativa⁵, como a proibição de colocar fotografias nos túmulos e entrar no cemitério com a cabeça descoberta.⁶ A colocação ou não de imagens nos túmulos gerou uma intensa troca de opiniões. Em 1949, a Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade solicitou a proibição de colocação de fotografias nos túmulos, o que, na avaliação do rabino Valt, deveria ser atendido, por considerar que este costume contrariava preceitos religiosos – e a proibição foi adotada após três décadas de prática sem restrição.⁷

Do final dos anos 40 em diante, a inscrição nos túmulos tende a ser cada vez mais padronizada, constando ao menos o nome do falecido em português e hebraico, o nome do pai e a data de falecimento. Anos depois, em abril de 1954, a SCISP decidiu que as inscrições sobre as sepulturas deveriam obrigatoriamente conter, em caracteres hebraicos, o nome do falecido e

do respectivo pai e data do falecimento, mesmo que estivessem gravadas em português.⁸

Mas ocasionalmente havia outras questões, lembradas como registro histórico com as quais a diretoria da Sociedade se defrontou. Em 1953 as chevrot kedishot (sociedades funerárias) de São Paulo – a Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade, a Chevra Kadisha da CIP, a entidade dos judeus húngaros e a Chevra Kadisha Sefaradi – protestaram contra a colocação de um busto de bronze no túmulo do falecido Adolfo Tabacow, pois consideraram o “fato contrário aos princípios da religião mosaica, pedindo a remoção do referido busto”.⁹ Até aquele momento esta prática, no entanto, não havia provocado tal reação, uma vez que naquele episódio foi constatada a existência de mais dois bustos semelhantes no Cemitério da Vila Mariana. A diretoria decidiu então solicitar às famílias a remoção dos mesmos. No caso de Tabacow, o busto foi substituído por uma efígie sobre a pedra sepulcral, que permanece até hoje.

No Cemitério Israelita da Vila Mariana são poucos os jazigos familiares, destacando-se o túmulo da família Hessel Klabin, que inclui Ema Gordon Klabin, fundadora do Hospital Israelita Albert Einstein e uma importante ativista comunitária. Outras famílias optaram, por exemplo, por estabelecer unidade e semelhança nos túmulos, como é o caso da família de Mauricio Klabin – que inclui, entre outros, Luiz e Luiza Lorch (fundadores da CIP), o pintor Lasar Segall e o arquiteto Gregori Warchavchik. O mesmo padrão pode ser observado na sepultura de outras famílias, como a Lichtenstein, dos fundadores Hugo e Roberto, ou a da família Leirner. Em todos estes casos se observa o valor comunitário da sobriedade e da simplicidade.

PADRÕES COMPARATIVOS

Além das características especificamente judaicas, as formas de representação dos túmulos judaicos são diretamente influenciadas pelos costumes e representações locais, pelos materiais disponíveis e pelas práticas segundo as leis vigentes. Também guardam relação com os costumes específicos dos países de origem dos imigrantes. Por isso, apesar de todas as particularidades definidas pelos códigos religiosos, pelos costumes e práticas de diferentes origens, é interessante verificar como os outros habitantes paulistas, especialmente imigrantes europeus, construíam suas sepulturas nos outros cemitérios da cidade de São Paulo. Com isso pode-se entender melhor as discussões sobre a construção de túmulos em forma de “capela”, colocação de bustos e de fotografias nas sepulturas, costumes da época – no qual muitos integrantes da comunidade judaica se incluíram.

No Brasil, como mostra Mirtes Timpanaro, os cemitérios extramuros, inaugurados na segunda metade do século 19, seguiram a tradição francesa, com seus túmulos de dimensões ampliadas, cobertos de estátuas e imagens repletas de significados.¹⁰ Conforme Clarival Valladares: “O caráter individualizador do nome da família é uma das preocupações do imigrante europeu no Brasil, a partir da segunda metade do século 19. Os cemitérios de Vila Verde, em Curitiba, do Araçá e do Brás, em São Paulo, formam conjunto de capelas-jazigos familiares, recriando aquela atmosfera doméstica dos bairros tradicionais de imigrantes. A comunidade representa-se, então, no divisionismo e nos hábitos das famílias usuárias que tratam de suas capelas como se fossem prolongamentos de suas próprias casas, levando



Fotografias de Benjamin Steiner

OS PRIMEIROS TÚMULOS NA VILA MARIANA DAS DÉCADAS DE 1920 E 1930 SÃO EM GERAL DE MÁRMORE BRANCO; MUITOS DELES TÊM APENAS UMA LÁPIDE, SENDO TAMBÉM COMUM A PRESENÇA DE UMA ESTELA DO MESMO MATERIAL E COM INSCRIÇÕES.

para os jazigos os mesmos arranjos decorativos que seu nível cultural lhes permite refletir”.¹¹ Isto implicava não só na forma e nos materiais utilizados, mas especialmente na presença afetiva da visita semanal, “hábito tradicional tão próprio do sul da Itália, do culto do convívio com os defuntos da família”.¹²

Segundo o historiador Philippe Ariès, em seu clássico *História da morte no Ocidente*, na França o uso de um jazigo de família tornou-se comum nos primeiros cemitérios, transportando para eles o costume anterior de sepultamento em igrejas: “Os primeiros jazigos coletivos dos novos cemitérios foram, portanto, apenas imitações reduzidas das capelas laterais das igrejas. Em seguida, nos meados do século, esse sistema tornou-se banal; miniaturizou-se a capela, que foi reduzida a um pequenino oratório, embora conservasse suas formas e seus elementos, como a grade de entrada, os vitrais, o altar, os círios e o genuflexório. Nesses jazigos de família, dezenas de corpos foram acumulados

durante mais de um século, graças a reagrupamentos autorizados pela legislação. A forma da capela gótica foi abandonada no fim do século”.¹³

Entre os imigrantes bem sucedidos no Brasil havia a preocupação não só de perpetuação da memória e do nome da família, mas da exibição de sinais de abundância. A historiadora Mirtes Timpanaro, ao estudar as representações que os imigrantes erigiram nos cemitérios, pondera: “Internamente os cemitérios foram ganhando forma e, por que não?, identidade. Túmulos com imagens religiosas – santos, virgens, anjos –, túmulos com sinais apocalípticos, túmulos em forma de pequenas igrejas góticas, de capelas do bairro ou casas de porta na rua passaram a povoar estes dois cemitérios. A presença imigrante de seus interiores, com sua herança cultural, um passado trazido da terra natal e um presente de luta na nova terra contribui para a formação da identidade do Brás e da Consolação”.¹⁴

Sobre o Cemitério da Consolação, que foi adotado



SÓBRIOS E DISCRETOS, COMO A MAIORIA DAS SEPULTURAS JUDAICAS, OS TÚMULOS DOS PRIMEIROS PRESIDENTES DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO, HUGO E ROBERTO LICHTENSTEIN, E SUAS RESPECTIVAS ESPOSAS.

pela elite local, inclusive imigrantes enriquecidos, a autora mostra como este último grupo marcou seu espaço, ao mesmo tempo como um igual e um diferente em relação à elite local: “Igual pelo poder econômico, pela importância de seu papel para São Paulo e pelo respeito conquistado e merecido. Diferente, pois se orgulhavam da travessia do Atlântico, de sua origem imigrante, mantendo sua língua nas inscrições, referências de nascimento, etc. e pelo valor que davam ao trabalho como fonte de crescimento. No Consolação era celebrada a memória da família unida e forte, do trabalho duro mas recompensador, da presença de Deus e da fé em todos os momentos. Enfim, da trajetória de quem ‘fez a América’ e buscou reconhecimento e notoriedade; por isso os mausoléus, os lugares onde se encontravam e os vizinhos a quem procuravam ofuscar”.¹⁵ Para a historiadora, no Cemitério do Brás, mais popular, não cabe a ostentação, o túmulo mais requintado, mas o mais cuidado, arrumado, bem

pintado, com detalhe especial, como acontece com as moradias operárias do bairro. Como ela escreve: “Eles não gritam para provar o quanto seu passado foi importante, apenas existem dentro dele”, levando para dentro do cemitério suas memórias, experiências de vida, perdas e sonhos. A autora ressalta ainda a importância dos porta-retratos e dizeres estampados na representação da família e imigração.

A este modelo – presente na Europa continental de tradição católica, como Itália, Alemanha e França – se contrapõe o modelo adotado nos Estados Unidos e países europeus de tradição protestante, como Inglaterra e Holanda, em que a presença da natureza era muito maior, com extensos gramados e árvores, nas quais os túmulos, muito mais simples, eram compostos de uma combinação entre a pedra sepulcral (horizontal e no chão) e da pedra fundamental (vertical). Nos Estados Unidos, o elemento vertical, sob a forma de estela, foi o único conservado, sendo a pedra sepulcral substituída



TÚMULOS DA FAMÍLIA DE MAURÍCIO KLABIN, QUE OPTOU POR ESTABELECEER UNIDADE NOS TÚMULOS, INCLUEM, ENTRE OUTROS, LUIZ E LUIZA KLABIN LORCH (FUNDADORES DA CIP), O PINTOR LASAR SEGALL E GENY KLABIN SEGALL, TRADUTORA DE CLÁSSICOS, E O ARQUITETO GREGORI WARCHAVCHIK E MINA KLABIN WARCHAVCHIK, PAISAGISTA.

por grama. Como explica Philippe Ariès: “A inscrição ao mesmo tempo biográfica e elegiaca era o único luxo dessas sepulturas que pretendiam a simplicidade. Esta só era alterada em casos excepcionais: defuntos ilustres, cujo destino era tomado como exemplo na necrópole nacional, mortes dramáticas e extraordinárias”.¹⁶

DAS IGREJAS AOS CEMITÉRIOS

A história dos cemitérios a céu aberto no Brasil começou em 1801 quando uma Carta Régia passou a regulamentar e exigir que os sepultamentos se fizessem fora das igrejas, como era costume até essa época, como já vimos no capítulo 1. A Carta também estipulava que o cemitério fosse construído “em lugar que pela sua situação e proporcionada distância da cidade, não pudessem ser nocivos à saúde dos vivos os miasmas pútridos, que exalam os mortos”.¹⁷ Isto significava

lugares ao ar livre, altos, afastados do centro urbano e distantes das águas que abasteciam a cidade.¹⁸

“O século 19 pode ser considerado em sua totalidade um período de transição para um novo modelo de relação entre os vivos e os mortos – pelo menos no que diz respeito à tradução urbanística dessas relações. De uma forma geral, podemos ver vários setores das elites paulistas agregando-se em torno de discursos – todos envolvidos pelo *passé-partout* da idéia da ‘civilização’ – que convergem no sentido de condenar os costumes tradicionais de morrer e enterrar”, escreveu o arquiteto Renato Cymbalista.¹⁹

O sepultamento fora dos templos era aceito apenas para aqueles que já estavam excluídos das igrejas e adros. Os escravos, criminosos e “bexiguentos” – como eram chamadas as pessoas que haviam morrido de uma doença contagiosa – já eram enterrados em cemitérios da própria Igreja, como o Cemitério dos Aflitos,



O GRANITO ESCURO, PRETO E POLIDO, COM INSCRIÇÕES EM BAIXO RELEVO E ESTELAS (PEDRAS VERTICAIS) ALTAS SE TORNOU COMUM NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.

inaugurado em 1775, próximo de onde se localizava a Santa Casa, na Liberdade. Além destes, as sepulturas eclesiásticas eram vetadas também para, entre outros, hereges, apóstatas, pagãos e crianças não batizadas.²⁰

“A passagem dos enterramentos dentro dos templos para as novas necrópoles não foi nem um pouco tranqüila. Seguiram-se inúmeras manifestações contrárias, tanto da parte dos fiéis, como dos sacerdotes e pessoas ilustres que teriam que modificar e rever hábitos e regras de ‘bem viver’ e ‘bem morrer’, totalmente vinculados à convivência e proximidade entre vivos e mortos dentro dos templos religiosos”, escreveu Paula Janovitch.²¹

Frente à resistência encontrada aos enterros fora das igrejas, foi apenas depois de 1828, quando um regulamento obrigou as Câmaras Municipais a construir cemitérios, que a Carta Régia teve algum efeito. Para Renato Cymbalista: “A partir da década de 1830, e com intensidade cada vez maior até a década de 1860,

o governo paulista tomou para si o discurso médico e encampou a batalha em prol da expulsão dos mortos das cidades dos vivos. Por trás da pressão por uma legislação dos assuntos referentes à morte, estava um estado que começava a querer abraçar e regular todos os espaços sociais”.²²

Como vimos, o costume de enterrar em cemitérios a céu aberto era bastante recente no Brasil e as pessoas demoraram a se acostumar com a falta de normalização estrita – dentro das igrejas os túmulos eram em sua maioria muito simples – e dar forma a estes novos túmulos. Ainda conforme Renato Cymbalista: “Quando os mortos foram retirados dos templos e passaram a habitar o território nu e secularizado do cemitério, abriu-se a possibilidade da construção privada dos túmulos, sem as amarras que a gestão eclesiástica antes impunha. Eram necessárias novas formas de delimitação das especificidades sociais, culturais, familiares. E o cemitério público, loteado como a cidade dos vivos,



DEPOIS DE CONTROVÉRSIAS, O BUSTO DE ADOLPHO TABACOW FOI SUBSTITUÍDO POR UMA EFÍGIE, 1953.

traz à tona uma nova cobrança social: a de que os vivos produzam ativamente as representações através das quais se relacionarão com seus mortos. As pessoas e as famílias isoladas lançaram-se então, pela primeira vez no Brasil, à imensa tarefa de representar a morte sem a obrigatoriedade da moldura da Igreja”.²³

O Cemitério da Consolação foi o primeiro a ser inaugurado seguindo as orientações especificadas no primeiro regulamento para cemitérios da cidade de São Paulo, de 1856, que definia o traçado interno em forma de quadrilongos, a obrigatoriedade de muros, ruas arborizadas, a profundidade das covas, os tipos de sepulturas, a exigência do sepultamento em caixões e transporte adequados.

Ainda no século 19 – conforme já referido – foram construídos os cemitérios do Brás (4ª Parada) em 1880, do Araçá (1897), de Santana (Chora Menino), em 1897, e o do então município de Santo Amaro (1856). No início do século 20, a cidade de São Paulo construiu uma série de novos cemitérios, atendendo aos apelos da população que reclamava da distância dos cemitérios existentes: São Miguel (1901), Lageado (1903), Vila Mariana (1904), Freguesia do Ó (1908) e Penha (1910).²⁴ E logo em seguida os da Lapa, de Osasco e Cemitério São Paulo (1925).

O Serviço Funerário de São Paulo foi criado em 1876 e concedeu à Santa Casa de Misericórdia a organização dos serviços de transporte e fornecimento de caixões. A Santa Casa contratava empresas para a realização destes serviços e de 1893 a 1941 o serviço foi executado pela Rodvalho Júnior e Cia. (que se



TÚMULOS CUJA ESTELA SE ASSEMELHA À FACHADA DE UM TEMPLO, LADEADOS POR COLUNAS CLÁSSICAS E COM A PRESENÇA DE LIVROS ABERTOS, ERAM COMUNS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.

tornou sinônimo de funerária). Nos anos 1940, o serviço foi reestruturado e a prefeitura passou a entregar as concessões. Em 1958, o Serviço Funerário do Município foi transformado em autarquia e a ela foram atribuídas, de forma exclusiva, as tarefas de fabricação e fornecimento de caixões e de transporte de cadáveres.²⁵

A história da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo e dos seus cemitérios está, portanto, plenamente inserida na história da comunidade judaica, na história da cidade de São Paulo, dos seus cemitérios, leis, práticas, costumes e usos. Ao mesmo tempo em que os padrões de túmulos seguem as tradições e especificidades culturais e religiosas judaicas, com influências e heranças da Europa e de outros países dos quais os imigrantes judeus vieram, têm também dialogado permanentemente com os padrões gerais que vigoram na cidade de São Paulo nas mais variadas épocas.

BUTANTÃ: UM NOVO CEMITÉRIO E A INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE



קביעת הקרקע ד"בית החיים"

סן פאולא — ז' אדר שנת תשי"ג
(22 de Fevereiro de 1953)



ירחל מבפּה על פּניה.

צדקה תציל ממות

יהו רצון שיבדע המות לנצח ביבא

O Cemitério do Butantã foi inaugurado em 22 de fevereiro de 1953, 30 anos após a inauguração da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo. Três anos depois, em 1956, fundiram-se a SCISP e a Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade. Ainda na década de 1950, o debate em torno do lugar ocupado pela Sociedade Cemitério ganhou novas dimensões na comunidade judaica em São Paulo.

Na solenidade de inauguração do Cemitério do Butantã, a SCISP realizou uma cerimônia religiosa, na data de 7 de Adar do calendário judaico, dia mundial das Chevrot Kedishot.¹ Um grupo saiu de frente da sede da Sociedade no Bom Retiro em ônibus fretados em direção ao cemitério, onde foi celebrada a cerimônia dirigida pelo rabino Valt. Naquele dia foi realizado um enterro simbólico de objetos religiosos, como *tefelin* (filactérios).

Um ano antes da inauguração do cemitério, em 1952, a Sociedade Cemitério em conjunto com a Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade inauguraram sua sede na Rua da Graça, nº 435, no bairro do Bom Retiro. Até então, a SCISP se reunia em sedes de outras entidades e alugara um apartamento na Rua da Graça. A partir de abril de 1953, as reuniões de diretoria passam a ser feitas na nova sede social. Em 1956 Francisco Teperman foi reeleito presidente da SCISP (o que ocorreria também para um terceiro mandato entre 1959 e 1962).

NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE CEMITÉRIOS

Durante a tramitação para a abertura do novo cemitério, a própria legislação se modificou substancialmente em relação aos anos de 1910 e 1920. Já não vigoravam as restrições enfrentadas para abrir o primeiro cemitério, na Vila Mariana, a partir do abaixo-assinado de 1915.

Em setembro de 1951 foi promulgada a Lei Municipal nº 4.100, que regulamentava o funcionamento de cemitérios particulares em São Paulo e solucionava de forma definitiva as questões de sua regularização, que permaneciam, evidentemente, submetidas às mesmas prescrições das leis e regulamentos municipais e estaduais sobre cemitérios em geral quanto à administração, fiscalização, conservação, construção, sepultamentos e exumação. Mas as restrições para abrir um cemitério particular se tornaram menores e as instituições passaram a ter mais liberdade de estabelecer seus regulamentos, conforme a lei de 1951:

“Art. 1º – As associações religiosas, legalmente constituídas no país, sem distinção de raça, nacionalidade ou crença dos respectivos associados, poderão manter cemitérios particulares, sob a administração municipal.”

Art. 2º – Os cemitérios particulares serão utilizados na forma dos estatutos das associações que os mantiverem, sendo livre a prática dos respectivos cultos religiosos.”²

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: ENTRADA DO CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ, INAUGURADO EM 1953. PÁGINA AO LADO: CONVITE PARA A INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ, COM FOTO DA TUMBA DA MARIARCA RACHEL E TEXTO EM IDISH, 1953.



ACIMA E PÁGINA SEGUINTE: INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ COM ENTERRO SIMBÓLICO DE OBJETOS SAGRADOS E CERIMÔNIA RELIGIOSA CONDUZIDA PELO RABINO VALT, 22 DE FEVEREIRO DE 1953.

As mudanças na legislação foram, portanto, muito significativas. Nos anos 50, a necessidade de afirmação do regime republicano provavelmente já não necessitava da defesa, como um valor central, de exclusividade de cemitérios públicos e laicos. Igualmente significativas foram as transformações na cidade de São Paulo, que passara a ter 2,5 milhões de habitantes às vésperas de celebrar o quarto centenário com grandes comemorações que tiveram como ápice a inauguração do Parque do Ibirapuera em 1954.

O ANTIGO SÍTIO BENTO DE LIMA

A procura de um novo terreno havia começado, como vimos, nos anos 1940. Após uma intensa busca e visitas a diversos terrenos, em outubro de 1950 a diretoria da SCISP aprovou a compra de uma gleba de terra no bairro do Butantã: “Sendo este terreno visto por um técnico da Prefeitura, opinou verbalmente que o terreno em questão pode servir para o fim desejado e em virtude de todos os outros terrenos serem mais caros, além da vantagem de ter perto ligação telefônica e fácil condução”.³

Tratava-se de gleba do antigo Sítio Bento de Lima, situado entre os quilômetros 18 e 19 da Estrada Rodagem São Paulo–Paraná e com frente para a Estrada da Repartição de Águas da Capital, em zona rural, distrito do Butantã, na Comarca de São Paulo, com área de 278.300 m².⁴ Em seguida, a Sociedade Cemitério enviou uma carta ao prefeito explicando que havia a necessidade de ampliação do Cemitério da Vila Mariana e, uma vez que isso era impossível, tinha adquirido um terreno e requeria um parecer técnico sobre a viabilidade de instalar um cemitério.

Com a nova lei e os pareceres favoráveis foram, então, iniciados os trabalhos e executadas as obras necessárias para que o cemitério pudesse entrar em funcionamento o quanto antes.⁵ Ainda em 1951, a SCISP recebeu ofício do prefeito Armando de Arruda Pereira no qual o chefe do executivo confirmou a possibilidade de realizar o projeto para a construção do novo cemitério, embora com algumas exigências quanto à planta e à implantação. A Prefeitura não permitia, por exemplo, o funcionamento de cemitérios que não estivessem murados, arruados e com necrotério construído.⁶

A CIDADE DOS MORTOS COMO PARTE DA CIDADE DOS VIVOS

Além de acompanhar os trâmites legais, a leitura do processo de aprovação do Cemitério do Butantã permite perceber como as concepções a respeito dos cemitérios e dos sepultamentos se modificaram no intervalo entre a aprovação do Cemitério da Vila Mariana e a do Butantã.

O temor urbano em relação aos mortos havia diminuído. O assessor-técnico da Prefeitura, Lysandro Pereira Silva, explicava em um relatório, em 1950, respondendo ao questionamento sobre se o Cemitério do Butantã representava algum problema quanto à proximidade do Educandário: “Os cemitérios eram considerados, outrora, focos de insalubridade

e, mesmo, infecção. Atribuía-se-lhes a faculdade de desprenderem emanções cadavéricas e contribuir, eventualmente para a propagação de certas doenças transmissíveis. Esta prevenção foi abandonada quando se reconheceu que, num terreno seco, moderadamente permeável, onde o fundo das sepulturas e o nível máximo do lençol aquífero ficam separados por uma camada filtrante com espessura de pelo menos um metro, o fenômeno de decomposição tendo marcha lentamente progressiva, dá tempo ao solo de absorver e elaborar, até a mineralização perfeita de todos os produtos cadavéricos”.⁷

Como explicava o relator, portanto, o solo dos cemitérios não oferecia risco, sendo normalmente menos poluído que os outros da cidade e mesmo os gases são filtrados pelo solo, de forma que nem podem





EM FRENTE À SEDE DA SCISP, NO BOM RETIRO, A SAÍDA DO ÔNIBUS PARA O CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ, 1953.

ser percebidos pelo olfato. Quanto à possibilidade de transmissão de doenças, os estudos demonstravam que os agentes patógenos resistem pouco tempo no solo e não representavam perigo. E terminava atestando a qualidade adequada do terreno, afirmando: “Os cemitérios, em nossos dias, não podem constituir uma vizinhança indesejável sob o ponto de vista sanitário. (...) Todavia, é um cemitério, em geral, considerado vizinhança indesejável, embora, forçoso é reconhecer, isso se prenda a razões puramente sentimentais. Ora, como não se pode deixar de construir cemitérios, pois que os mortos devem ser enterrados, não há como se evitar que em algum ponto sejam eles localizados”.⁸

Outro relatório do mesmo processo questiona, ao contrário do que ocorria anteriormente, a distância em relação ao centro da cidade. O relator não se opõe à criação do novo cemitério, uma vez que a estrada é bem conservada e servida de ônibus e se trata de um

cemitério para uma sociedade particular que escolheu aquele local.⁹

Dessa forma, não era mais preciso construir cemitérios fora dos limites da cidade. A cidade dos mortos passava a ser parte integrante da cidade dos vivos. Como ressalta a historiadora Paula Janovitch: “Posturas que no começo do século destacavam o perigo dos ‘miasmas’ e das epidemias caíam por terra e se diluíam no ar. Com a garantia das medidas sanitárias que estipulavam a profundidade, a qualidade da terra e o tempo mínimo de decomposição dos corpos antes de entrarem em contato com os lençóis freáticos, e os estudos científicos que provavam que os vírus do cólera, os bacilos da peste e da pneumonia tinham um tempo de sobrevivência muito curto em relação ao tempo de decomposição dos corpos, estava afastado o perigo dos gases odoríferos, assim como a contaminação das águas”.¹⁰



COMEÇA A FUNCIONAR O NOVO CEMITÉRIO

O Cemitério do Butantã começou efetivamente a funcionar em 14 de fevereiro de 1954.¹¹ O projeto do novo cemitério definia quadras irregulares com ruas curvas que acompanhavam as características e o declive do relevo. As primeiras quadras ocupadas em pouco diferiam das do Cemitério da Vila Mariana e seguiam, quanto ao aspecto e perfil geral, o padrão de túmulos, das sepulturas e de pouca arborização. Esses túmulos são de granito preto, muitos deles de grandes proporções e com estelas de mais de 1,5 m.

Nos anos 1950, a região em torno do Cemitério do Butantã era uma área rural, pouco urbanizada e considerada distante do centro da cidade. O nome Butantã (ou Butantan) tem sua origem no tupi-guarani, significando terra dura, terra socada, terra de taipa, taipa de terra batida, chão duríssimo ou ainda taipa de terra roçada.

A região teve dois marcos em sua urbanização. Primeiro, em 1898, o governo do Estado adquiriu a Fazenda Butantã para instalar um laboratório, o Instituto Serumtherapico do Estado de São Paulo (depois Instituto Butantã), para a produção de soro antipestoso, e chefiado pelo médico Vital Brazil. Em 1915 se deu a construção do primeiro conjunto residencial no bairro. O segundo marco foi a instalação da Cidade Universitária na década de 1950.

A ligação da Estrada de Sorocaba, como era conhecida a atual Rodovia Raposo Tavares, com a entrada do cemitério era precária, da mesma forma que as ruas internas do cemitério, que eram de terra, o que dificultava o acesso em dias de chuva. Foram feitas várias solicitações à Prefeitura para a pavimentação da via e em 1955 foi aberta concorrência pública para a sua execução.¹² Para facilitar o acesso, foi contratado um ônibus que saía do Bom Retiro aos domingos e que também servia nos féretros quando solicitado.¹³

Outro desafio foi a implantação da rede elétrica e do telefone, o que exigia instalar a correspondente infra-estrutura, conforme um relatório da diretoria: “Queremos frisar o enorme trabalho que nos deu a aquisição de um telefone e sua ligação, instalação de postes e linha no Cemitério do Butantã, que nos tomou muito tempo, e também a economia de milhares de



CONVITE EM IDISH PARA INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ, 1953.

cruzeiros que conseguimos ao ocupar parte dos postes do Educandário D. Duarte da Liga das Senhoras Católicas, que gentilmente nos concedeu permissão de utilizarmos para a instalação de nosso telefone; caso contrário, teríamos que puxar uma linha por nossa conta, de Pinheiros até o local do cemitério, o que custaria uma verdadeira fortuna”.¹⁴

A COMUNIDADE JUDAICA NOS ANOS 1950

Nos 30 anos que separam a inauguração dos dois cemitérios, Vila Mariana e Butantã, as transformações na comunidade judaica paulista foram profundas. Em 1923 era uma comunidade sendo fundada em seus alicerces primeiros, tendo o Cemitério de Vila Mariana e a SCISP como pilar. Em 1953, após o Holocausto, a Segunda Guerra Mundial e a fundação de Israel, era uma comunidade estabelecida, com uma variada gama





REZA DA MANHÃ E COLOCAÇÃO DE TEFELIN REALIZADA NA NOVA SEDE DA SCISP, NA VÉSPERA DA INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ, 1953.

de instituições e intensas discussões sobre a organização da comunidade.

Em 1951 foi fundado o Colégio I. L. Peretz na Vila Mariana. Em 1954 foi a vez do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (Icib), centro de ativismo político e cultural de teatro idish, com o Teatro de Arte Israelita Brasileiro (Taib). Grupos de teatro incluíam São Paulo em suas turnês e o bairro vivia um período de muita produção cultural, com ênfase para a cultura idish. Um novo perfil de entidades estava sendo construído, como o clube A Hebraica, inaugurado em 1957, e o início da construção do Hospital Albert Einstein, cuja Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein foi estabelecida em 1955 (no ano de 1958 começaram efetivamente as obras de construção, alguns serviços iniciaram o atendimento na década de 1960 e a inauguração oficial do hospital foi em 1971).

Em 1957, a Congregação Israelita Paulista inaugurou a nova sinagoga à Rua Antônio Carlos. Em 1959, o Centro Israelita de Assistência ao Menor (Ciam) foi aberto, resultado de uma intensa mobilização e articulação de entidades e profissionais da comunidade judaica em São Paulo, que perceberam a necessidade de criar uma instituição que pudesse atender, de forma apropriada, crianças e jovens considerados excepcionais.¹⁵

FUSÃO ENTRE A SOCIEDADE CEMITÉRIO E A CHEVRA KADISHA

Em 1956 fundiram-se a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo e a Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade, processo que havia se iniciado uma década antes. Ao realizar a fusão, a SCISP passou a

realizar de forma mais regular o ritual funerário para as famílias que assim solicitassem, mas garantiu a continuidade das atividades das outras chevrot kedishot, a exemplo do que já ocorria.

A fusão aconteceu pouco tempo após a compra, em conjunto, do imóvel situado à Rua Prates. Em 8 de novembro de 1949, dois diretores da Sociedade Última Caridade estiveram presentes a uma reunião de diretoria da SCISP propondo a compra em conjunto de um imóvel para instalação da sede própria das duas entidades. A proposta foi aceita e começaram as negociações para a compra da casa na Rua Prates.¹⁶ A casa foi adquirida em 1950 e logo em seguida foi iniciada a reforma do imóvel sob a responsabilidade profissional do engenheiro Henrique Brenner. Foi instalado também um necrotério no local para atender especialmente as pessoas falecidas no interior do estado. Na avaliação da diretoria, a construção da nova sede trouxe benefícios imediatos à coletividade, pois vinha sendo emprestada a diversas sociedades, tornando-se “realmente o ponto central do Bom Retiro”.¹⁷

Mas a Sociedade Última Caridade teve dificuldade de saldar sua parte na compra e nas obras, o que onerou a SCISP quando se iniciaram as obras do Cemitério do Butantã em 1953.¹⁸ Em maio de 1953, quando se discutia a necessidade de reforma dos estatutos, “é debatida a sugestão de fundir-se as chevrot kedishot com a SCISP, uma vez que esta poderia executar todos os serviços, a fim de facilitar e beneficiar as respectivas famílias enlutadas, pois traria grande economia ao próprio serviço”.¹⁹

Em 15 de dezembro de 1955, os diretores da Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade confirmaram “terem chegado à conclusão não ter a referida Sociedade razão de ser, em virtude das suas finalidades estarem enquadradas no funcionamento da própria Sociedade Cemitério e que dentro em breve, após convocação da Assembléia Geral da Chevra Kadisha e aprovação expressa da mesma, votariam a eventual encampação da mesma pela Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo”. Em maio de 1956, a Sociedade decidiu que a partir de 1º de junho de 1956 se responsabilizaria pelos serviços funerários antes realizados pela Sociedade Última Caridade. A Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade extinguiu-se

oficialmente em uma assembléia geral realizada em 3 de julho de 1956.

Em março de 1958, estavam sendo acertados os pormenores para lavrar a escritura da compra da metade do imóvel da Rua Prates, nº 435, que a Sociedade Cemitério adquiriu da Sociedade Última Caridade. Em setembro de 1959 – de acordo com a última Assembléia Geral da Sociedade Religiosa Israelita Última Caridade – os representantes daquela entidade, Josef Handler, presidente, Szyja Kochen, tesoureiro, e Isaac Timoner, secretário, decidiram doar recursos a quatro entidades que estavam construindo novas sedes: Hospital Albert Einstein (que lançou sua pedra fundamental em setembro de 1958, projetando a construção de um hospital com 250 leitos) e Asilo dos Velhos, Ofidas e Policlínica Linath Hatzedek.

Em janeiro de 1960, a Sociedade Cemitério ajudou a campanha de fundos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Depois, seria dada contribuição à campanha em prol dos flagelados nordestinos, promovida pelos “Diários Associados”, e também à Cruz Vermelha Brasileira, para obras assistenciais.

IMIGRAÇÃO SEFARADI

Na segunda metade dos anos 50, especialmente a partir de 1956, a comunidade judaica recebeu uma expressiva onda imigratória, especialmente do Egito e da Hungria, mas também de Israel e outros países. Cerca de dez mil imigrantes chegaram ao Brasil até o final dos anos 50 e foram basicamente recebidos por uma estrutura de recepção que associou o Serviço Social de Imigrantes do Conselho de Assistência Social da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, a United Hias Service (Hias, antes Hebrew Immigrant Aid Society, que depois se associou ao Joint) e entidades assistenciais locais. O atendimento médico dos imigrantes, a partir de sua chegada a São Paulo, era feito na Policlínica Linath Hatzedek, enquanto as outras entidades, como Ezra e Ofidas, atendiam os imigrantes um ano após a sua chegada.²⁰ Neste período também chegaram imigrantes oriundos da África do Norte e Polônia.

Em 1956, entidades da comunidade sefaradi de São Paulo se reuniram e fundaram a Comunidade Israelita

Sefaradi de São Paulo, entre elas entidades que representavam judeus libaneses, sírios, egípcios, búlgaros e iugoslavos. A associação tinha como finalidade, além de manter escolas, sinagogas e assistência social, “formar a Irmandade Chevra Kadisha ou serviços a se prestarem ‘post-mortem’”.²¹

Em maio de 1956, uma comitiva da recém-fundada Comunidade Sefaradi de São Paulo foi à Sociedade Cemitério pedir apoio e recebeu uma doação para contribuir na sua fundação. Um representante da Comunidade Israelita Sefaradi compareceu a várias reuniões de diretoria da SCISP nos anos seguintes, tanto para pedir auxílio como para tratar de assuntos ligados à sua chevra kadisha.²²

A POLÊMICA ACERCA DOS “SÓCIOS FUNDADORES”

A distância, a dificuldade de acesso e as instalações ainda precárias do novo cemitério não eram os únicos desafios colocados para a Sociedade Cemitério ao inaugurar um novo cemitério. Havia também uma outra questão menos tangível mas igualmente complexa: muitas pessoas e familiares de falecidos preferiam o sepultamento no Cemitério da Vila Mariana. A dimensão desta questão ficou clara quando começou a ser discutida uma mudança nos estatutos e quando da votação da nova diretoria em 1954.

A reforma dos estatutos gerou controvérsias, tanto que foram necessárias várias assembleias gerais. Os sócios se reuniram em 17 de maio, 31 de maio, 8 de junho, 21 de junho, 28 de junho, 19 de julho e 9 de agosto de 1954.²³ Um dos pontos mais polêmicos dizia respeito à reserva de lugares no Cemitério da Vila Mariana. O estatuto anterior garantia aos sócios lugares no cemitério, que era então o único da Sociedade. Durante um longo período não foram aceitos novos sócios, uma vez que os lugares restantes na Vila Mariana estavam escassos e não se podia correr o risco de uma situação em que não houvesse mais lugares para os sepultamentos. Como explicava a diretoria em 1955: “Para tanto, aguardamos tão somente o início do funcionamento do Cemitério do Butantã para podermos aceitar a admissão de novos sócios. Quero mencionar que muitas pessoas fizeram empenho em se

tornar sócias a fim de garantirem lugares no Cemitério de Vila Mariana. Prevendo para breve a inauguração do Cemitério do Butantã, admitimos novos sócios a fim de enfrentarmos as despesas forçadas para o término das obras no novo cemitério”.²⁴

Assim, o novo estatuto referendava uma nova categoria: os sócios-fundadores, que teriam direito a reserva de lugar no antigo cemitério. A discussão sobre este assunto retornou em uma reunião posterior, a respeito de outro artigo que também provocou debates: o artigo 34º. Este dizia respeito à ampliação do quadro dos sócios-fundadores, já que o número de sócios estava limitado a 200.²⁵ Finalmente, ficou aprovada a seguinte redação: “Art. 48º - Com a abertura do Cemitério do Butantan, ficam reservados os lugares disponíveis no Cemitério da Vila Mariana para os sócios que figuravam no quadro social em 31 de março de 1953 e suas famílias, nos termos destes estatutos”.²⁶ Além disso, as sepulturas para os sócios e suas esposas eram gratuitas.²⁷ Se a aprovação destes artigos referentes aos sócios-fundadores resolvia uma questão entre os sócios, a mudança gerou algumas reações na comunidade judaica, entre os que consideravam que, com isso, ficara estabelecido um privilégio para estes associados.

NOS ANOS 50, “FONTE DE RENDA MAIS SEGURA PARA O YSHUV”

Como vimos, a Sociedade Cemitério assumiu nos anos 1940 um papel importante no apoio a entidades de assistência social e de educação da comunidade. Até então os debates se davam a respeito das quantias e formas de doação, mas durante o período de 1949/51 as contribuições externas geraram outras discussões porque muitos diretores acreditavam que precisavam concentrar os recursos disponíveis na compra de terreno e implantação do novo cemitério, que consumia parte significativa dos recursos da entidade. Tanto que no momento em que se decidiu pela compra do terreno se resolveu também que nenhum pedido de donativo seria atendido até que todos os compromissos estivessem saldados.²⁸

Esta posição não era unânime e alguns diretores defendiam que a SCISP deveria manter as doações.



DETALHES DE TÚMULOS DA DÉCADA DE 1950 DO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ.

As posições se tornavam especialmente acaloradas em relação aos pedidos da Federação para o Comitê de Emergência e as necessidades com imigrantes e refugiados no pós-guerra, o que demandava mais recursos da comunidade e de suas instituições. Em 1951, alguns diretores, como Leon Feffer, defendiam que as doações deveriam continuar, uma vez que era “uma das finalidades da Sociedade a assistência social”, para o que propôs a convocação de uma assembleia geral extraordinária para discutir a questão.²⁹ Por fim, foi aprovado um auxílio mensal para a Federação, renovado no ano seguinte, quando foi concedida também uma verba para o Comitê de Emergência.³⁰

Apesar dos debates, das dificuldades e da prioridade dada ao novo cemitério, a SCISP manteve doações às campanhas em prol dos imigrantes e refugiados e a diversas entidades, entre elas – a exemplo dos anos anteriores – Ginásio Hebraico Brasileiro Renascença, colônias de férias e acampamentos para jovens dos movimentos juvenis e das escolas, Organização Sionista Unificada do Estado de São Paulo, Ofidas e para as comemorações dos 10 anos de existência do movimento juvenil sionista Hashomer Hatzair.

No ano de 1953 o debate seguiu com uma proposta mais ousada, o que implicaria em uma reestruturação, quando os diretores Moisés Kahan e Moisés Kauffmann propuseram a “integração da SCISP à Federação, a exemplo de Montevideu e Buenos Aires, como fonte

de renda mais segura para o yshuv, transformando-a em órgão da coletividade e, conseqüentemente, a completa reestruturação dos seus estatutos”.³¹ Salo Wissmann defendeu que seria necessário uma assembleia geral para a modificação dos estatutos “por não estarem de acordo com a atualidade” e que somente com a entrega da SCISP ao yshuv “é que estarão resolvidos os problemas de donativos e assistência social.”

O presidente da SCISP, Francisco Teperman, defendeu a impossibilidade de novos donativos e a independência da SCISP, vários diretores apoiaram a necessidade de doação à Federação, a decisão foi adiada e só na reunião seguinte, depois de muito debate, se decidiu pela necessidade prioritária de investir na obra do novo cemitério, uma vez que restavam poucos lugares no Cemitério da Vila Mariana.³²

O assunto voltou novamente à reunião quando Leon Feffer ponderou que eram prementes as necessidades do Comitê de Emergência, em vista das dificuldades surgidas com a vinda de novos imigrantes. Os diretores da SCISP aprovaram a doação ao Comitê de Emergência da Federação³³ e depois realizaram nova doação.³⁴ Quanto à discussão sobre integrar-se à Federação, a diretoria da Sociedade argumentou ainda que seria necessária uma modificação de estatutos. A Sociedade comprometeu-se a isso, em março de 1953, mas absteve-se do compromisso de uma contribuição fixa à Federação. Diretores da Federação passaram

a colaborar no trabalho de reforma dos estatutos da Sociedade Cemitério, entre eles Moyses Kauffmann, Moyses Kahan e Raphael Markman.

UM PROJETO DE *KEHILÁ*

Na primeira metade dos anos 1950, portanto, a discussão sobre o modelo de comunidade, de *kehilá*, se intensificou e se tornou mais aguda. A SCISP se viu envolvida diretamente no centro das discussões, pelo lugar central que ocupava na comunidade e por ser considerada como uma instituição que poderia ser a base de um novo modelo de *kehilá*, pela sua reconhecida importância no apoio a outras entidades. Depois de participar de várias discussões no interior da SCISP, em 1955, Moyses Kahan, então presidente da Federação Israelita, pediu demissão do cargo, afirmando buscar “um caminho de substituir a atual falsa Federação – de representação indireta – por uma *kehilá*, isto é, uma entidade central de São Paulo, baseada na filiação individual.” Poucos meses depois, no entanto, ele se candidata novamente ao cargo, explicando: “Há quem pense – esclarece – que o melhor seria que a própria Federação substituisse a atual composição de sociedades por membros individuais. Há outros que acham que a base para a *kehilá* deve ser o Cemitério Israelita de São Paulo”.³⁵

A revista *Aonde Vamos?* publicou nesse período uma série de reportagens sobre a formação de uma *kehilá*, realizando entrevistas com líderes comunitários e religiosos, sobre o que entendiam por *kehilá* e como ela deveria ser organizada. Não havia unanimidade nessa questão. O rabino Diesendruck, por exemplo, considerava a formação de uma *kehilá* – dirigida por um judeu ortodoxo – uma ótima idéia. Em julho de 1955, Aron Neumann, editor da revista, em “O yshuv paulista em crise”, criticou a forma como eram feitas as doações e a sua distribuição. Para a revista, a comunidade de São Paulo faz doações consideráveis: “E poucas coletividades do mundo judeu haverá – em cidades de igual tamanho – uma organização de coletas tão eficiente como a de São Paulo. Mas – e nisto está o paradoxo – raros serão os lugares do mundo, onde haja tanto desinteresse pelas dificuldades em que se debatem os pobres e pelos problemas coletivos, tanta

frieza no contato humano como aqui”.³⁶ A relação entre a Federação e a SCISP havia ficado expressa no estatuto da sociedade, em 1955, que em seu art. 2º incluiu um item que não existia: “Subvencionar a Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, para entidades locais de caráter beneficente, educacional ou religioso”.³⁷

A COLETIVIDADE

A eleição seguinte na SCISP, em outubro de 1955, acirrou as diferenças. Moyses Kahan liderou um grupo intitulado “Chapa da Coletividade”, que se apresentou como chapa de oposição e, de fato, pretendia coligar as duas entidades.³⁸ A Federação das Sociedades Israelitas, da qual Moyses Kahan era presidente, assumiu formalmente a campanha dessa chapa. Pouco antes da eleição, a Federação publicou em jornal da comunidade uma carta de esclarecimento sobre sua posição frente às eleições na Sociedade Cemitério: “Em inúmeras oportunidades este Executivo vem ressaltando a necessidade de ser atualizada a organização da Sociedade Cemitério Israelita, através da democratização de seus estatutos, pondo-se fim às limitações que cercam seu quadro associativo e o tornam inacessível ao ‘ishuv’ em geral. A conseqüência imediata dessa providência seria, além da extinção de privilégios de uma minoria, o aumento dos recursos financeiros da entidade, recursos esses que serviriam de subsídio aos orçamentos de inúmeras instituições educativas e filantrópicas federadas, atendendo-as em suas reais e imediatas necessidades”.³⁹

A carta terminava com o apoio explícito à oposição: “Considera a Federação, na qualidade de órgão representativo da comunidade e fiel intérprete de suas necessidades e aspirações, que a execução dos propósitos acima mencionados significaria um serviço em benefício do ‘ishuv’, representando inclusive um passo à frente para alcançarmos a constituição de uma *‘kehilá*, escopo essencial do atual Executivo. Destarte, levando em conta haver plena identidade entre os objetivos da Federação e o programa apresentado pela ‘Chapa da Coletividade’, que consulta os melhores interesses do ‘ishuv’, entendemos ser nosso dever dar e reclamar o apoio a essa chapa, a fim de que uma vez vitoriosa, pos-



SÍMBOLOS PRESENTES EM TÚMULOS QUE INDICAM LEVI (JARRO) E COHEN (MÃOS), PRESENTES EM TÚMULOS DA DÉCADA DE 1950 E COMUNS ATÉ HOJE.

sa ser posta em prática aquela plataforma que expressa uma aspiração dos israelitas de São Paulo”.⁴⁰

No dia da eleição, o alto índice de comparecimento acabou levando ao adiamento da eleição, porque se alegava que não havia espaço suficiente dentro da sala para comportar todos os eleitores. A proposta de adiamento foi aprovada por 63 contra 50 votos e 11 abstenções, o que indica o alto índice de comparecimento na assembléia.⁴¹ Nessa polêmica assembléia foi apresentado o relatório da gestão 1946-1955 em que se descrevia as ações da diretoria. É visível o tom de respostas às críticas recebidas e a ênfase no trabalho em prol da coletividade. Na parte em que fala dos doativos, após afirmar que foi feito “todo o possível para contribuir e dirimir a crise financeira entre as sociedades beneficentes locais e o problema do Comitê de Emergência aos Imigrantes” e que foi “preocupação constante o auxílio às sociedades beneficentes da coletividade”, a diretoria se justifica dizendo que os gastos com a aquisição e construção do novo cemitério não permitiram maiores doações. Os termos, “não foi possível realizar mais, infelizmente” utilizado duas vezes no mesmo parágrafo, “evidentemente estas importâncias não correspondem aos nossos anseios”, “ainda que pareça inacreditável” e “na escala que desejávamos”, tornam patente a tentativa de justificar o valor das doações: “Vossas Senhorias verificarão pelo relatório financeiro que doamos a importância máxima que nos foi possível às sociedades beneficentes, e se mais não fizemos foi única e exclusivamente devido aos vultosos

compromissos financeiros assumidos, para compra, execução e funcionamento do novo cemitério.”⁴²

Na assembléia seguinte, também com expressivo número de presentes, 103 sócios,⁴³ se apelou para “uma conciliação entre as duas chapas apresentadas, deixando questões políticas e ideológicas à parte e que fossem realizadas eleições democraticamente”. Foi abolido o sistema de chapas e os sócios se candidataram livremente, sendo eleitos: Francisco Teperman (presidente), Leon Feffer e Mathias Sendacz (vices), Henrique Barmak, Moisés Guerschfeld e Moszek Aron Muskat (secretário), Borys Bacaleinick, Henrique Pekelman e Herman Stern (tesoureiro) e, para o Conselho de Admissão, Salo Wissmann, Abrão Pasmanik, Isaac Kertzman, Leon Raw, Zimon Leirner.⁴⁴ Com a eleição de 1955 chegou-se finalmente a um acordo que perdurou vários anos.

ABRIR AS PORTAS A NOVOS SÓCIOS

Apesar da intensidade da controvérsia levantada, o interesse da comunidade em participar da Sociedade Cemitério se mostrou menor do que o esperado. A diretoria eleita em 1955 relataria mais tarde: “Uma das nossas primeiras medidas foi o estímulo à entrada de sócios. Iniciada a campanha, foi a mesma amplamente divulgada pela imprensa e pelo rádio. Estaríamos faltando com a verdade se disséssemos que a mesma foi coroada de êxito. Dado o interesse que a coletividade manifestara por ocasião da assembléia anterior,





NO ESTATUTO DE 1960 FOI INTRODUZIDA A CATEGORIA DE SÓCIO-CONTRIBUINTE "A FIM DE ABRIR AS PORTAS DA SOCIEDADE A TODOS QUE TIVESSEM INTERESSE EM SEU INGRESSO".

pensávamos que, após empossada a nova diretoria, de muito aumentaria o quadro social. Apesar de largamente abertas as portas da Sociedade, foi proporcionalmente pequeno o número de sócios que para ela ingressaram. Dos membros da Congregação Israelita Paulista, convidados a ingressar no quadro social da Sociedade Cemitério, apenas um enviou proposta de admissão".⁴⁵

Na reforma dos estatutos, em 1960, a categoria de sócios-fundadores foi suprimida e estes passariam a ser chamados de titulares, com seus direitos preservados. Foi introduzida a categoria de sócio-contribuinte (que pode passar a titular) "a fim de abrir as portas

da Sociedade a todos que tivessem interesse em seu ingresso, fixando jôia de CR\$ 5.000,00 com direito a voto e a ocupar cargos na diretoria, pois buscamos elementos novos que possam colaborar nos trabalhos da Sociedade e também torná-la mais ligada à coletividade".⁴⁶ A diretoria enfatizava que o novo regulamento interno "não permite discriminações quanto à cobrança de taxas pelos serviços prestados e dos lugares, proporcionando critérios razoáveis e justos na fixação das mesmas".⁴⁷

No entanto, é interessante que no estatuto aprovado em 1960 a questão sobre quem pode ser sepultado em cada cemitério ainda permanece: "Art. 5º - Ao sócio que figurava no quadro social em 31 de março de 1953, bem como à sua mulher, aos seus descendentes e ascendentes consanguíneos ou afins, serão destinados, enquanto disponíveis, lugares no Cemitério da Vila Mariana".⁴⁸ Assim como definia que era direito dos sócios "adquirir para si e sua mulher sepulturas no Cemitério do Butantã, mediante o pagamento da contribuição estipulada nos regulamentos, com o desconto da jôia de admissão que houver pago".⁴⁹ Visando ampliar a gestão e as instâncias de participação, definia a criação de um conselho deliberativo, composto de 30 sócios, que entre suas atribuições têm: "Julgar os recursos interpostos contra resoluções da Diretoria".⁵⁰

Assim, nos anos 1950 – com a nova legislação que permitia a abertura de cemitérios particulares sem as questões de 30 anos antes – em que o Cemitério do Butantã foi inaugurado, a Sociedade Cemitério Israelita não apenas ganhou nova dimensão, mas, com isso, passou a ocupar um lugar ainda mais central na comunidade judaica. O que trouxe novas responsabilidades e novas demandas, que implicaram muitas vezes em debates acalorados, evidência de uma comunidade que procurava modos de organização institucional e política. Soube a SCISP manter-se na estrita linha de sua missão primeira e fundadora, ao mesmo tempo em que enfrentou as novas demandas e participou ativamente do desenvolvimento do judaísmo paulista.

A COMPRA DO CEMITÉRIO DO EMBU EM 1963 E A AMPLIAÇÃO DO BUTANTÃ





No início da década de 1960, a necessidade de ampliar o Cemitério do Butantã e a de adquirir um terreno para um novo cemitério já se colocavam como uma necessidade para as décadas seguintes. Até que a Sociedade Cemitério finalmente comprasse o terreno do futuro Cemitério do Embu em 1963, dez anos após a inauguração do Cemitério do Butantã, outras opções foram cogitadas.

Em 3 de outubro de 1962, a SCISP propôs comprar uma gleba de terra anexa ao Cemitério do Butantã, de 130 mil m², pois, “devido ao crescente aumento da mortalidade, haverá a necessidade de outro cemitério dentro de um prazo aproximado de 20 a 30 anos”¹ – planejamento que se deu sob a gestão, em 1962, de Henrique Pekelman como novo presidente da Sociedade (e que se reelegeria três vezes, cumprindo mandatos na presidência até o ano de 1973). As negociações se prolongaram por meses e não chegaram a uma conclusão (em 1974, a SCISP compraria um terreno contíguo ao Cemitério do Butantã, como veremos mais adiante).

Em 15 de maio de 1963, a diretoria decidiu que se a negociação não se concluísse, a Sociedade deveria estudar a aquisição de um sítio no município do Embu, de 50 alqueires, demarcado e cercado, apropriado para o novo cemitério.² Em setembro de 1963 foi então decidida a compra do sítio Morro do Vento, onde seria construído o Cemitério do Embu (como passaria a ser chamado depois). A escritura de compra foi lavrada no dia 28 de janeiro de 1966.

Durante anos, a manutenção do sítio foi discutida nas reuniões: questões gerais de conservação, a contratação de um caseiro, a manutenção da cerca e outros assuntos. A venda de eucaliptos do sítio permitiu pagar parte das despesas. No início de 1969, a diretoria decidiu fazer um levantamento topográfico para aprovar a planta do futuro cemitério. Jayme Balaban sugeriu que, “após a aprovação do sítio como cemitério, seria estabelecido um plano financeiro, vendendo-se títulos proprietários e a conservação seria cobrada, de tipo semelhante à do clube A Hebraica. Acredita o sr. Jayme do sucesso de suas idéias, sendo que o Cemitério do Butantã, substituirá o Cemitério da Vila Mariana no setor de procura e valorização”.³

Foi na década de 1960 que teve início a transferência de parte da comunidade judaica do bairro do Bom Retiro para o de Higienópolis, onde em 1968 seria inaugurada a sede local do Colégio Renascença (que em 1966 ganharia novo prédio também no Bom Retiro). Mais do que mero deslocamento geográfico na cidade, representou uma mudança social, Higienópolis significando um novo patamar social e econômico atingido por setores da comunidade, que se mudavam para um bairro que tinha outro status na cidade, residencial e como moradia das classes médias ascendentes e dos antigos barões do café, e que se verticalizou com modernos edifícios. A comunidade judaica também se mudaria para outras regiões e bairros da cidade, como Pinheiros, Morumbi e Jardins (em escala maior do que já ocorria).

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: VISTA DA ÁREA DO CEMITÉRIO DO EMBU, ANTIGO SÍTIO MORRO DO VENTO, ADQUIRIDO NA DÉCADA DE 1960 E QUE MANTÉM EM SEU PROJETO UMA RESERVA DE MATA PRESERVADA. PÁGINA AO LADO: NO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ, A PARTIR DOS ANOS 1960 E 1970, COMEÇA A SER FREQUENTE O USO DE OUTROS TIPOS DE GRANITOS, ESPECIALMENTE O MARROM, E NOVOS PADRÕES DE SEPULTURAS, COMO A LÁPIDE HORIZONTAL ELEVADA.



A DEFINIÇÃO DO IOM CHEVRA KADISHA, DIA DA SOCIEDADE CEMITÉRIO, EM 7 DE ADAR, FOI INSTITUÍDA EM 1975 E REALIZADO NAQUELE ANO EM 18 DE FEVEREIRO, COM UMA CELEBRAÇÃO QUE REUNIU DIRETORES E FUNCIONÁRIOS.

A AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ

Em 1965, o Cemitério do Butantã tinha cerca de 2.400 lugares disponíveis, uma vez que dos 7.400 lugares existentes 4.100 já estavam ocupados e 900 reservados. Pela média de sepultamentos que vinham sendo realizados, os locais vagos seriam ocupados em menos de cinco anos. Ao mesmo tempo em que procurava comprar um terreno para um novo cemitério, em meados dos anos 1960, a diretoria decidiu ampliar para 10.500 os lugares disponíveis no Cemitério do Butantã. Iniciaram-se obras de ampliação com o asfaltamento das ruas, a terraplanagem, o plantio de árvores, a abertura de três novas quadras e a construção da Casa de Tahara – para a qual foi pedida a planta utilizada pela Sociedade Cemitério Israelita do Rio de Janeiro.

Para esclarecer os serviços oferecidos, a diretoria optou em 1964 pela elaboração de uma circular contendo as obrigações da SCISP referente aos serviços funerários: “Orientação legal para obtenção do atestado de óbito; fornecimento de roupas mortuárias; caixão

e transporte; serviços religiosos (Tahara); anúncios radiofônicos, cerimonial religioso e execução de mureta e placa de identificação”.⁴ Os anúncios de falecimento eram difundidos no rádio por meio dos programas Audições Israelitas e Mosaico, de Francisco Gotthilf, que em 1961 estrearia também na televisão, com o “Mosaico na TV”, na Excelsior, Canal 9. Depois, com o fim do programa Audições, somente pelo Mosaico. Em 1972, a SCISP decidiu que não faria mais os anúncios, que passaram a ser opção dos familiares.

Em 1967, a SCISP adquiriu um imóvel vizinho na Rua Prates, ampliando a sede. Em 1969, a Casa de Tahara no Cemitério do Butantã estava concluída e em funcionamento. No início dos anos 1970 já estavam prontas as três quadras, totalizando seis do projeto original. Em 1976, a Casa de Tahara foi ampliada para a construção de uma sala maior para o velório. A realização do velório no próprio cemitério foi se tornando cada vez mais freqüente devido ao trânsito e à crescente dificuldade de atravessar com féretro a cidade. Mas alguns grupos, como os associados à Congregação



FESTA REALIZADA NA SEDE DA SCISP, COM A PRESENÇA DA DIRETORIA DA SOCIEDADE, 1975.

Israelita Paulista, mantiveram o costume de realizar a Tahara na residência do falecido. Por esta razão, eles eram enterrados na quadra 6, mais distante da Casa de Tahara, para onde se dirigiam diretamente.

Em abril de 1974, a SCISP decidiu comprar um terreno contíguo ao Cemitério do Butantã, com 56 mil m², de propriedade da Associação Cemitério dos Protestantes. Em 1978, o processo da Superintendência do Serviço Funerário nº 03.854/78 foi publicado no *Diário Oficial*, regularizando o novo perímetro do Cemitério Israelita do Butantã, incluindo no projeto a área que pertenceu ao Cemitério dos Protestantes. Esta ampliação do terreno permitiu postergar a inauguração do Cemitério do Embu, pois resolveu a necessidade de espaço por alguns anos.

APOIO À COMUNIDADE

Conforme vimos nos capítulos anteriores, a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo doou recursos a várias entidades da comunidade, especialmente as de

cujo assistencial e educacional, além de subvencionar o transporte até o Cemitério do Butantã e custear enterros, sepulturas e lápides para as famílias que não dispunham de recursos próprios.

Seguindo esta postura, entre o final dos anos 50 e início dos anos 60, a Sociedade Cemitério auxiliou diversas entidades da comunidade judaica, entre elas: a compra de três ônibus para as escolas Luiz Fleitlich, Escola Religiosa Brasileira Israelita Talmud Torá, depois apoio para a colônia de férias do colégio Beith Chinuch e acampamentos de verão em geral dos movimentos juvenis sionistas do Brasil: Ichud Habonim, Hashomer Hatzair, Dror, B’nei Akiba, Hanoar Hatzioni e Betar.

Das doações e empréstimos feitos pela Sociedade Cemitério, alguns eram regulares, como os para a Federação, e outros, discutidos pela diretoria, eram pontuais e circunstanciais. Como exemplos daqueles concedidos eventualmente: Círculo Literário/Centro dos Escritores Israelitas do Rio de Janeiro, Confederação Brasileira Macabi, para pagar passagens para a Macabiada,



ACIMA, HENRIQUE PEKELMAN, PRESIDENTE DA SCISP ENTRE 1962 E 1974. À DIREITA, A CASINHA (OHÉL, TENDA EM HEBRAICO), ONDE ESTÃO SEPULTADOS O RABINO MENACHEM DIESENDRUCK E SUA ESPOSA HELENA NO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ.



Instituto de Cultura Hebraica e apoio à construção do prédio da Escola Hebraica Brasileira Independente Santo André. Concedeu também um empréstimo à Escola Luiz Fleitlich, que precisou indenizar a família de um acidentado pela perua da escola.

A Ezra pediu empréstimo por três dias devido ao atraso do pagamento do Ipase à Ezra. O Ipase, instituto de aposentadoria público, mantinha um convênio fixo com o sanatório da Ezra para tuberculosos, em São José dos Campos. Este convênio garantia a própria manutenção do sanatório, mas seu pagamento atrasava constantemente. Em seguida, a Ezra pediria ajuda para comprar um novo aparelho de raio x, equipamento vital para o diagnóstico e o tratamento da tuberculose (o sanatório encerrou suas atividades em 1966).

A SCISP decidiu colaborar com entidades que estavam iniciando a construção ou ampliação de suas instalações e doar dois milhões de cruzeiros para este fim, assim distribuídos: 40% para o Hospital Albert Einstein, 20% para o Asilo dos Velhos, 20% para a Ofidas e 20% para a Policlínica Linat Hatzedek.⁵ Em abril de 1961, a SCISP fez empréstimo ao Centro Israelita de Assistência ao Menor (Ciam) para ampliar suas instalações e custeou a instalação de uma clínica pedagógica à Rua Simão Álvares. Entre os auxílios que cabe citar na década de 1960: delegação brasileira na Macabiada, escolas Renascença, Peretz, Bialik, Talmud Tora, Beit Chinuch, Luiz Fleitlich, Escola do Cambuci, Scholem Aleichem, Ieschiva de Petrópolis, Seminário Beith Yakov, Lubavitch, Casa de Cultura de Israel,



DIRETORIA SE DESPEDE DO RABINO DAVID VALT, QUE COMPLETOU 30 ANOS DE TRABALHO NA SCISP, 1977.

escolas Theodor Herzl, de São Caetano do Sul e de Campinas, Wizo de São Paulo e Liga Feminina Israelita do Brasil. Conforme o registro em ata do período 1959 a 1961: “Neste último triênio a SCISP procurou acompanhar a evolução da nossa Coletividade ligando-se às suas necessidades cada vez maiores e as quais amparou, tomando parte sempre quando solicitada em todas as iniciativas tanto assistenciais, como educacionais, culturais e representativas.”⁶

CONVÊNIO FEDERAÇÃO E SCISP

A ampliação do Cemitério do Butantã e a compra do novo terreno levaram novamente à discussão das doações (especialmente as maiores, como as contribuições anuais à Federação). Em 1968 foi firmado um convênio entre a SCISP e a Federação, que gerou divergência dentro da diretoria, tendo alguns diretores

o considerado anti-estatutário (conforme artigo publicado no jornal *Novo Momento*).⁷ Benno Milnitzky, presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo, compareceu à reunião de diretoria da SCISP em 26 de junho de 1968 para discutir a assinatura do convênio entre as entidades para a constituição de um fundo especial denominado Fundo Assistencial.

Na Assembléia do Conselho Deliberativo da Federação, realizada em 22 de julho de 1968, foi reafirmado o convênio, que, nas palavras de Leon Raw, representou “um momento histórico da coletividade”.⁸ Dois diretores da SCISP integravam a Comissão do Fundo de Assistência, como representantes da entidade. Segundo Herbert Gottchalk, presente à Assembléia Geral do Conselho de Assistência Social da Federação em 19 de setembro de 1968, “a totalidade das verbas destinadas à Assistência Social e Hospitalar da Federação são oriundas da Sociedade Cemitério”.⁹ Em 1969





ASSEMBLÉIA ELEGE NOVA DIRETORIA DA SOCIEDADE CEMITÉRIO, 1977.

foi estabelecido o Serviço Social Unificado (ssu), que uniu o atendimento de várias entidades assistenciais e outras instituições que também prestavam esse serviço, concretizando discussões iniciadas no começo dos anos 50, com o início do trabalho de serviço social e dos assistentes sociais na comunidade em várias instituições.¹⁰

Nos anos 1970, a diretoria da SCISP resolveu ampliar e reformar as instalações da sede da Sociedade Cemitério no bairro do Bom Retiro. Em 1974 Marcos Zlotnik foi eleito presidente, cargo que manteria até 1997 – quando faleceu. Em setembro de 1974, a Fisesp solicitou reunião para restaurar o convênio que mantinha com a SCISP, que, de uma forma ou de outra, permaneceu.

Na década de 1970 foram apoiadas também entidades que atendem a sociedade em geral, como Associação de Assistência a Criança Defeituosa (AACD, atualmente Associação de Assistência à Criança Deficiente), Associação Pais e Amigos de Excepcionais de

São Paulo, Associação Paulista de Combate ao Câncer, Juizado da Vara de Menores da Capital e outras. Ainda na década de 70 foram auxiliadas, de acordo com este mesmo espírito, o Mobral, o Lar Escola São Francisco e a Fundação para o Livro de Cegos no Brasil, entre outras. As doações pontuais para a comunidade também continuaram, como, por exemplo, para o Ciam, que recebeu uma importante doação para a compra do terreno onde planejava construir um novo serviço.

Em 1973, a SCISP obteve a isenção de pagamento do imposto de renda. A definição do Iom Chevra Kadisha, Dia da Sociedade Cemitério, em 7 de Adar (calendário judaico), foi instituída em 1975 e realizada naquele ano em 18 de fevereiro, com uma celebração que reuniu diretores e funcionários. Um ano depois, em 1976, foi implantado um sistema de carnê de pagamento de taxa de manutenção em banco. Nos anos 1970 foram realizadas ampliações e diversos melhoramentos no Cemitério do Butantã, que, inclusive, ganhou um reforço de paisagismo.

QUATRO HISTÓRIAS E A DIVERSIDADE DE TRAJETÓRIAS COMUNITÁRIAS





Na década de 1970, a diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo teve que lidar com questões e decisões envolvendo o traslado ou não de túmulos enterrados em cemitérios municipais públicos nos primórdios da imigração judaica para a Capital e assumir a responsabilidade diante de dois outros cemitérios que não estavam sob sua jurisdição – mas de outras sociedades assistenciais judaicas, conforme já referido no capítulo 2.

São quatro histórias que envolvem não apenas a trajetória da Sociedade Cemitério, mas a história da imigração e da comunidade judaica ao longo do século 20 e a história da cidade de São Paulo, sendo emblemáticas de suas diferentes épocas, trajetórias, diversidade e inserção no país. O traslado de túmulos de outros cemitérios para os cemitérios da Vila Mariana e do Butantã não era assunto incomum; vários túmulos já haviam sido trasladados. Em 1968, por exemplo, cinco túmulos de sepultamentos realizados entre 1891 e 1905 no Cemitério dos Protestantes foram transferidos para o Butantã.

No início dos anos 70, na mesma época em que discutia a questão do Cemitério Chora Menino, em Santana, conforme veremos a seguir, a SCISP foi informada de que 18 sepulturas israelitas existentes no Cemitério da Consolação, consideradas abandonadas, poderiam ser removidas caso não fossem restauradas e cuidadas, conforme a legislação municipal. Diretores da entidade compareceram ao Cemitério da Consolação e consta-

taram a existência de 18 túmulos que necessitavam de reparo, conforme ata de 1972: “Analisado o assunto, concluíram os senhores diretores que pela razão destes falecidos representarem o início da história da Coletividade Israelita de São Paulo, não se deve omitir do problema e executar os serviços necessários com o fito de evitar que as sepulturas retornem à prefeitura, baseado na lei, que as considera abandonadas”.¹

Em relação aos túmulos da Consolação, os diretores enviaram um requerimento ao prefeito pedindo que os túmulos fossem preservados. Em maio de 1973 foi remetida à SCISP uma segunda lista de túmulos em estado de abandono e a diretoria decidiu enviar outra carta de igual teor. Em junho de 1973, a prefeitura comunicou que o pedido não fora aceito. O assunto voltou à discussão várias vezes e em dezembro de 1973 a diretoria decidiu publicar anúncios (nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Novo Momento*) solicitando o comparecimento urgente dos familiares na sede da SCISP e “comunicando que em caso contrário estão os corpos sujeitos à remoção pela prefeitura”.² A diretoria decidiu que, dada a falta de resposta das famílias, os corpos seriam trasladados para o Cemitério da Vila Mariana. O Decreto municipal nº 10.943 de 20 de março de 1974 declarou – conforme a legislação previa – “em comisso” várias concessões de terrenos no Cemitério da Consolação, incluindo terrenos onde estavam sepultados os israelitas. A SCISP aceitou receber os restos mortais.³

Eram túmulos de falecimentos ocorridos muitas

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: CERIMÔNIA DE DESCERRAMENTO DAS MATZEIVOT DE 12 CORPOS TRANSLADADOS DA CIDADE DE FRANCA, INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, PARA O CEMITÉRIO DA VILA MARIANA, 1978. PÁGINA AO LADO: PORTÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE CUBATÃO, DENTRO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE CUBATÃO.



CERIMÔNIA DE DESCERRAMENTO DAS MATZEIVOT DE 12 CORPOS EXUMADOS E TRANSLADADOS DA CIDADE DE FRANCA, INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, PARA O CEMITÉRIO DA VILA MARIANA, 1978.

vezes antes da criação do Cemitério da Vila Mariana, evocando os primórdios da imigração judaica para São Paulo. Não foram poucos os casos de sepultamentos em cemitérios municipais, seja antes da criação do Cemitério de Vila Mariana, seja também, em alguns casos, depois, por razões pessoais e familiares as mais variadas. Segundo Egon e Frieda Wolff, em 1989 permaneciam enterrados cerca de 75 judeus no Cemitério da Consolação e cerca de 35 no Cemitério dos Protestantes, além de outros nos cemitérios do Araçá, de Congonhas, do Redentor e São Paulo.⁴ A maioria dos túmulos foi posteriormente transladada para o Cemitério do Butantã, seja por vontade da família seja por decisão da Sociedade Cemitério, quando os túmulos estavam abandonados, havia o risco de desapropriação pelo Serviço Funerário Municipal, e a família não era localizada ou não se manifestava.

COMUNIDADE JUDAICA DE FRANCA

Em outro evento significativo, em 24 de novembro de 1978 foram descerradas as *matzeivot* de 12 corpos exumados e transladados da cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo, para o Cemitério da Vila Mariana. A exemplo de várias cidades do interior, Franca abrigou uma pequena, mas organizada, comunidade judaica. Na falta de cemitérios judaicos nestas localidades, seus mortos eram enterrados nos cemitérios municipais locais e, aos poucos, muitos foram transladados para São Paulo, especialmente porque muitos dos integrantes destas comunidades foram pouco a pouco se mudando para São Paulo ou outras cidades e as comunidades locais, com exceções, foram se tornando menos organizadas.

CEMITÉRIOS DE CUBATÃO E SANTANA

Outros dois episódios envolvendo não um número limitado de sepulturas, mas dois diferentes cemitérios judaicos, em São Paulo e em Cubatão, fizeram emergir uma história há muito silenciada, na época, pela comunidade judaica. O primeiro se refere ao Cemitério Israelita de Santana, inaugurado nos anos 1920 na zona norte da capital paulista, conforme vimos no capítulo 2. No ano de 1970, uma solicitação da Sociedade Lar dos Velhos (atual Residencial Albert Einstein) foi enviada à Sociedade Cemitério. O Lar era o abrigo das últimas integrantes da Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita Feminina, que se dissolveu formalmente no final dos anos 1960 e tornou o Lar seu herdeiro legal, ficando o cemitério sob responsabilidade da prefeitura.

Em outra história referente a um segundo cemitério pertencente à outra sociedade, em julho de 1973 o prefeito da cidade de Cubatão, próxima a Santos no litoral do Estado de São Paulo, enviou uma carta à SCISP

solicitando a remoção dos túmulos do Cemitério Israelita de Cubatão – fundado e mantido pela Associação Beneficente e Religiosa Israelita de Santos desde os anos 1920 – para um dos cemitérios de São Paulo.

São duas histórias que envolviam a rede de mulheres imigrantes judias que exerciam a prostituição e homens judeus que eram cáftens, em São Paulo e em Santos, que mantiveram suas associações (com finalidade assistencial e religiosa) e cemitérios próprios. As negociações envolvendo as prefeituras de São Paulo e de Cubatão com a Sociedade Cemitério, e desta com outras entidades judaicas que se ocupavam do assunto, cuja história é contada a seguir, são também emblemáticas de duas posturas e soluções bem distintas adotadas com intervalo de pouco mais de duas décadas, anos 70 e anos 90, evidenciando a mudança de mentalidade na comunidade judaica e na sociedade em geral nesses anos.

Se no caso do Cemitério de Santana optou-se pelo discreto traslado dos túmulos, realizado em 1972, no

TÉRMINO DA RESTAURAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE CUBATÃO E DESCERRAMENTO DA PLACA, COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA SCISP, MARCOS ZLOTNIK, TENDO AO SEU LADO O DIRETOR MARCELO KOCHEN, E DO PREFEITO MUNICIPAL DE CUBATÃO, NEI EDUARDO SERRA, 1997.





FOTOGRAFIAS NAS SEPULTURAS DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE CUBATÃO, FOTOGRAFIAS REALIZADAS EM 2008.

de Cubatão, duas décadas e meia depois, em 1996, o desfecho – em parceria da SCISP com a prefeitura de Cubatão – foi a manutenção, a restauração e a reinauguração do cemitério, preservando de forma mais íntegra os vestígios desta história da comunidade e das cidades de Santos e Cubatão.

Enquanto nos anos 1970 ainda estavam próximos no tempo os ecos do tráfico de mulheres e da prostituição, com a conseqüente problemática gerada dentro da comunidade e o estigma que cercava o assunto, nos anos 1990 o que estava em questão era exclusivamente a integridade e a perpetuação da memória destas mulheres que se organizaram para serem enterradas em cemitério judaico (sem um juízo de valor sobre suas atividades, que haviam mobilizado décadas antes intensos esforços das instituições judaicas para que essas mulheres percorressem outros caminhos).

O CEMITÉRIO ISRAELITA DE SANTANA

No início de 1970, uma carta da Sociedade do Lar dos Velhos, de 12 de janeiro daquele ano – conforme ficou registrado em ata – “expõe a situação conseqüente da extinção da Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita Feminina, bem como nos cientificando da existência de um cemitério no bairro de Santana, cujo patrimônio julgam que a Sociedade Cemitério deva encampar, assumindo a direção e o zelo do imóvel”.⁵

Uma comissão formada para estudar o assunto, incumbida de ver *in loco* o Cemitério de Santana, “constatou que a situação é delicada, pois, além da situação privilegiada em que se localiza, encontra-se abandonado e praticamente inaproveitável, acreditando que deverá ser mantido e preservado por tratar-se de

um Cemitério Israelita e portanto tornar-se merecedor de um estudo acurado e profundo”.⁶

O cemitério abandonado era o último vestígio material da história da Sociedade Religiosa Israelita Feminina, fundada em 1924 e dissolvida no final dos anos 1960, quando a maioria de suas associadas estava idosa ou doente, sendo que muitas já haviam falecido. A última assembléia geral da sociedade foi realizada em 31 de julho de 1968, quando a presidente decidiu que “*ante a impossibilidade de preencher cargos vagos na diretoria, conforme constatado na assembléia anterior, propunha a dissolução da sociedade como são conferidos pelos estatutos e assim fazer doação de seus bens móveis e imóveis a associação congênere de amparo a velhice (...)* A secretária declarou que existe nesta capital uma sociedade de amparo a velhice de idênticos fins, à Rua Madre Cabrini nº 506, e que tem o nome de Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita Lar dos Velhos, e propunha então que a ela fossem doados todos os bens móveis e imóveis”.⁷

Em novembro de 1970, a diretoria do Lar dos Velhos enviou outra carta, solicitando medidas adequadas e capazes de solucionar a situação do Cemitério Israelita de Santana, abandonado e alvo de depredações. Os diretores da SCISP resolveram, “desde que o assunto é grave e delicado, envolvendo grandes responsabilidades”, sugerir ao Lar dos Velhos que convocasse uma reunião conjunta da Federação Israelita, Sociedade Cemitério e Lar dos Velhos.⁸ Em julho de 1971, a diretoria da SCISP voltou a discutir a questão, pois a prefeitura insistia em saber quem eram os administradores. A diretoria propôs outra reunião conjunta com o Lar dos Velhos e a Federação. Em 23 de setembro de 1971, a diretoria do Lar dos Velhos enviou carta



NA DÉCADA DE 1990, A SOCIEDADE CEMITÉRIO REFORMOU E ASSUMIU A MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE CUBATÃO; AS FOTOS MOSTRAM O CEMITÉRIO EM ESTADO DE ABANDONO EM 1990 (À DIR.) E LOGO APÓS A RESTAURAÇÃO EM 1997 (ACIMA).

em resposta afirmando que o Cemitério de Santana era um assunto da alçada da Sociedade Cemitério e, em última análise, da coletividade, representada pela Federação Israelita.

AS QUATRO FILEIRAS DA QUADRA N

Enquanto a Sociedade Cemitério procurava uma solução, o Decreto nº 9.972, de 24 de maio de 1972, cassou o funcionamento do abandonado Cemitério Israelita de Santana. A prefeitura contactou a SCISP e indagou se a Sociedade Cemitério ou a coletividade judaica se interessavam pela remoção dos corpos e se era necessária uma orientação religiosa para a exumação, informando que noticiaria pelos jornais o prazo aos interessados para que removesses os restos mortais.⁹ A diretoria da SCISP discutiu os vários pedidos de traslado do Cemitério de Santana para o do Butantã



e decidiu inicialmente que: “Os casos serão tratados individualmente; o valor mínimo do traslado é CR\$ 2.000,00; autorizado o traslado, o túmulo existente não poderá ser levado sem prévio consentimento da diretoria e para isto na ocasião ser-nos-a entregue fotografia do túmulo; todos estes translados ficarão localizados em um lugar do Cemitério do Butantã, especialmente destinado para este fim”.¹⁰

Ato seguinte, o Departamento de Cemitérios da Prefeitura do Município de São Paulo, em ofício (687/72) de 17 de julho de 1972, deu prazo de 30 dias para a





DETALHE DE FOTOGRAFIA EM SEPULTURA NO CEMITÉRIO ISRAELITA DE CUBATÃO E PLACA QUE REGISTRA A CONCLUSÃO DA RESTAURAÇÃO DO CEMITÉRIO (À DIREITA), 1997.

SCISP se manifestar por escrito sobre a disposição de receber os restos mortais das pessoas sepultadas em Santana. A diretoria da SCISP decidiu que, em princípio, aceitaria, mas resolveu entrar em contato com o secretário para saber “se existe alguma possibilidade de se manter as coisas como estão, administradas pela prefeitura e mantidas pela Sociedade Cemitério, e conforme resultado desta iniciativa seria convocada uma reunião extraordinária, com a finalidade única e exclusiva de solucionar tão angustiante problema”.¹¹

Finalmente, diante da decisão do poder público e frente à falta de resposta de outras entidades e da grande maioria de familiares e conhecidos, a diretoria da Sociedade Cemitério decidiu aceitar o traslado de todos os túmulos para o Butantã, inteiramente sob sua própria responsabilidade. Questionado se havia algum impedimento religioso para aceitar essa opção, o rabino Valt respondeu que não, neste caso no qual “a Sociedade Cemitério contra sua vontade se viu envolvida”.¹² A SCISP publicou sua decisão por meio do jornal *Novo Momento* e a prefeitura começou a entregar os restos mortais a partir de novembro. Dos 233 túmulos listados pela prefeitura, apenas 24 foram identificados por familiares, sendo que seis foram trasladados para outros cemitérios e 18 receberam túmulos com lápides e nomes no Cemitério do Butantã.¹³

Conforme a ata da SCISP de outubro de 1972: “Devido ao alto custo das placas de granito onde seriam gravadas as inscrições, ficou decidido que no momento se fará apenas os receptáculos de concreto”.¹⁴ Em dezembro de 1972, a diretoria informou que “foram

feitos normalmente os translados do Cemitério de Santana e que os receptáculos ficaram ótimos, restando apenas o modo de identificação. Por unanimidade foi aprovado que será gravado apenas o nome em português e a Estrela de David nos túmulos correspondentes às pessoas sepultadas”.¹⁵ Nos estatutos da SCISP, todas as referências a restrições de enterrar mulheres prostitutas e cáftens haviam sido suprimidas em 1947. Provavelmente a questão já não era tão importante e nem catalisava esforços da comunidade – uma vez que elas já tinham um cemitério próprio e não deviam mais procurar a SCISP, além da redução da própria atividade nos anos 1940.

Conforme a historiadora Paula Janovitch: “Apesar de feito o traslado e o enterramento no Cemitério do Butantã, desde a inumação, na década de 70, as lápides ficaram sem seus respectivos nomes, pois o livro de óbitos e os registros entregues pelo serviço funerário desapareceram, e por um longo período as quatro fileiras da quadra N ficaram conhecidas como as sepulturas que vieram de Santana, ou pejorativamente como das ‘polacas’”.¹⁶ Os nomes foram inscritos nos túmulos em uma cerimônia realizada em fevereiro de 2000, celebrada pelo rabino Henry Sobel, em respeito à memória e completando a tradição judaica de sepultamento com a completa identificação nas lápides.

CEMITÉRIO ISRAELITA DE CUBATÃO

Em Santos, porto de chegada dos imigrantes, estabeleceu-se uma importante e organizada comunidade



SEPULTURAS QUE FORAM TRANSLADADAS DO CEMITÉRIO ISRAELITA DE SANTANA PARA O CEMITÉRIO DO BUTANTÃ E QUE RECEBERAM IDENTIFICAÇÃO EM 2000.

judaica a partir dos anos 1910 e 1920. Também nessa cidade houve atividades de tráfico e exploração de mulheres e a fundação de uma entidade social, assistencial e funerária de mulheres judias ligadas à prostituição, a Associação Beneficente e Religiosa Israelita de Santos, que estabeleceu um cemitério em Cubatão.

O Cemitério Israelita de Cubatão, localizado dentro do cemitério municipal, foi autorizado em 22 de novembro de 1929, quando o prefeito José de Souza Dantas cedeu à Associação Beneficente e Religiosa Israelita de Santos uma área de 1.940 m² no cemitério municipal para a construção de um cemitério israelita destinado ao sepultamento exclusivo dos sócios da sociedade, o que se deu efetivamente um ano depois, em 1930.¹⁷ O Cemitério de Cubatão – que era um distrito do município de Santos – foi fundado em 1902. Com a instalação da Refinaria da Petrobras, o cemitério foi transferido, entre 1951 e 1952, para o local do novo cemitério; na época da construção do novo cemitério, Cubatão já estava emancipada (em 1949).¹⁸

O Cemitério Israelita é pequeno, área de pouco mais de 800 m², com um total de 75 sepulturas (segundo os dados da SCISP), a maioria de mulheres originárias da Europa Oriental (Polônia e Rússia).¹⁹ A sepultura mais antiga é de 1924 e o último sepultamento ocorreu em 1966. Em muitas das lápides, além do nome em português e hebraico e de símbolos judaicos, especialmente a Estrela de David, há algumas fotografias das falecidas e inscrições, a maioria das quais faz referência à associação – “homenagem da Sociedade Beneficente e Religiosa Israelita de Santos” ou “última homenagem da associação” – e às companheiras: “homenagem de Sabina”, “lembrança de sua última amiga”, “última homenagem de Regina”, “lembrança de suas amigas Chindale, Helena e Rosa”, “recordação da esposa de Goldenberg e de suas conhecidas”.

Menos de uma década após o último sepultamento, em julho de 1973, e diante do abandono do cemitério, o prefeito de Cubatão enviou correspondência a SCISP solicitando a remoção dos túmulos israelitas para um

dos cemitérios de São Paulo. O assunto foi discutido em várias reuniões de diretoria – na mesma época em que a questão do traslado dos túmulos do Cemitério da Consolação e os de Santana –, mas foi decidido adiar uma decisão e estudar o assunto em outra ocasião.

O cemitério ficou então no mesmo local, mas em estado de abandono por mais de duas décadas, no decorrer das quais ocorreram outras tentativas oficiais do poder público de Cubatão em encontrar uma solução, que – após a dissolução da Sociedade Beneficente e Religiosa Israelita de Santos – esbarrava na inexistência de familiares e amigos que cuidassem do cemitério e no silêncio das instituições da comunidade judaica (sem, no entanto, uma ameaça mais efetiva de desapropriação pelo poder público que pressionasse as entidades judaicas).

Em 1991, a estudante de história Evania Alves, em sua monografia de conclusão de curso sobre o cemitério, comparou a lista existente no livro de registro de óbitos e as sepulturas e não conseguiu identificar seis sepulturas e encontrar o túmulo de 15 pessoas registradas em um registro de óbitos do cemitério (que, em parte, podem ser de sepulturas não identificadas, em parte podem ter sido transladadas e não re-sepultadas na mudança de local do cemitério). Das 62 sepulturas listadas, três são anteriores à fundação da Sociedade, sendo a mais antiga de 1924. A criação formal do cemitério judaico em 1929 sugere a hipótese de que os túmulos mais antigos, anteriores a esta data, tenham sido transferidos do Cemitério de Paquetá, mas não há documentação a respeito.²⁰ Até pelo menos 1979, segundo Evania Alves, havia um portão com entrada pela rua (hoje a entrada é feita exclusivamente por dentro do Cemitério Municipal).

A SCISP assumiu a manutenção do Cemitério de Cubatão, durante a gestão do presidente Marcos Zlotnik, e em novembro de 1996 começou uma obra de restauração – com o apoio da prefeitura de Cubatão, que realizou os serviços de arruamento, revestimento do muro e instalação de água e luz. A SCISP cuidou do nivelamento e da restauração dos túmulos, devidamente identificados, do cuidado com os jardins e outros itens, como a colocação de uma Estrela de David no

portão de entrada, a colocação de um lavatório e de local para acendimento de velas.

O cemitério foi oficialmente reinaugurado em dezembro de 1997, 30 anos depois do último sepultamento ocorrido no local – marcando uma nova postura da comunidade judaica diante desta história e preservando não apenas a memória das pessoas ali sepultadas como também um capítulo da história da imigração judaica para Santos e para o país.²¹ “Para os israelitas, a morte iguala todos os seres humanos, sem importar o que fizeram das suas vidas. Preservar a memória dessa parcela da comunidade judaica da Baixada Santista é muito importante para nós”, afirmou na ocasião Majer Chil Kochen, presidente da SCISP a partir de 1997, em entrevista.²²

Conforme a historiadora Paula Janovitch, associando os atos de preservação da memória nos cemitérios de Cubatão e do Butantã: “Por iniciativa da Chevra Kadisha, duas importantes atitudes foram tomadas em relação à inclusão de uma parcela de imigrantes judeus que foram ‘excluídos’ da condição de israelitas pelos antigos estatutos: o Cemitério Israelita de Cubatão, até então abandonado, onde também eram enterradas pessoas ligadas à prostituição, foi restaurado e inaugurado em 1997. Em fevereiro de 2000, depois de encontrada uma segunda lista nos arquivos da prefeitura com os nomes das sepulturas do antigo Cemitério Israelita de Santana, através de um culto religioso liderado pelo rabino Henry Sobel, foi celebrada a nomeação das lápides, mas também o reconhecimento desta parcela de pessoas que fizeram parte da história da imigração à condição de israelitas”.²³

Com isso, a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo assumiu a postura de preservação integral de todos os cemitérios judaicos existentes em São Paulo, reafirmando também sua preocupação com sepultamentos judaicos, cuidado com os túmulos existentes em outros cemitérios da cidade e do Estado e o traslado para as famílias que assim desejarem. Mas a SCISP definiu, acima de tudo, um lugar central na preservação da história da comunidade judaica em São Paulo, perpetuando a memória de todos que buscaram uma vida e um sepultamento ligado às tradições judaicas.

IARA IAVELBERG E VLADO HERZOG

Dois episódios ocorridos durante o regime militar envolveram diretamente a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo na década de 1970: as mortes de Iara Iavelberg e de Vlado Herzog. Nas palavras do rabino Henry Sobel: “Ambos foram qualificados como ‘suicídio’ pelas autoridades governamentais, sem que fosse dado à família o direito de averiguar se Vlado e Iara se mataram ou foram assassinados.”¹

Em 20 de agosto de 1971, a psicóloga Iara Iavelberg morreu aos 27 anos durante um cerco policial na cidade de Salvador. Iara era companheira de Carlos Lamarca e militante de organizações clandestinas armadas de combate à ditadura. Até hoje as circunstâncias de sua morte não estão totalmente esclarecidas. A versão oficial do governo militar foi a de que ela havia se suicidado para evitar a prisão. Após a morte, seu corpo foi mantido no necrotério do IML de Salvador e o falecimento só foi comunicado à família quase um mês depois, quando Lamarca também havia sido morto. O corpo foi apresentado à família, para reconhecimento, embalsamado e dentro de um caixão lacrado e com abertura de vidro. Depois, foi levado para São Paulo, mas os militares impediram que o caixão fosse aberto. Apenas a família foi autorizada a comparecer ao sepultamento.

Judith Patarra, que escreveu uma biografia sobre Iara, descreve a situação quando a família foi receber o corpo: “Permitiram-lhes atravessar o aparato policial que interditava a avenida Rubem Berta, acesso ao aeroporto de Congonhas; parecia uma operação de guerra. Foram conduzidos num carro que disparou perigosa-

mente para o Cemitério Israelita do Butantã. Proibiram o ritual religioso da lavagem. Ninguém viu o corpo. A toque de caixa, cercados de policiais que prenderam um rapaz desavisado, segundo a mãe amigo do ginásio, a filha desapareceu na tumba, ala dos suicidas.”²

Segundo a tradição religiosa judaica, que reprova o suicídio, os que cometem tal ato são enterrados em um local específico do cemitério, o que ocorreu neste caso e sob imposição oficial. Na década de 1990, com novas informações públicas sobre a morte de Iara, a família solicitou a exumação do corpo com o objetivo de esclarecer as reais circunstâncias da morte. Cogitava-se que ela havia sido morta no tiroteio ou de que ela havia sido presa com vida, torturada e morta. Ao pedir a exumação, e comprovando-se que não havia sido suicídio, a família pleiteava a transferência e sepultamento ao lado do túmulo de seu pai.

A Chevra Kadisha não aceitou o pedido, alegando as restrições à exumação na religião judaica. Reconhecendo, no entanto, que as circunstâncias da morte de Iara já seriam um atenuante do suicídio, a SCISP propôs a celebração de uma cerimônia junto ao túmulo; o local seria dignificado com a leitura de Salmos e, assim, Iara deixaria de ser considerada suicida. A família não concordou e argumentou que preservar aquela sepultura era manter a inaceitável versão oficial do governo militar. Os familiares queriam a exumação, um laudo e a transferência; para tal, entraram com uma ação judicial para obter a exumação. Em setembro de 2003, por decisão da Justiça, o corpo foi exumado e ficou cerca de um ano no IML, onde um laudo pericial classificou de improvável a tese de suicídio. A Comissão Especial

de Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Lara e pagou indenização aos familiares. Em junho de 2005, o corpo de Lara Lavelberg foi finalmente enterrado, ao lado de seus pais, em uma emocionante cerimônia conduzida pelo rabino Henry Sobel no Cemitério do Butantã.

VLADO HERZOG

Vlado (Vladimir) Herzog dirigia o jornalismo da TV Cultura em 1975, escolhido pelo Secretário de Cultura de São Paulo, José Mindlin. Em outubro de 1975, aos 38 anos, Herzog, após depor na polícia, foi torturado e morto. Para encobrir o crime, o II Exército divulgou que Herzog tinha se suicidado nas dependências do DOI-Codi. Segundo o rabino Henry Sobel, ao explicar a certeza de que não havia sido suicídio: “Eu me baseei nas informações que recebi confidencialmente dos membros da Chevra Kadisha (a sociedade funerária) da Congregação Israelita Paulista, que haviam visto o corpo durante a lavagem ritual antes do enterro.”³

Segundo Sobel, “O enterro de Herzog, que se realizou nessa mesma segunda-feira [27 de outubro] no Cemitério Israelita do Butantã, teve ampla repercussão na imprensa local e internacional, não somente devido às circunstâncias trágicas em que ocorrera sua morte, mas também porque muitas das pessoas presentes ao sepultamento tiveram a impressão de que a cerimônia não havia sido celebrada de acordo com os rituais tradicionais judaicos. Entre os fatos destacados pela imprensa, noticiou-se com ênfase a ausência de um rabino no cemitério e a suposta rapidez com que se realizou o enterro. Como representantes da fé judaica, estavam presentes apenas um cantor litúrgico e os membros da Chevra Kadisha, o comitê funerário da CIP.”⁴

Ainda segundo Sobel, “Em entrevista que concedi à imprensa no dia seguinte, esclareci que os rituais de sepultamento haviam sido cumpridos rigorosamente de acordo com a lei judaica. E expliquei que o único motivo da minha ausência tinha sido um compromisso profissional inadiável, no Rio de Janeiro, no dia do enterro. Ressaltei ainda que a comunidade judaica estava chocada diante da violação dos direitos fundamentais de Herzog e que ele havia sido vítima da ditadura. Declarei categoricamente à imprensa que

Herzog tinha sido sepultado com todas as honras que lhe eram devidas como judeu, como brasileiro, como ser humano. De acordo com a lei judaica, um suicida é enterrado na periferia do cemitério, como forma de condenar visivelmente o pecado cometido por aquele que destrói sua própria vida. Não foi esse o caso de Vlado; ele foi sepultado no centro do campo-santo. Preocupou-me imensamente não só a barbaridade do crime que havia sido cometido, mas também a imagem negativa de passividade que foi atribuída à comunidade judaica. Fiz questão de declarar à imprensa que a Sinagoga defendia os Direitos Humanos com o mesmo fervor que a Igreja e que os judeus estavam tão revoltados com a morte de Herzog quanto todos os outros brasileiros. Quando me perguntaram sobre ‘um certo apressamento da cerimônia do enterro’, expliquei (depois de consultar nosso pessoal da Chevra Kadisha) que, de fato, houve um apressamento, motivado por respeito ao falecido. Dado o grande número de pessoas presentes, a intenção tinha sido evitar que o funeral se transformasse num ato público de caráter político. Quanto voltei do Rio a São Paulo, assegurei à família, tanto pessoalmente como publicamente, que todas as orações haviam sido devidamente recitadas.”⁵

No dia 31 de outubro de 1975, foi realizado um culto ecumênico em memória de Herzog na Catedral da Sé, do qual participaram 8.000 pessoas, num protesto silencioso contra o regime. Clarice Herzog e filhos moveram uma ação contra a União propondo que o Estado fosse responsabilizado pela prisão ilegal, tortura e morte de Vlado. Em 1978, a sentença foi favorável à família. “A morte de Vladimir Herzog mudou o rumo do país. Foi o catalisador da abertura política e do processo de redemocratização do Brasil. Seu nome será para sempre uma recordação dolorosa de um sombrio período de repressão na História brasileira. Será também o eco eterno da voz da liberdade, que não cala jamais”, escreveu ainda Sobel.⁶

NOTAS

1. Patarra, Judith L. *Lara – reportagem biográfica*, (3ª ed.) Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
2. Patarra, Judith L., *op. cit.*
3. Sobel, Henry. “28 anos sem Vlado Herzog”, Boletim da Associação Scholem Aleichem, nº 86, jan. 2004.
4. Sobel, Henry, *op. cit.*
5. Sobel, Henry, *op. cit.*
6. Sobel, Henry, *op. cit.*

O MONUMENTO EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DO NAZISMO





Quem adentra o Cemitério do Butantã logo avista, ao centro de uma elevação gramada, o Monumento em Memória às Vítimas do Nazismo, perpetuando a memória dos judeus assassinados no Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial.¹ O que poucos sabem é que este monumento demorou, entre suas primeiras iniciativas de projeto e sua efetiva conclusão, mais de um quarto de século, para ser finalmente erguido e finalizado – ocupando desde então um lugar central não apenas no Cemitério do Butantã, mas tornando-se referência de memória da comunidade judaica e em suas cerimônias que lembram o genocídio sofrido durante a Segunda Guerra Mundial.

A inauguração do monumento ocorreu no dia 9 de junho de 1974, com a presença de cerca de 800 pessoas. A cerimônia teve início no Cemitério da Vila Mariana, às 8 horas, com a retirada, por integrantes da Associação dos Sobreviventes do Nazismo, a Sherit Hapleitá, de uma urna com cinzas de mortos no Holocausto, que estava enterrada naquele cemitério desde 1950. Transportada em carro fúnebre do Serviço Funerário, as cinzas atravessaram a cidade e chegaram ao Butantã, onde a urna foi entregue, na escadaria que leva ao monumento, a um grupo de jovens composto por escoteiros da Avandava, da Congregação Israelita Paulista e estudantes de diversas escolas judaicas, que a levaram em revezamento até o monumento.

O monumento começou a ser erguido em 1971. Na entrada do monumento está gravado “Homenagem em

Memória às Vítimas do Nazismo” e em suas paredes internas encontra-se um texto bíblico do profeta Jeremias: “... Fossem meus olhos uma fonte de lágrimas sem fim e eu choraria noite e dia a memória dos mortos do meu povo” e em idish: “Sagrada memória dos seis milhões de mártires, vítimas do nazismo na Europa em 1933-1945”.

Na inauguração discursaram o presidente da Sociedade Cemitério, Henrique Pekelman, representantes da Sherit Hapleitá e da Federação Israelita do Estado de São Paulo. Em seguida, os rabinos Szyf, Begun, Privalski, Pinkus e Sobel oficiaram a cerimônia de sepultamento da urna com as cinzas. O cônsul honorário de Israel, Leon Feffer, acendeu a lâmpada eterna, *Ner Tamid*, “pronunciando comovidamente a bênção”.² As outras velas foram acesas por sobreviventes do Holocausto e a cerimônia foi encerrada com o público rezando um *kadish* coletivo.

Do ano de 1979 em diante a comemoração mais importante de *Iom Hashoá*, o Dia do Holocausto e do Heroísmo, na comunidade judaica, passou a ser realizada junto ao Monumento às Vítimas do Nazismo, com a participação de alunos das escolas judaicas. Também a Marcha da Vida caminha em sua direção, na cerimônia que precede a Marcha da Vida mundial, que reúne jovens de todo o mundo em um programa educativo de visita à Polônia e Israel. É freqüente pessoas visitarem o monumento, acender velas em memória de seus parentes e prestar homenagem a todos os mortos no genocídio nazista, no aniversário de falecimento

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO CARREGAM A URNA COM AS CINZAS DE VÍTIMAS DE MAIDANEK, ENTERRADA NO CEMITÉRIO DA VILA MARIANA EM 1950, PARA SER TRANSPORTADA AO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ NO DIA DA INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DO NAZISMO, 9 DE JUNHO DE 1974. PÁGINA AO LADO: O MONUMENTO EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DO NAZISMO NO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ.



RETIRADA DA URNA COM AS CINZAS, ENTERRADAS NO CEMITÉRIO DA VILA MARIANA DESDE 1950, PARA SER TRANSPORTADA POR SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO PARA O CEMITÉRIO DO BUTANTÃ.

e outras datas significativas. O monumento cumpre, assim, seu papel como lugar central da memória da comunidade judaica, referência de sua história e túmulo simbólico dos mortos no Holocausto.

No Holocausto, com o extermínio de cerca de seis milhões de judeus, muitos transformados em cinzas nos crematórios dos campos de extermínio, comunidades inteiras desapareceram. Apenas na Polônia estima-se que cerca de 300 comunidades foram totalmente destruídas. Tanto o extremado número de mortos como a destruição de comunidades inteiras impediram, depois da guerra, o devido sepultamento judaico. De muitos mortos, famílias inteiras, especialmente na Polônia, não sabemos os nomes. Daí a importância do sepultamento simbólico das cinzas e da construção de monumentos. A memória, neste caso, é não apenas uma forma de lembrar o Holocausto e o extermínio coletivo, mas também de lembrar individualmente cada um dos mortos.

AS CINZAS DE MAIDANEK

A urna com as cinzas de judeus mortos no Holocausto, que foi levada da Vila Mariana para o Butantã, chegou a São Paulo em 1950. Em outubro daquele ano, a ata de reunião de diretoria da Sociedade Cemitério registrou: “Por iniciativa da União dos Israelitas Poloneses em São Paulo, chegou uma urna contendo as cinzas dos nossos irmãos queimados no crematório de Maidanek, sendo a mesma entregue aos cuidados da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, a fim de realizar o honroso sepultamento, e para o qual solicita a concessão de um terreno”.³

Foi realizado um sepultamento provisório no Cemitério da Vila Mariana, já se prevendo que as cinzas seriam trasladadas para o novo Cemitério do Butantã, ainda não inaugurado, no qual já estava prevista a construção de um monumento em memória dos seis



A URNA FOI ENTREGUE POR MEMBROS DA SHERIT HAPLEITÁ A JOVENS DO GRUPO ESCOTEIRO AVANHANDAVA E ESTUDANTES DE DIVERSAS ESCOLAS JUDAICAS, QUE EM REVEZAMENTO A LEVARAM ATÉ O MONUMENTO (À ESQUERDA). OS RABINOS SZYF, BEGUN, PRIVALSKI, SOBEL E PINKUS OFICIARAM A CERIMÔNIA DO ENTERRAMENTO DOS RESTOS MORTAIS ENCERRADA COM TODOS REZANDO UM KADISH COLETIVO (À DIREITA).

milhões de judeus assassinados pelo nazismo.⁴ Mas, por várias razões, a construção do monumento tardou 25 anos, devido a divergências entre várias instituições judaicas sobre quem deveria construir o monumento. Em 1960, o relatório de diretoria da SCISP registrava: “Como deve ser do conhecimento dos senhores, já vem de longa data a iniciativa da Sociedade na construção de um monumento aos mártires do nazismo e dentro desta gestão foi formado o Comitê Central Pró-monumento, o qual congrega as entidades mais

representativas do nosso ishuv e cujos trabalhos estão em ritmo acelerado, tendo a SCISP lhes adiantado a título de empréstimo a importância de CR\$ 500.000,00 para as despesas iniciais”.⁵

Mas até mesmo o projeto de construção do monumento se tornou objeto de controvérsias em meio aos acirrados debates políticos no interior da comunidade dos anos 1950 e 1960. Moyses Kahan, presidente da Federação Israelita de 1951 a 1960, criticou a iniciativa da SCISP em promover um concurso para a construção



A PARTIR DE 1979, A PRINCIPAL COMEMORAÇÃO NA COMUNIDADE JUDAICA DO YOM HASHOÁ, O DIA DO HOLOCAUSTO, PASSOU A SER REALIZADA JUNTO AO MONUMENTO ÀS VÍTIMAS DO NAZISMO, COM A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DAS ESCOLAS JUDAICAS.



AMPLIAÇÃO DA SEDE EM 1980 E A INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO DO EMBU

AO FUNDO, O MONUMENTO LOCALIZADO EM UM GRAMADO NO CENTRO DO CEMITÉRIO É VISTO POR TODOS.

de um monumento dentro do Cemitério do Butantã. A reprodução desta crítica vale como registro dos debates da época e de sua intensidade. Na opinião de Kahan, deveria ser de responsabilidade da Federação a realização do monumento e, mais importante, ele considerava o cemitério um lugar impróprio e inadequado para um monumento “suntuoso”, uma vez que a religião proíbe qualquer “veleidade da pompa e exteriorização material”, e que não havia porque “esconder o monumento e guardá-lo por mortos no cemitério judeu”, mas que deveria, em sua opinião, ser construído em praça pública e visível.⁶

Em 1964, a União dos Israelitas Brasileiros de Origem Polonesa – Polish Farband – solicitou o comparecimento de representantes de cinco organizações a fim de tratar da construção do monumento. No mesmo ano, foi organizado um concurso para a elaboração de um anteprojeto, mas o processo não chegou ao fim.⁷ No ano seguinte, a CIP solicitou autorização para colocação de um túmulo sobre as cinzas dos mortos no campo de concentração, o que foi negado pela SCISP, “pois há a idéia de a Sociedade erigir um único monumento aos mártires do nazismo no Cemitério do Butantã e para esta finalidade formou uma comissão”.⁸ Em seguida contataram o arquiteto Jorge Wilhelm, que teve o projeto aprovado, para detalhar a sua construção, mas ele acabou não sendo concluído pelas entidades responsáveis.

Em 1968, a Sociedade Cemitério decidiu efetivamente iniciar, sob sua responsabilidade, os preparativos para projetar e construir o monumento.⁹ Entre estes preparativos, a pedido do rabino Valt, se escreveu à Daia, organização judaica central na Argentina, solicitando projetos e fotografias do monumento existente na cidade de Buenos Aires e a elaboração do projeto e da maquete. Em 18 de junho de 1970 foi contratado o arquiteto Antonio Dan. O monumento começou a ser construído em 1971 e em novembro foi convocada uma reunião com representantes de diversas entidades, como Associação Beneficente Israelita Brasil-Bessarábia, Associação dos Poloneses e a Federação. Em outubro de 1972, a Sherit Hapleitá propôs arrecadar fundos para concluir o monumento.¹⁰ Em março de 1974, quando o monumento estava sendo finalizado, a diretoria resolveu convidar representantes da Federação Israelita do Estado de São Paulo e da Confederação Israelita do Brasil para definir o cerimonial de inauguração e decidiu também consultar o rabino Henry Sobel sobre os dizeres a serem inscritos no monumento.

O monumento vem cumprindo, desde sua inauguração, um lugar central na memória e nas celebrações da comunidade judaica, referenciando a paisagem do Cemitério do Butantã com as marcas imprescindíveis da memória e da história e cumprindo o compromisso fundamental da tradição judaica de sepultar seus mortos, dignificar a memória e celebrar a vida.





Em 1981 foi decidida a construção do Cemitério Israelita do Embu, cujo terreno foi adquirido em 1963.¹ Com isso, a comunidade judaica paulista passou a contar com seu terceiro cemitério, após a inauguração do Cemitério da Vila Mariana, em 1920, e do Cemitério do Butantã, em 1953 (além dos cemitérios de Santana e de Cubatão).

Pouco antes do início da construção do Cemitério em Embu, foi inaugurada em julho de 1980 a nova sede da Sociedade Cemitério, ampliada e modernizada. No saguão de entrada foram afixadas duas placas, uma com a relação das diretorias da SCISP e da Sociedade Religiosa Israelita de Última Caridade quando da inauguração do prédio em 1952, e a segunda com a diretoria da SCISP em 1980.

Marcos Zlotnik, eleito presidente em 1974, permaneceu na direção da entidade por um período de 23 anos, até o seu falecimento, em 11 de outubro de 1997. Majer Chil Kochen (Marcelo Kochen), que era 1º vice-presidente da entidade desde 1974, assumiu a presidência, sendo eleito nas duas gestões seguintes, cumprindo, assim, a presidência no período entre 1997 e 2004.

Desde o início da década de 1980, o Cemitério do Butantã passou por reformas que lhe deram um caráter e aparência marcante de “cemitério-jardim”, projeto que ocupa parcialmente aquele cemitério, já que suas primeiras quadras seguem o mesmo padrão do Cemitério da Vila Mariana. Neste sentido, em 1980 foi estabelecida uma quadra-jardim “que se destina a

sepulturas, mas, ao mesmo tempo, a preservar o gramado. Nesta quadra não haverá as lápides tradicionais; somente pequenas pedras indicativas que não ocupem mais de um terço da sepultura serão permitidas, ficando o resto destinado a gramado e flores”, conforme escreveram Egon e Frieda Wolff.²

Na cidade de São Paulo haviam sido inaugurados outros cemitérios-jardins, como o Cemitério da Paz (1967), o Cemitério do Morumbi (1970) e o Cemitério Gethsêmani (1971). Conforme Paula Janovitch: “Os cemitérios-jardins, muito mais ligados aos contornos amenos da natureza, começam a expressar novas representações paisagísticas, arquitetônicas e culturais ligadas à morte. Ao contrário das altas e pesadas escalas dos mausoléus e das grandiosas esculturas e fotografias em porcelana das necrópoles mais antigas e centrais, estes novos cemitérios buscavam a beleza reduzindo suas escalas, se aproximando da terra e do verde. Revelando que, tanto o ‘bem viver’ como o ‘bem morrer’, buscavam um certo frescor dos parques e da vida campestre, longe dos grandes centros”.

Em 1984 foram iniciadas várias obras no novo cemitério do Embu: topografia, marcação de limites, cerca, reforma da rede hidráulica e elétrica, reforma das casas e início da elaboração da planta da área.

Se o Cemitério da Vila Mariana propicia uma paisagem eminentemente urbana e tem efetivamente a característica de “cidade” dos mortos, o Cemitério do Embu tem outro aspecto, com gramados e uma paisagem de campo e natureza. O Cemitério do Butantã é intermediário em suas características e paisagens.

PÁGINA DE ABERTURA DO CAPÍTULO: EDIFÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO DO EMBU. PÁGINA AO LADO: O CEMITÉRIO DO EMBU TEM SEPULTURAS MENORES E MUITA ÁREA VERDE, FOTO ATUAL.



ACIMA, À ESQ., A NOVA SEDE DA SCISP, AMPLIADA E MODERNIZADA, FOI INAUGURADA EM 1980. À DIR., REUNIÃO DE DIRETORIA DA SCISP, COM O PRESIDENTE MARCOS ZLOTNIK E O VICE-PRESIDENTE MAJER (MARCELO) CHIL KOCHEN, 1984.

SCISP E A COMUNIDADE JUDAICA

Em 1983, retomando uma questão que acompanhou a trajetória da entidade desde os anos 1930, a Federação Israelita promoveu uma série de encontros para discutir a constituição de uma *kehilá*. O presidente da entidade argentina Amia, Alberto Crupnicof, veio a São Paulo participar das discussões e relatou que a entidade se originou na Chevra Kadisha local, conforme já referido. A exemplo de debates anteriores, a Federação e outras entidades discutiram a destinação e a distribuição dos recursos da comunidade. Em pronunciamento, o presidente da Fisesp, José Knoplich, afirmou em 1985 que a SCISP deveria discutir os critérios de distribuição de recursos e que estes precisam “ser submetidos à luz clara do processo democrático que pretendemos”.³ O pronunciamento, como era de se esperar, gerou reação, na SCISP e em outras entidades, mas a discussão não se desenvolveu.⁴ A diretoria da Sociedade Cemitério decidiu lançar uma campanha de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela entidade.

Em 25 de maio de 1983 foi realizado o primeiro encontro de conagração de funcionários da entidade, como parte das comemorações do 60º aniversário da SCISP. Em 27 de outubro do mesmo ano foi promovido um encontro dos presidentes das chevrot kadishot do Brasil, na A Hebraica, em conjunto com a Fisesp e a Confederação Israelita do Brasil (Conib), com representantes de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

NOVO COMPLEXO NO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ

Em julho de 1992 foi realizada no Cemitério do Butantã a inauguração de um novo complexo, que agregou Casa de Tahara, velório e sinagoga, além de escritórios de um novo centro administrativo, com a transferência de diversos setores da sede para o cemitério do Butantã, tais como o atendimento funerário, serviços de obras e de manutenção.

Esta transferência facilitou os trâmites para os familiares dos falecidos que não têm reserva e que podem, a um só tempo, tratar da compra da sepultura, realização de velório e do próprio enterro. A SCISP, após o falecimento ser comunicado pela família, cuida de todos os trâmites legais, como a compra de caixão e o transporte, facilitando as providências para os enlutados. Até 1992, a família tinha que comparecer à sede da entidade, no Bom Retiro, para entregar a declaração de óbito, preencher os formulários, escolher o local de sepultamento e acertar a parte financeira. Com o novo complexo no Butantã este processo facilitou muito os trâmites para as famílias enlutadas.

Ao longo dos anos 1990 outras melhorias foram realizadas no Cemitério do Butantã. Entre 1996 e 1997 foi reformada a Casa de Tahara 2 – incluindo os velórios, os banheiros e os vestiários dos *chamussim*. A partir de novembro de 1998, o ônibus que a SCISP oferece todo domingo gratuitamente ao Cemitério do Butantã começou a passar também por Higienópolis,

saindo da sede do Bom Retiro às 8 horas e retornando às 11 horas. Depois da inauguração do Cemitério do Embu o transporte, atualmente realizado por vans, passou a atender também a este campo-santo. Também em 1998 foi informatizado o atendimento e, em 1999, foi instalada a nova sinalização no Cemitério do Butantã para a identificação das quadras e a orientação dentro do campo-santo, o que facilitou muito a localização das sepulturas.

A INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO DO EMBU

Em junho de 1998 foi apresentada pelo presidente Marcelo Kochen a maquete do Cemitério do Embu, com uma área de 49 alqueires. Atendendo às exigências da legislação, dez alqueires foram preservados como reserva ambiental. O projeto implementado no terreno conserva três lagos e uma área de manancial.

O projeto envolveu a terraplanagem de grande parte do terreno, onde foram construídas as primeiras

quadras e os prédios do chamado “eixo monumental”. O projeto previa ainda a construção de oito edifícios – entre administração, central de informações, velórios, Casa de Tahara e casa de oração – com um total de 2.900 m². O novo cemitério segue as mesmas regras das quadras de cemitério jardim que já existiam no Cemitério do Butantã, com lápides ocupando até um terço da sepultura e dois terços jardins.

O dia 2 de março de 2001, dia 7 de Adar, foi o escolhido pela Chevra Kadisha para a realização da cerimônia de consagração do Cemitério Israelita do Embu, com a presença de aproximadamente 150 pessoas, entre vários dirigentes comunitários e religiosos. O rabino Elyahu Valt conduziu o ritual das sete *hacafot* (voltas), dadas ao redor da área que seria utilizada inicialmente, ao mesmo tempo em que eram recitados versos das Escrituras. Conforme o boletim da instituição: “Cada volta simboliza os sete níveis que a alma necessita alcançar para subir ao céu. O ritual remete ao modo como a cidade de Jerusalém foi con-

O CONJUNTO DOS FUNCIONÁRIOS DA SCISP NO CEMITÉRIO ISRAELITA DO BUTANTÃ, 1998.





ACIMA, À ESQ., MARCELO KOCHEN, PRESIDENTE DA SCISP NA ÉPOCA, E JOSÉ MEICHES, ATUAL PRESIDENTE, PARTICIPAM DA INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA DO EMBU, 2001. À DIR., RABINOS E CHAZANIM REALIZAM O RITUAL RELIGIOSO DE INAUGURAÇÃO DO CEMITÉRIO NO MESMO DIA.

sagrada nos tempos dos profetas Ezra e Neemias. Os versos das Escrituras recitados na cerimônia refletem a ansiedade do povo de Israel e a esperança de que a morte seja suprimida e, portanto, de que o cemitério não precise ser inaugurado.”⁵

HOMENAGEM AOS FUNCIONÁRIOS

Quando a SCISP comemorou seu 76º aniversário, em 1999, a entidade realizou uma homenagem aos seus funcionários. Simbolicamente foram presenteados os sete funcionários mais antigos da instituição. Durante a cerimônia, Abrão Zweiman ressaltou a dedicação e o carinho dos funcionários no exercício de suas atividades diárias, fato que contribui para o trabalho da SCISP, já que todos desempenham um trabalho humano, social e religioso de extrema importância, cientes de que não terão retribuição, nem reconhecimento direto daquilo que fazem. Outras homenagens aos funcionários foram realizadas em anos seguintes, sempre no Iom Chevra Kadisha.

Entre abril e outubro de 1999, a SCISP realizou o primeiro curso de reciclagem e formação de *chazanim*, *chamussim* e *shomrim* (responsáveis pelas cerimônias religiosas de preparação do corpo e pelo sepultamento). O curso, com 56 participantes, entre homens e mulheres, teve a coordenação de Abrão Zweiman, colaboração dos psicólogos Helia Utida e Marcos Antonio Lucci, da fonoaudióloga Sheila Fridlin e orientação dos rabinos Elyahu Valt, Shie Pasternak e Mordechai Fischer.

“MAIOR INADIMPLÊNCIA, MENOR BENEMERÊNCIA”

Em fevereiro de 2001, a Chevra Kadisha constatou e levou ao conhecimento da comunidade judaica paulista a informação de que uma parcela considerável das sepulturas não tinha seus pagamentos de conservação honrados por seus familiares. Esta constatação provocou a reação de diversas autoridades religiosas no sentido de reafirmar o dever de honrar a memória de seus familiares e, por consequência, cuidar da conservação de seus túmulos.

Mas, para além do aspecto religioso, existe uma questão comunitária. A SCISP ponderou que a questão não dizia respeito apenas à entidade, que podia cobrir seus compromissos de manutenção dos cemitérios, mas à comunidade como um todo. O que estava em risco eram as doações feitas pela Chevra Kadisha às outras entidades. Em reunião do Conselho Deliberativo, o presidente Marcelo Kochen alertou que a instituição não estava preocupada com suas despesas, mas sim com as subvenções à comunidade: “Vamos continuar atuando na mesma linha de conduta, manter o nosso atendimento, cuidar dos nossos campos-santos com a mesma atenção. O fato é que o dinheiro que faltar para cobrir o nosso custo operacional vai deixar de ser distribuído na comunidade”.⁶

O então presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo, Natan Berger, ressaltou: “Verificamos que o saldo superavitário da receita mensal da SCISP é totalmente direcionado à benemerência, isto quer dizer:



ACIMA, À ESQ., O PRESIDENTE DA FISEP, JOSÉ KNOPLICH, ALMOÇA COM A DIRETORIA DA SCISP, 1984. À DIR., PRIMEIRO ENCONTRO DAS CHEVROT KEDISHOT DO BRASIL, REALIZADO EM SÃO PAULO, 1983.

maior inadimplência, menor benemerência. Alertamos a todos aqueles que têm participação nesta inadimplência para que tenham plena consciência de que, na verdade, não estão prejudicando a Chevra, mas sim a todas as entidades assistidas pela mesma.”⁷ As diretorias de diversas entidades de assistência social e educação que recebiam auxílio da Chevra Kadisha, se manifestaram a respeito, reiterando a importância dos auxílios recebidos para a continuação de suas atividades.

FUNDAÇÃO BÁSICA DA COMUNIDADE

Em 2005 foi eleito presidente José Meiches, engenheiro e professor aposentado da Escola Politécnica, ex-secretário de Obras na gestão do prefeito Faria Lima e ex-secretário de Obras do Estado na gestão Laudo Natel. Ele foi reeleito em 2008 para um segundo mandato. “Minha posição sobre a Associação Cemitério Israelita de São Paulo é a de que ela é uma fundação básica da comunidade. É a entidade que atende a todos os membros da comunidade, independentemente de sua situação econômica e social. A instituição está disponível para cumprir um dever que as nossas tradições, nossas Escrituras e documentos de tempos imemoriais estabeleceram: o sepultamento em território judaico no aguardo dos dias futuros em que a Ressurreição existirá – se a crença judaica religiosa existir na pessoa – ou pura e simplesmente repousar em território judaico, como ficou tradicionalmente estabelecido. A Chevra Kadisha tem na comunidade organizada este papel

básico. Todos os que se consideram parte da comunidade recorrem a nós. Fundamentalmente, a função da entidade é servir de última morada a membros da comunidade”, afirma José Meiches.

Sobre a relação com a comunidade, conforme o presidente, a ACISP “não tem e não visa o lucro ou o entesouramento de recursos. Então ela se coloca na posição de, caso tenha recursos disponíveis, distribuí-los em causas adequadas e próprias da comunidade, sejam educacionais, de assistência social ou amparo e desenvolvimento de instituições religiosas. A Chevra passou por um período de acúmulo de reservas anos depois de iniciar o funcionamento do Cemitério do Butantã, mas, dadas as circunstâncias e imposições, se viu na contingência de antecipar obras do Cemitério do Embu e investiu na construção deste cemitério, o que levou à utilização de enorme parte dos seus recursos reservados para esta finalidade. Com isso, precisou reduzir o trabalho de ordem social e assistencial. A Chevra Kadisha está vivendo um período de consolidação econômica e financeira, além de institucionalização adequada e montagem de uma administração que vise garantir para o futuro a manutenção destes campos-santos e, se necessário for, novas expansões dos campos-santos. Na medida em que tiver recursos não necessários no dia-a-dia e para a sua segurança ela voltará a aplicar ou distribuir os excedentes em trabalhos assistenciais. A comunidade tem grande quantidade de instituições com suas finalidades específicas, escolas, sinagogas, hospital e assim por diante, com as suas situações



CASA DE TAHARA E VELÓRIO NO CEMITÉRIO DO BUTANTÃ, DÉCADA DE 1990.

financeiras bem estabelecidas. O fundamental para a Chevra Kadisha é garantir o seu papel básico, de ser repositório da memória e das pessoas que passaram pela comunidade.”

O atual presidente ressalta a necessidade e importância de um adequado planejamento dos recursos da instituição, que provêm das mensalidades, reservas antecipadas, quitação definitiva e aplicação de recursos próprios: “A Chevra Kadisha deve funcionar segundo um planejamento adequado de recursos para obras e para manutenção. De acordo com esta política, a SCISP decidiu criar uma sistemática de valores e de arrecadação atrelada às necessidades de manutenção, com planejamento minucioso e tabelas determinadas de custos de campas por setor.”

Pensando no futuro da entidade e da comunidade, e procurando solucionar desafios crônicos como a alta taxa de inadimplência, a SCISP criou novas práticas administrativas, como a quitação definitiva da taxa de manutenção e a reserva antecipada. Em 2005 a SCISP criou uma nova prática e novas condições para a reserva de terreno nos campos-santos. Realizar uma reserva se tornou mais fácil e acessível, com uma tabela com valores definidos. Uma campanha desenvolvida

pela entidade esclarece que quem opta pela reserva suprime uma preocupação para a família, em um momento difícil. Um dos principais destinatários desta campanha foi a comunidade sefardi. Neste sentido, foi fundamental o apoio do rabino Isaac Dichi, da Congregação Mekor Haim, esclarecendo que esta prática é correta e benéfica. Como esclarece José Meiches: “Nós estamos procurando facilitar essa situação que, mais cedo ou mais tarde, acontece, para que as pessoas se concentrem no aspecto emocional ligado à perda de um ente querido, e não nas questões que perturbam as famílias, como custos, escolha do lugar de sepultamento e outros. Queremos que as pessoas encarem com naturalidade, pois se preveniram antes e podem se concentrar nas memórias e lembranças de quem já não está entre nós.”⁸

Recentemente, a entidade lançou uma campanha que tem como um dos apelos antecipar a reserva de sepulturas para, justamente no difícil momento do falecimento, não ter que resolver todos os trâmites, incluindo a escolha do lugar de sepultamento. Jayme Melsohn, diretor da Sociedade Cemitério, enfatiza a importância de se pensar neste tema em vida: “A experiência tem mostrado os dissabores que uma família tem por ocasião do desenlace – comparados ao de uma família que resolve antes – após meses de hospital e tendo que resolver tudo em um dia às vésperas do sepultamento. É uma mudança de abordagem em relação ao tema como um todo. Há também uma preocupação da entidade de pesquisar dentro de cidades do interior membros da comunidade sepultados em cemitérios não-judaicos, por falta de opção ou distância, em trazê-los para o Cemitério do Embu onde existe uma área reservada e lhes dar um enterro judaico.” Igualmente, Melsohn explica a campanha da quitação definitiva das despesas com as sepulturas, “que foi entendida pela comunidade como algo importante e é vinculada, por estatuto, a um fundo para a manutenção futura dos cemitérios. São cerca de 30 mil campas nos quatro cemitérios, entre 24 a 25 mil no Butantã, cerca de 700 no Embu e entre 4 e 5 mil na Vila Mariana. Em outros países, os cemitérios tendem a se deteriorar porque as famílias não cuidam; em alguns existe obrigação legal. A quitação definitiva é importante para garantir a manutenção do cemitério”.

UTILIDADE PÚBLICA E REFORMA ESTATUTÁRIA

Em 10 de outubro de 2006, a SCISP-Chevra Kadisha foi reconhecida como entidade de utilidade pública pelo governo do Estado de São Paulo. Como afirmou na ocasião o diretor Rubens Muszkat: “O governo reconheceu o mérito e a conveniência de fornecer o certificado de utilidade pública à Chevra, por esta ser uma entidade séria, eficiente e prestadora de serviços relevantes a uma comunidade”.⁹ A obtenção do certificado – assim como a imunidade na cobrança do IPTU, tanto sobre os campos-santos quanto sobre a sede administrativa no Bom Retiro – contribuiu muito no sentido de reorganizar os gastos da entidade. Na verdade, pelo fato de ser uma entidade filantrópica, de caráter religioso e sem fins lucrativos, a SCISP não deveria pagar o IPTU, tanto que a entidade conseguiu receber de volta parte do recolhimento indevido do imposto feito por muitos anos. No ano seguinte, a SCISP foi declarada também de Utilidade Pública Federal pela portaria 155 de 30/01/2007, o que permite uma série de isenções fiscais. E em 03/12/2007 recebeu a Utilidade Pública Municipal.

Em 2006, o Conselho Deliberativo e depois a Assembléia Geral aprovaram uma reforma estatutária, pela necessidade de atualização ao novo Código Civil, aprovado em janeiro de 2002, e que, entre outras determinações, exigiu que as sociedades beneficentes se tornassem associações. Os trabalhos de revisão do regimento da Chevra tiveram início naquele mesmo ano, por uma comissão composta por Mário Black, Rubens Muszkat, Jayme Melsohn, Arthur Cogan e Ricardo Luiz Becker.¹⁰ Com isso, a Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo se tornou Associação Cemitério Israelita de São Paulo.

RESPEITO ÀS DIVERSAS CORRENTES

Uma das características marcantes da trajetória da entidade desde a sua fundação é a manutenção de uma diretoria laica e o respeito às diversas correntes religiosas dentro do judaísmo, o que tem permitido efetivamente a manutenção de uma única Sociedade Cemitério que administra todos os cemitérios judaicos em São Paulo, conforme enfatiza José Meiches:



DOIS PRESIDENTES DA SCISP: À ESQ., MARCOS ZLOTNIK, ENTRE 1974 E 1997; À DIR., MARCELO KOCHEN, DO PERÍODO DE 1997 A 2004.

“Desde o início, a Chevra Kadisha não teve problemas em conviver com todas as situações na comunidade, reconhecendo que a comunidade vive com diversas subdivisões, desde o agnositismo que preserva a cultura judaica até a ortodoxia extremada. O que acontece na comunidade acontece no cemitério. Se a comunidade tem uma melhor compreensão da conversão e do casamento misto, o cemitério reflete isso. Mais recentemente, tendo em vista as questões envolvendo casamentos mistos, nos preocupamos em procurar manter dentro da área dos cemitérios as vinculações familiares que não são estritamente religiosas. Sempre respeitando a opinião e consultando as correntes religiosas ortodoxas, estabelecemos um modus vivendi e formas de acomodação, que em outros lugares do mundo ainda não existem. A SCISP mantém hoje um setor no Embu e outro no Butantã em que casais, nos quais um dos membros é judeu e o outro não, podem ser sepultados lado a lado (sem a presença de símbolos religiosos não-judaicos), preservando na perenidade o laço familiar para efeito das visitas da família”.

Segundo o atual presidente José Meiches: “A Associação Cemitério lançou na comunidade judaica a conscientização em torno do fato de que o respeito à memória dos que se foram começa a ser preparado em vida. Não se deve esperar o desenlace para começar a pensar neste fato, a extinção, que é absolutamente normal na vida das pessoas. Essa conscientização judaica da continuidade e da permanência, de integração



NA FOTO DA DIRETORIA DA ACISP, SENTADOS DA ESQ. PARA A DIR.: ARTUR BIELAWSKI (VICE-PRESIDENTE), RUBENS I. MUSZKAT (VICE-PRESIDENTE), JOSÉ MEICHES (PRESIDENTE) E MARCOS KARNIOL (VICE-PRESIDENTE). EM PÉ, DA ESQ. PARA A DIR.: JAYME MELSOHN (SECRETÁRIO), DAVID KLÜGER (DIRETOR DE PATRIMÔNIO), HÉLIO ZYLBERSTAJN (VICE-SECRETÁRIO) E LUIZ GORNSTEIN (1º TESOUREIRO). À ESQUERDA, LEIVI ABULEAC (2º TESOUREIRO) E À DIREITA MILTON KOCHEN (VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO).



na comunidade, foi sempre comentada por rabinos e estudiosos, desde a preparação de Abrão para o sepultamento de Sara. E isso transparece muito bem na nossa comunicação de publicidade. A campanha tem sido ponderada e sempre foi tratada com respeito: o falecimento, ainda quando esperado, é um choque emocional forte. Essa situação combinada com a necessidade de escolher o lugar do sepultamento, é muito difícil, e temos colocado isso. Temos falado: tenha a emoção pura da perda sofrida e deixe os detalhes logísticos serem preparados previamente. Este enfoque foi muito bem recebido.”

Dessa forma, a Associação Cemitério Israelita de

São Paulo cumpre a sua função primeira, de providenciar o sepultamento judaico, manter os quatro cemitérios da comunidade e ser um pilar, um fundamento do presente e do futuro da comunidade judaica, celebrando a vida e preservando a memória, base de todas as ações humanas. “O cemitério perpetua a memória dos vivos. É um testemunho da história da comunidade, de sua definitiva inserção no país. Os túmulos são um registro documental, um patrimônio histórico da cidade. A Associação Cemitério Israelita de São Paulo – Chevra Kadisha é uma âncora de permanência judaica. Os cemitérios mantêm a história tradicional e projetam o futuro”, afirma o presidente José Meiches.



DIRETORIAS DA SOCIEDADE CEMITÉRIO ISRAELITA DE SÃO PAULO 1923-2007

1923

Presidente – Hugo Lichtenstein
Secretário – Jacob M. Nebel
Tesoureiro – José Teperman
Presidente do Conselho Fiscal – Isaac Solitrenik

1930

Presidente – Roberto Lichtenstein
Vice-presidente – Salomão Teperman
1º secretário – Horácio Lafer
2º secretário – Isidoro Chansky
1º tesoureiro – José Teperman
2º tesoureiro – Nathan R. Roitman

1940-1941

Presidente – Roberto Lichtenstein
Vice-presidente – Isidoro Chansky
1º secretário – Horácio Lafer
2º secretário – Moisés Kauffmann
1º tesoureiro – José Teperman
2º tesoureiro – Francisco Teperman

1946-1955

Presidente – Francisco Teperman
Vice-presidente – Salo Wissmann
1º secretário – Leon Feffer
2º secretário – Mauricio Abramovicz
1º tesoureiro – Isaac Teperman
2º tesoureiro – José Teperman

1956-1959

Presidente – Francisco Teperman
1º vice-presidente – Leon Feffer
2º vice-presidente – Mathias Sendak
Secretário-geral – Henrique Barmak
1º secretário – Moisés Guersheld
2º secretário – Moyses Aron Muszkat
Tesoureiro-geral – Boris Bacaleinik
1º tesoureiro – Henrique Pekelman
2º tesoureiro – Herman Stern

1959-1962

Presidente – Francisco Teperman
1º vice-presidente – Mathias Sendak
2º vice-presidente – Henrique Pekelman
Secretário-geral – Henrique Barmak
1º secretário – Adolpho Dascal
2º secretário – Jacob Bernstein
Tesoureiro-geral – A. Leon Raw
1º tesoureiro – Isaac Kertzman
2º tesoureiro – Moyses Muszkat

1962-1965

Presidente – Henrique Pekelman
1º vice-presidente – Isaac Kertzman
2º vice-presidente – Hirsz Werebe
Secretário-geral – Henrique Barmak
1º secretário – Adolpho Dascal
2º secretário – Carol Goldenstein
Tesoureiro-geral – A. Leon Raw
1º tesoureiro – Moyses Aron Muszkat
2º tesoureiro – Jacob Bernstein
Diretor de Patrimônio – Jaime Balaban
Vice-diretor de Patrimônio – Isaac Newton Lewgoy

1965-1968

Presidente – Henrique Pekelman
1º vice-presidente – Isaac Kertzman
2º vice-presidente – Hirsz Werebe
Secretário-geral – Henrique Barmak
1º secretário – Adolpho Dascal
2º secretário – Carol Goldenstein
Tesoureiro-geral – A. Leon Raw
1º tesoureiro – David Teperman
2º tesoureiro – Jacob Bernstein
Diretor de Patrimônio – Isaac Ajzenberg
Vice-diretor de Patrimônio – Israel Aron Hirschberg

1968-1971

Presidente – Henrique Pekelman
1º vice-presidente – Isaac Kertzman
2º vice-presidente – Adolpho Dascal
Secretário-geral – Henrique Barmak
1º secretário – Carol Goldenstein
2º secretário – Mauricio Petresky
Tesoureiro-geral – A. Leon Raw
1º tesoureiro – Jaime Balaban
2º tesoureiro – Marcos Zlotnik
Diretor de Patrimônio – Isaac Ajzenberg
Vice-diretor de Patrimônio – Rubens Muszkat



1971-1974

Presidente – Henrique Pekelman
1º vice-presidente – Adolpho Dascal
2º vice-presidente – Isaac Kertzman
Secretário-geral – Henrique Barmak
1º secretário – Carol Goldenstein
2º secretário – Mauricio Petresky
Tesoureiro-geral – A. Leon Raw
1º tesoureiro – Marcos Zlotnik
2º tesoureiro – Israel Adolfo Hirschberg
Diretores de Patrimônio – Leib Steimberg e Majel Chil Kochen

1974-1977

Presidente – Marcos Zlotnik
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen
2º vice-presidente – Isaak Kertzman
Secretário-geral – Mario Black
1º secretário – Mauricio Petresky
2º secretário – Rubens Muszkat
Tesoureiro-geral – Jaime Bobrow
1º tesoureiro – Isaac Timoner
2º tesoureiro – Israel Hirschberg
Diretores de Patrimônio – Leib Steimberg e Guilherme Krasilchik

1977-1980

Presidente – Marcos Zlotnik
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen
2º vice-presidente – Mario Black
Secretário-geral – Rubens Muszkat
1º secretário – Mauricio Petresky
2º secretário – Oscar Pilnik
Tesoureiro-geral – Jaime Bobrow
1º tesoureiro – Israel Hirschberg
2º tesoureiro – Natan Balsam
Diretores de Patrimônio – Leib Steimberg e Guilherme Krasilchik

1981-1983

Presidente – Marcos Zlotnik
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen
2º vice-presidente – Mario Black
Secretário-geral – Oscar Pilnik
1º secretário – Mauricio Petresky
2º secretário – Theodor Lens Seller
Tesoureiro-geral – Jaime Bobrow
1º tesoureiro – Israel Hirschberg
2º tesoureiro – Natan Balsam
Diretores de Patrimônio – Miguel Fleks e Guilherme Krasilchik

1984-1986

Presidente – Marcos Zlotnik
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen
2º vice-presidente – Mario Black
Secretário-geral – Oscar Pilnik
1º secretário – Mauricio Petresky
2º secretário – Milton Zlotnik
Tesoureiro-geral – Jaime Bobrow
1º tesoureiro – Israel Hirschberg
2º tesoureiro – Natan Balsam
Diretores de Patrimônio – Miguel Fleks e Guilherme Krasilchik

1987-1989

Presidente – Marcos Zlotnik
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen
2º vice-presidente – Mario Black
Secretário-geral – Oscar Pilnik
1º secretário – Mauricio Petresky
2º secretário – Milton Zlotnik
Tesoureiro-geral – Jaime Bobrow
1º tesoureiro – Israel Hirschberg
2º tesoureiro – Natan Balsam
Diretores de Patrimônio – Miguel Fleks e Guilherme Krasilchik

1990-1992

Presidente – Marcos Zlotnik
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen
2º vice-presidente – Mário Black
Secretário-geral – Oszer Pilnik (Oscar)
1º secretário – Mauricio Petresky
2º secretário – Milton Zlotnik
Tesoureiro-geral – Jayme Bobrow
1º tesoureiro – Izrael a. Hirschberg (Adolfo)
2º tesoureiro – Manoel Bleker
Diretor de Patrimônio – Miguel Fleks
Presidente do Conselho Deliberativo – Leon Feffer

1993-1995

Presidente – Marcos Zlotnik
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen
2º vice-presidente – Mário Black
3º vice-presidente – Milton Zlotnik.
Secretário-geral – Oszer Pilnik (Oscar)
1º secretário – Mauricio Petresky
2º secretário – Bernardo Akerman
Tesoureiro-geral – Jayme Bobrow
1º tesoureiro – Izrael A. Hirschberg (Adolfo)
2º tesoureiro – Manoel Bleker
Diretores de Patrimônio – Miguel Fleks
Vice-Diretor de Patrimônio – Guilherme Krasilchik
Presidente do Conselho Deliberativo – Leon Feffer

1996-1998

Presidente – Marcos Zlotnik / Majer Chil Kochen
1º vice-presidente – Majer Chil Kochen / Mario Black
2º vice-presidente – Milton Zlotnik
Secretário-geral – Oszer Pilnik
1º secretário – Leib Grinspun
Tesoureiro-geral – Jayme Bobrow
1º tesoureiro – Manoel Blecher
2º tesoureiro – Jacob Poricki
Diretores de Patrimônio – Miguel Fleks e Alberto Serur
Presidente do Conselho Deliberativo – Leon Feffer

1999-2001

Presidente – Majer Chil Kochen
1º vice-presidente – Mario Black
2º vice-presidente – Milton Zlotnik
3º vice-presidente – José Meiches
Secretário-geral – Szloma Zatyрко
1º secretário – Hersz Josek Trajber
2º secretário – Miguel Fleks
Tesoureiro-geral – Jayme Bobrow
1º tesoureiro – Leib Grinspun
2º tesoureiro – Schil Zlotnik
Diretores de Patrimônio – Rubin Herscovici e Menasche Haskel
Presidente do Conselho Deliberativo – Luiz Sterman

2002-2004

Presidente – Majer Chil Kochen
1º vice-presidente – Mario Black
2º vice-presidente – José Meiches
3º vice-presidente – Marcos Karniol
Secretário-geral – Arthur Kogan
1º secretário – Simon Abuhab
2º secretário – Jacob Werebe
Tesoureiro-geral – Leib Grinspun
1º tesoureiro – Szloma Zatyрко
2º tesoureiro – Chaim Trajber
Diretores de Patrimônio – Rubin Herscovici e Menasche Haskel
Presidente do Conselho Deliberativo – Artur Bielawski

2005-2007

Presidente – José Meiches
1º vice-presidente – Artur Bielawski
2º vice-presidente – Marcos Karniol
3º vice-presidente – Rubens Muszkat
Diretor-secretário – Cláudio R. Hirschheimer
1º secretário – Roberto Gheler
Diretor-tesoureiro – Arthur Aizemberg / Szloma Zatyрко
1º tesoureiro – Szloma Zatyрко / Luiz Gornstein
Diretores de Patrimônio – Leib Grinspun e Jayme Melsohn
Presidente do Conselho Deliberativo – Mário Black
Vice-presidente do Conselho Deliberativo – Arthur Cogan
Secretário do Conselho Deliberativo – Ricardo Becker



NOTAS

NOTAS CAPÍTULO 1

- Abaixo-assinado de membros da colônia israelita ao Prefeito Municipal, 5-3-1915. Ver Janovitch, Paula Ester. “Origem e história dos sepultamentos dos israelitas em São Paulo: irmandades religiosas, poder público e cemitérios particulares”, in: *Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo: Um Marco de Construção da Vida Comunitária*, Mimeo, 2001. Os autores agradecem à historiadora Paula Ester Janovitch a generosa colaboração nesta pesquisa.
- Lesser, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro, Imago, 1995.
- Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos. Uma história do trabalho social na comunidade judaica em São Paulo*. São Paulo, Narrativa Um, 2000.
- Lesser, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito, op. cit.*, e do mesmo autor, *Pawns of the Powerful. Jewish Immigration to Brazil, 1904-1945*. Tese de Doutorado, Department of History, New York University, 1989.
- Wolff, Egon e Frieda. *Sepulturas de Israelitas II*. Rio de Janeiro, Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1983.
- São Paulo, Prefeitura Municipal. *100 anos de serviço funerário*. São Paulo, PMSP, 1977.
- Associação Cemitério dos Protestantes, site oficial consultado em 2008.
- Wolff, Egon e Frieda. *Breve Histórico da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – 65 anos*. Rio de Janeiro, Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1989.
- Rezende, Eduardo Coelho Morgado. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana*. São Paulo, Necrópolis, 2006.
- O geógrafo Eduardo Coelho Morgado Rezende, em *O céu aberto na terra*, considera que o Cemitério dos Afritos, primeiro cemitério a céu aberto da cidade, marca o início da dessacralização do espaço, em uma transição rumo aos cemitérios públicos e laicos.
- Janovitch, Paula Ester. “Origem e história dos sepultamentos dos israelitas em São Paulo...”, *op. cit.*
- Abaixo-assinado de membros da colônia israelita ao Prefeito Municipal, 5 de março de 1915.
- Cytrynowicz, Roney e Zuquim, Judith. *Renascença 75 anos – 1922-1997*. São Paulo, Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença, 1997, p. 40.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp/FDE, 1999, 7ª ed, p. 229.
- Lafer, Celso. “Estado laico”. *O Estado de S. Paulo*, 20-5-2007, p. A2.
- Moura, Sérgio Lobo e Gouvêa de Almeida, José Maria. “A Igreja na Primeira República”, in: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 2. Sociedades e Instituições (1989-1930)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990, 4ª ed., pp. 321-342.
- Baleeiro, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Volume II. Brasília, Senado Federal e Centro de Estudos Estratégicos/ Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999, p. 97.
- Barbosa, Ruy. *Commentários à Constituição Federal Brasileira*. Colligidos e ordenados por Homero Pires. Volume v. São Paulo, Saraiva, 1934, pp. 237 a 256.
- Fausto, Boris, *op. cit.*
- Lafer, Celso. “Estado laico”. *O Estado de S. Paulo*, 20-5-2007, p. A2.
- Art. 72, §5º Decreto Federal, 27-9-1890.
- Janovitch, Paula Ester. “Origem e história dos sepultamentos dos israelitas em São Paulo...”, *op. cit.*
- Relatório da Diretoria de Obras e Viação, 4-6-1917.
- Timpanaro, Mirtes. *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2006, p. 95.

- Abaixo-assinado dos membros da colônia israelita, 22-3-1917.
- Idem.
- Relatório das Comissões Reunidas de Hygiene e Saude Publica e Obras da Câmara Municipal, 28-4-1919.
- Relatório das Comissões Reunidas de Hygiene e Saude Publica e Obras da Câmara Municipal, 28-4-1919.
- Lei municipal nº 2.191, 12-5-1919.
- Idem.
- Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1923 a 1929.
- Idem.
- Wolff, Egon e Frieda. *Guia Histórico-Sentimental Judaico Carioca*. Rio de Janeiro, 1987.
- Encyclopaedia Judaica. Verbetes “Rio de Janeiro”. Thomson Gale/Keter Publishing House, 2007, Second Edition.
- Carta de Hugo Lichtenstein ao prefeito de São Paulo, 28-4-1923.

NOTAS CAPÍTULO 2

- Ata de fundação da SCISP, 25-2-1923.
- Carta do presidente da SCISP, Hugo Lichtenstein, ao prefeito municipal, 28-4-1923.
- Idem.
- Estatutos da SCISP (Anexo ao Cemitério Municipal de Villa Marianna), 8-3-1923.
- Idem.
- Carta de Jacob Nebel ao prefeito de São Paulo, 27 de março de 1923.
- Pasta de Propostas para Admissão de Sócios SCISP, 1923 e 1924.
- Pasta de atestados e autorizações para sepultamento, 1923 e 1924.
- Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1923 a 1929.
- Correspondências da diretoria, 1923.
- Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos, op. cit.*
- Lesser, Jeffrey. *Pawns of the Powerfull. Jewish Immigration to Brazil 1904-1945, op. cit.*
- Cytrynowicz, Roney e Zuquim, Judith. *Renascença 75 anos – 1922-1997*. São Paulo, Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença, 1997, p. 40.
- Carta de Hugo Lichtenstein ao prefeito de São Paulo, 28-4-1923.
- Relatório da Diretoria de Hygiene da Prefeitura de São Paulo, 25-4-1923.
- Relatório do Procurador Fiscal da Prefeitura de São Paulo, 7-4-1923.
- Relatório da Comissão de Justiça da Câmara Municipal, 6-6-1923.
- Idem.
- Idem.
- Relatório da Comissão de Justiça da Câmara Municipal, 30-6-1923.
- Idem.
- Idem.
- Lei Municipal nº 2.624, de 9-8-1923.
- Estatutos da SCISP (Anexo ao Cemitério Municipal de Villa Marianna), 8-3-1923.
- Idem.
- Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 18-1-1930.
- Estatutos da SCISP, 1947.
- Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1923 a 1929.
- Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 13-5-1930.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 28-5-1930.
- Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1923 a 1929.
- Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1923 a 1929.

- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 5-4-1932.
- Escritura de doação de duas áreas de terreno (10.000 e 4.300 m2) para a municipalidade, 12/Julho/1933.
- Ata de diretoria da SCISP, 5-4-1932.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 29-4-1934.
- Idem.
- Reale, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília, Editora da UnB, 1983.
- Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos, op. cit.*
- Masarolo, Pedro Domingos. *O bairro da Vila Mariana*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1971, p. 101.
- Kushnir, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição*, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- Scliar, Moacir. “prefácio” in Largman, Esther. *Jovens Polacas*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.
- Lesser, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito, op. cit.*, pp. 71-78.
- Na historiografia brasileira e judaica este tema tem produzido alguns estudos e provoca ainda interessantes controvérsias. O mais completo livro sobre o tema é Kushnir, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição*. Jeffrey Lesser, em *O Brasil e a Questão Judaica*, e Margareth Rago, em *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em são Paulo 1899-1930* (Paz e Terra, 1991) escreveram significativos capítulos sobre o tema.
- Estatutos da SCISP (Anexo ao Cemitério Municipal de Villa Marianna), 8-3-1923.
- Idem.
- Idem.
- Idem.
- Idem.
- Também existiam na Argentina e nos Estados Unidos: Sociedade de Ajuda Mútua Varsóvia, fundada em Buenos Aires em 1906 – e que depois se dividiu em duas, Zwi Migdal e Asquenazim – e The New York Independent Benevolent Association, fundada em 1896 nos Estados Unidos, conforme Beatriz Kushnir.
- Estatutos da Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita, 3-10-1924.
- Kushnir, Beatriz, *op.cit.*
- Estatutos da Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita, 3-10-1924
- Parecer da Diretoria de Hygiene, de 12-5-1925.
- Idem.
- Idem.
- Idem.
- Idem.
- Parecer do Assessor da Câmara Municipal, 15-8-1925.
- Lei Municipal nº 2.974, de 10-5-1926.
- Loureiro, Maria Amélia S. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo, DPH-PMSP, 1977.

NOTAS CAPÍTULO 3

- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 20-8-1936.
- A data de fundação desta Chevra Kadisha tem outras possibilidades, incluindo a década de 1920. É possível que ela tivesse uma existência menos formal ou institucional nos primeiros anos.
- Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos, op. cit.*
- Cytrynowicz, Roney e Zuquim, Judith. *Renascença 75 anos, op. cit.*
- Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos, op. cit.*
- Cytrynowicz, Roney e Cytrynowicz, Monica Musatti. A Congregação Israelita dos Pequenos. História do Lar das Crianças da Congregação Israelita Paulista – 65 anos. São Paulo, Narrativa Um, 2002 e Cytrynowicz, Roney e Zuquim, Judith. *A Construção de um Projeto para a Juventude. Uma história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avunbandava*. São Paulo, CIP, 1998.
- Lesser, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica, op. cit.*
- Fausto, Boris. *A Revolução de 30 – História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- Gomes, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, 2ª ed., e Schwartzman, Simon (org.). *Estado Novo, um Auto-Retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília, Editora UnB, 1982.
- Milgram, Avraham. *Os judeus do Vaticano. A tentativa de salvação de católicos – não-arianos – da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. São Paulo, Imago, 1994.
- Cytrynowicz, Roney. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”, in: Grinberg, Keila. *Os judeus no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- Cytrynowicz, Roney. “Cotidiano, imigração e preconceito...”, *op.cit.*, e Maio, Marcos Chor. “Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30”, in: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado-Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- Cytrynowicz, Roney. Cotidiano, imigração e preconceito...”, *op.cit.*

- Falbel, Nachman. *Jacob Nachbin*. São Paulo, Nobel, 1985 p. 80.
- Falbel, Nachman. *Nachbin, op.cit.*, p. 82.
- Schusheim, A.L. “Desde a Federação hasta La Alianza”, in: Feiertein, Ricardo. *Comunidad Judía de Buenos Aires*. Buenos Aires, Milá, 1995, p.62.
- Mirelman, Victor. “Una kehilá en proceso de formación”, in Feiertein, Ricardo, *op. cit.*, p. 64.
- Livro Caixa nº 1 SCISP, 1936-1944 e atas das reuniões de diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de S.Paulo, 10-2-1941 e 1-2-1945.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 6-10-1940.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 1941 a 1947.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 8-10-1947.
- Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1946 a 1955.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 22-9-1946.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 8-10-1947.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 8-9-1948.
- Hilberg, Raul. *The Destruction of the European Jews*. New York, New View-Pints, 1973.
- Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 20-8-1940.
- Revista *Aonde Vamos?*, 22-4-1943, p. 17.
- Malamud, Samuel. *Do Arquivo e da Memória. Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial*. Rio de Janeiro, Bloch, 1983, pp. 39 e 40.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo* com a publicação do resumo da ata de fundação da Sociedade Religiosa Israelita de Última Caridade, 1-6-1944, nº 120, ano 54.

NOTAS CAPÍTULO 4

- Bonalume Neto, Ricardo. *A Nossa Segunda Guerra. Os brasileiros em combate 1942-1945*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1995.
- Fausto, Boris. *História do Brasil, op. cit.* e Saes, Flávio Azevedo Marques de; Gremaud, Amaury Patrick e Toneto Júnior, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1997.
- Sundfeld, Roberta e Rodrigues, Marly. *Fisesp 50 anos: uma trajetória coletiva*. São Paulo, Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1996.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 22-10-1946.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 4-4-1946.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 4-4-1946.
- Feierstein, Ricardo. *Comunidad Judía de Buenos Aires*. Buenos Aires, Milá, 1995, p. 15.
- Feierstein, Ricardo, *op. cit.*, p. 15.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 30-10-1945.
- Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos, op. cit.*
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 2-9-1947.
- Estatutos da SCISP, 1947.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 2-9-1947.
- Art. 4º. Estatutos da SCISP, 1947.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 2-9-1947.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 8-9-1948.
- Estatutos da SCISP, 1947.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 4-4-1949.

NOTAS CAPÍTULO 5

- Wolff, Egon e Frieda. *Sepulturas IV – Simbolismo e Arte Sepulcral Judaica*. Rio de Janeiro, Cemitério Comunal Israelita, 1989, p. 7.
- Cymbalista, Renato. *Cidade dos Vivos*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2002, p. 87.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 4-4-1949.
- Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 8-5-1957.
- Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1946 a 1955.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 28-5-1946.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 4-4-1949.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 6-4-1954.
- Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 18-3-1953.
- Timpanaro, Mirtes. *A morte como memória...*, *op. cit.*, p. 68.
- Valladares, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro, MEC, 1972, p. 583.
- Valladares, Clarival do Prado, *op. cit.*, p. 583.
- Ariès, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 116.
- Timpanaro, Mirtes, *op. cit.*, p. 221.
- Timpanaro, Mirtes, *op. cit.*, p. 221.
- Ariès, Philippe, *op. cit.*, p. 49.
- Loureiro, Maria Amélia S. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo, DPH-PMSP, 1977, p. 52.
- São Paulo, Prefeitura Municipal. *100 anos de serviço funerário*. São Paulo, PMSP, 1977.
- Cymbalista, Renato. *Cidade dos Vivos, op. cit.*, p. 17.

História da Associação Cemitério Israelita de São Paulo



História da Associação Cemitério Israelita de São Paulo



FONTES DE PESQUISA E BIBLIOGRAFIA

20. Cymbalista, Renato. *Cidade dos Vivos, op. cit.*
21. Janovitch, Paula Ester. “Origem e história dos sepultamentos dos israelitas em São Paulo...”, *op. cit.*
22. Cymbalista, Renato. *Cidade dos Vivos, op.cit.*
23. Cymbalista, Renato. *Cidade dos Vivos, op. cit.*, p. 72.
24. São Paulo, Prefeitura Municipal. *100 anos de serviço funerário, op. cit.*
25. São Paulo, Prefeitura Municipal. *100 anos de serviço funerário, op. cit.*

NOTAS CAPÍTULO 6

1. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 11-3-1953.
2. Lei Municipal nº 4.100 de setembro de 1951.
3. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 18-10-1950.
4. Escritura de compra e venda do sítio Bento de Lima, 14-11-1950.
5. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1946 a 1955.
6. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 23-8-1951.
7. Relatório do assessor-técnico da prefeitura, Lysandro Pereira Silva, 29-12-1950.
8. Idem.
9. Relatório técnico do engenheiro civil sanitário da prefeitura, 21-2-1951.
10. Janovitch, Paula Ester. “Origem e história dos sepultamentos dos israelitas em São Paulo...”, *op.cit.*
11. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1946 a 1955.
12. Idem.
13. Idem.
14. Idem.
15. Cytrynowicz, Monica Musatti e Cytrynowicz, Roney. *Somos todos iguais e diferentes. História do Ciam e da Aldeia da Esperança. São Paulo, Narrativa Um, 2004.*
16. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 8-11-1949.
17. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1946 a 1955.
18. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 22-4-1953.
19. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 4-5-1953.
20. Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos, op. cit.*
21. Estatutos da Comunidade Israelita Sefaradí de São Paulo, 1956.
22. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 1957-58.
23. Atas das Assembléias Gerais da SCISP.
24. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1946 a 1955.
25. Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 28-6-1954.
26. Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 28-6-1954.
27. Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 8-8-1954.
28. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 4-4-1949.
29. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 23-8-1951.
30. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 19-8-1952.
31. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 11-3-1953.
32. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 11-3-1953.
33. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 23-3-1953.
34. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 8-9-1953.
35. “A Federação e o CIP em foco”, *Aonde Vamos?*, 21-7-1955, p. 7.
36. “O yshuv paulista em crise”, *Aonde Vamos?*, 28-7-55, p. 2.
37. Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, registrado em 31-3-1955.
38. Carta do “Comitê pró-chapa da Coletividade” enviada em 8-9-1955.
39. Carta Aberta da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, 25-9-1955.
40. Carta Aberta da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, 25-9-1955. Sobre este episódio, Sundfeld, Roberta e Rodrigues, Marly. *Fisesp 50 anos: uma trajetória coletiva, op. cit.*, que o conta a partir da documentação da Fisesp.
41. Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 5-10-1955.
42. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1946 a 1955.
43. Livro de presença nas Assembléias Gerais da SCISP, 1930 a 2001.
44. Atas das Assembléias Gerais da SCISP, 1-12-1955.
45. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1955 e 1956.
46. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1959 a 1961.
47. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1959 a 1961.
48. Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1960.
49. Art. 4º, item G, Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1960.
50. Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1960.

NOTAS CAPÍTULO 7

1. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 3-10-1962.
2. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 15-5-1963.
3. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 18-12-1968.
4. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 30-10-1964.
5. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 10-9-1958.

6. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1959 a 1961.
7. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 24-4-1968.
8. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 24-6-1968.
9. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 13-11-1968
10. Cytrynowicz, Roney. *Unibes 80 anos, op. cit.*

NOTAS CAPÍTULO 8

1. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 11-1-1972.
2. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 4-12-1973.
3. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 8-5-1981.
4. Wolff, Egon e Frieda. *Breve Histórico da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, op. cit.*
5. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 21-1-1970.
6. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 28-1-1970.
7. Ata de Assembléia Geral da Sociedade Religiosa Israelita Feminina, 31-7-1968.
8. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 25-11-1970.
9. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 7-6-1972.
10. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 10-5-1972.
11. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 26-7-1972.
12. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 26-7-1972.
13. Kushnir, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição, op. cit.*, p. 206. Não se sabe exatamente, de fato, quantas sepulturas havia no Cemitério Israelita de Santana.
14. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 25-10-1972.
15. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 13-12-72.
16. Janovitch, Paula Ester. “Origem e história dos sepultamentos dos israelitas em São Paulo...”, *op. cit.*
17. Alves, Evania Martins. *O Cemitério Israelita em Cubatão: Um capítulo da história dos judeus na Baixada Santista 1930-1967 (?)*. Monografia de conclusão do curso de História, Fafis-Unisantos, 1992. Este é o único estudo sobre o Cemitério de Cubatão que foi possível localizar e não deixa de ser emblemático das dificuldades e lacunas de pesquisa, no início dos anos 1990, para abordar o tema de forma acadêmica.
18. Alves, Evania Martins, *op. cit.*
19. O número exato de sepulturas que existiam no Cemitério Israelita de Cubatão comporta uma certa margem de dúvida. Em 1992, antes da restauração, portanto, Evania Martins Alves listou 69 sepulturas. Beatriz Kushnir, no livro publicado em 1996 (também antes da restauração) se refere a 70 túmulos. Existem três ordens de explicação inter-relacionadas: túmulos que eventualmente não tenham sido devidamente transferidos na mudança do cemitério em 1951 e 1952, túmulos que tenham se deteriorado por completo, apagando-se a identificação e, por fim, divergências entre as listas oficiais de registro de sepultamento e os túmulos efetivamente existentes.
20. Alves, Evania Martins, *op. cit.*
21. *Chevrá Kadisha Informa*.
22. “Cemitério Israelita vira ponto de atração histórica”, *A Tribuna*, 19-12-1977, p. A13.
23. Janovitch, Paula E. “Origem e história dos sepultamentos dos israelitas em São Paulo...”, *op. cit.*

NOTAS CAPÍTULO 9

1. Hilberg, Raul. *The Destruction of the European Jews, op.cit.*
2. Wolff, Egon e Frieda. *Breve Histórico da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, op.cit.*, p. 65.
3. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, 18-10-1950.
4. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, março/1964.
5. Relatório de diretoria da SCISP, gestão 1959 a 1961.
6. Kahan, Moisés. *Judeidade*. São Paulo, CEIB-Macabi, 1968, pp. 121-122.
7. Atas das reuniões de diretoria da SCISP, junho/1964.
8. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 7-7-1965.
9. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 14-12-1968.
10. Ata de Reunião da Diretoria da SCISP, 14-11-1972.

NOTAS CAPÍTULO 10

1. Ata de reunião da diretoria da SCISP, 8-5-1981.
2. Wolff, Egon e Frieda. *Breve Histórico da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, op. cit.*, p. 89.
3. Ata de reunião da diretoria da SCISP, 14-8-1985.
4. Ata de reunião da diretoria da SCISP, 14-8-1985.
5. *Chevrá Kadisha Informa*, nº 11, mai. 2001.
6. *Chevrá Kadisha Informa*, nº 10, fev. 001.
7. *Chevrá Kadisha Informa*, nº 10, fev. 2001.
8. *Chevrá Kadisha Informa*, nº 23, mar. 2006.
9. *Chevrá Kadisha Informa*, nº 26, dez. 2006.
10. *Chevrá Kadisha Informa*, nº 26, dez. 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

Prefeitura do Município de São Paulo – Arquivo Municipal de Processos

Processo 0127.478/1915 – Abaixo-assinado de membros da colônia israelita ao prefeito municipal.

Processo 0168.318/1917 – Ofício referente ao pedido da Colônia Israelita à Prefeitura.

Processo 0166.907/1917 – Abaixo-assinado dos membros da colônia israelita, 22-3-1917.

Processo 0166.907/1917 – Relatório da Diretoria de Obras e Viação, 4-6-1917.

Processo 0166.907/1917 – Relatório das Comissões Reunidas de Higiene e Saude Publica e Obras da Câmara Municipal, 28-4-1919.

Processo 0214.322/1919 – Lei Municipal nº 2.191 que aceita a doação do terreno de Maurício Klabin e instalação do Cemitério Israelita, 12-5-1919.

Processo 0015.823/1923 – Requerimento de Oficialização do Cemitério Israelita; Carta de Jacob Nebel ao prefeito de São Paulo, 27 -3-1923.

Processo 0015.823/1923 – Requerimento de Oficialização do Cemitério Israelita; Relatório do Procurador Fiscal da Prefeitura de São Paulo, 7-4-1923.

Processo 0015.823/1923 – Requerimento de Oficialização do Cemitério Israelita; Relatório da Diretoria de Higiene da Prefeitura de São Paulo, 25-4-1923.

Processo 0013.995/1923 – Carta de Hugo Lichtenstein ao prefeito de São Paulo, 28-4-1923.

Processo 0011.065/1923 – Relatório da Comissão de Justiça e Polícia da Câmara Municipal, 6-6-1923.

Processo 0011.065/1923 – Relatório da Comissão de Justiça da Câmara Municipal, 30-6-1923.

Processo 0027.727/1923 – Lei Municipal nº 2.624, que dispõe sobre o Cemitério dos Israelitas de Villa Marianna, de 9-8-1923.

Processo 0011.028/1926 – Estatutos da Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita, 3-10-1924.

Processo 0011.028/1926 – Carta da diretoria da Sociedade Religiosa e Beneficente Israelita ao prefeito de São Paulo, 26-2-1925.

Processo 0011.028/1926 – Parecer da Diretoria de Higiene, de 12-5-1925.

Processo 0011.028/1926 – Parecer do Assessor da Câmara Municipal, 15-8-1925.

Processo 0011.028/1926 – Parecer das comissões reunidas de Justiça, Obras, Finanças e Higiene da Câmara Municipal, 4-11-1925.

Processo 0011.028/1926 – Parecer das comissões reunidas de Justiça, Obras, Finanças e Higiene da Câmara Municipal, 5-4-1926.

Processo 0011.028/1926 – Lei Municipal nº 2.974, que dispõe sobre a criação do Cemitério Israelita de Sant’Anna, de 10-5-1926.

Processo 0123.890/1950 – Relatório do assessor-técnico da prefeitura, Lysandro Pereira Silva, 29-12-1950.

Processo 0123.890/1950 – Relatório técnico do engenheiro civil sanitário da Prefeitura, 21-2-1951.

Processo 0134.511/1951 – Lei Municipal nº 4.100, que dispõe sobre cemitérios particulares, de 6-9-1951.

Processo 0050.852/1954 – Decreto Municipal nº 2.415, fevereiro de 1954.

Processo 0140.478/1952 – Lei Municipal nº 5.082, que dispõe sobre cemitérios religiosos e dá outras providências, de 19-11-1956.

Acervo da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo

Ata de fundação da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 25-2-1923.

Livro de Atas das Reuniões de Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1930 a 1953.

Livro de Atas das Reuniões de Diretoria da SCISP, 1954 a 1959.

Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – dezembro 1959 a janeiro 1964.

Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – janeiro 1964 a dezembro 1965.

Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – janeiro 1966 a maio 1969.

Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – maio 1969 a dezembro 1972.

Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – dezembro 1972 a maio 1981.

– Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – maio 1981 a outubro 1985.



Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – outubro 1985 a outubro 1995.

Livro de Ata de Reuniões da Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo – novembro 1995 a dezembro 1999.

Livro de presença nas Assembléias Gerais da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1930 a 2001.

Livro de Atas das Assembléias Gerais e Extraordinárias da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 18-1-1930 a 12-4-2001.

Relatório de Diretoria da SCISP, gestão 1923 a 1929.

Relatório de Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, gestão 1946 a 1955.

Relatório de Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, gestão 1955 e 1956.

Relatório de Diretoria da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, gestão 1959 a 1961.

Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo (Anexo ao Cemitério Municipal de Villa Marianna), 8-3-1923.

Diário Oficial do Estado de S. Paulo com a publicação do estatuto e ata de fundação da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo (Anexo ao Cemitério Municipal de Villa Marianna), 20-3-1923, p. 2.181.

Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1947.

Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1954 (registrados em 31-3-1955).

Estatutos da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1960.

Pasta de atestados e autorizações para sepultamento, 1923 e 1924.

Carta do presidente da SCISP, Hugo Lichtenstein, ao prefeito municipal, 28-4-1923.

Pasta de Propostas para Admissão de Sócios Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1923 e 1924.

Livro Caixa nº 1, Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo, 1936-1944.

Diário Oficial do Estado de S. Paulo com a publicação do resumo da ata de fundação da Sociedade Religiosa Israelita de Última Caridade, 1-6-1944, nº 120, ano 54.

Escritura de compra e venda do sítio Bento de Lima, 14 de novembro de 1950.

Periódico *Chebra Kadisha Informa*, 1997 a 2008.

Cópia do livro de Ata de Assembléia Geral da Sociedade Religiosa Israelita Feminina, de 30-6-1924 a 31-7-1966.

Acervo do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro

Coleção da revista *Aonde Vamos?* – 1945 a 1960.

Fundo Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo.

Carta do “Comitê Pró-chapa da Coletividade”, enviada em 8-9-1955.

Carta Aberta da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, 25-9-1955.

Carta do “Comitê Pró-chapa da Coletividade”, enviada em 7-10-1955.

Carta da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, 30-11-1955.

BIBLIOGRAFIA

Almanaque Ilustrado de São Paulo. São Paulo, 1904.

AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo, Governo do Estado, 1980.

ALVES, Evania Martins. *O Cemitério Israelita em Cubatão: Um capítulo da história dos judeus na Baixada Santista 1930-1967(?)*. Monografia de conclusão do curso de História, Unisantos, 1991.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

BARBOSA, Ruy. *Commentários à Constituição Federal Brasileira*. Colligidos e ordenados por Homero Pires. Volume v. São Paulo, Saraiva, 1934.

BALEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Volume II. Brasília, Senado Federal e Centro de Estudos Estratégicos/ Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.

BONALUME Neto, Ricardo. *A Nossa Segunda Guerra. Os brasileiros em combate – 1942-1945*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1995.

CARONE, Edgard. *Brasil. Anos de Crise 1930-1945*. São Paulo, Ática, 1991.

CYMBALISTA, Renato. *Cidade dos Vivos*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2002.

_____. *Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro – séculos XVI e XVII*. Tese de doutorado, FAU-USP, 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Unibes 80 anos. Uma história do trabalho social na comunidade judaica em São Paulo*. São Paulo, Narrativa Um, 2000.

_____. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940”, in: GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

CYTRYNOWICZ, Monica Musatti e CYTRYNOWICZ, Roney. *Somos todos iguais e diferentes. História do Ciam e da Aldeia da Esperança*. São Paulo, Narrativa Um, 2004.

_____. *Hebraica 50 anos – 1953-2003*. São Paulo, Narrativa Um, 2003.

_____. *A Congregação Israelita dos Pequenos. História do Lar das Crianças da Congregação Israelita Paulista – 65 anos*. São Paulo, Narrativa Um, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney e ZUQUIM, Judith. *Renascença 75 anos – 1922-1997*. São Paulo, Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença, 1997.

_____. *A Construção de um Projeto para a Juventude. Uma história do Grupo Escoteiro e Distrito Bandeirante Avanhandava*. São Paulo, CIP, 1998.

Encyclopaedia Judaica. Verbetes “Cemetery”, “Brazil”, “Hevra Kadisha”, “Rio de Janeiro”, “São Paulo” e “Tombs”. Thomson Gale/Keter, 2007, Second Edition.

FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*. São Paulo, Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.

_____. *Jacob Nachbin*. São Paulo, Nobel, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1999, 7ª ed.

_____. *A Revolução de 30 – História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1972.

FREITAS, Afonso de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo, Governo do Estado, 1978.

GEIGER, Paulo. *Kehilá – Álbum histórico da Comunidade Judaica do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Colégio A. Liessin-Sholem Aleichem, 2005.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, FGV/Universidade São Francisco, 2000.

_____. *A Invenção do Trabalho*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

HILBERG, Raul. *The Destruction of the European Jews*. New York, New View-Pints, 1973.

HIRSCHBERG, Alice Irene. *Desafio e Resposta. A história da Congregação Israelita Paulista*. São Paulo, Congregação Israelita Paulista, 1976.

JANOVITCH, Paula E. “História da formação do cemitério particular israelita na cidade de São Paulo”, in: *Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo: Um Marco de Construções da Vida Comunitária*. Mimeo. São Paulo, SCISP, 2001.

JORDÃO, Moacyr de Faria. *Embu de ontem e de hoje*. São Paulo, Serviços de Museus Históricos, 1968.

_____. *Embu na história de São Paulo*. Embu, Prefeitura Municipal, 1960.

_____. *Embu, terra das artes e berço de tradições*. Serviço Gráfico da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, [1972].

KAHAN, Moisés. *Judeidade*. São Paulo, CEIB-Macabi, 1968.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição*, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. “Zonas de Solidariedade”, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 2, nº 16, jan. 2006.

LAFER, Celso. “Estado Laico”. *O Estado de S. Paulo*. 20-5-2007, p. A2.

LESSER, Jeffrey. *Pawns of the Powerfull. Jewish Immigration to Brazil 1904-1945*. Tese (Doutorado em História). New York University, 1989.

_____. *O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

LOUREIRO, Maria Amélia S. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo, DPH-PMSB, 1977.

MAIO, Marcos Chor. “Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, FGV, 1999.

MASAROLO, Pedro Domingos. *O bairro da Vila Mariana*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1971.

MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo, Ateliê, 2003.

MORENO DE CARVALHO, Francisco. “Visão histórica do sepultamento no judaísmo: dos tempos bíblicos até nossos dias”, in: *Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo: Um Marco de Construções da Vida Comunitária*. Mimeo. São Paulo, SCISP, 2001.

MOREIRA PINTO, Alfredo. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo, Governo do Estado, 1979.

MOURA, Sérgio Lobo e GOUVÊA DE ALMEIDA, José Maria. “A Igreja na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. III. *O Brasil Republicano*. 2. *Sociedades e Instituições (1989-1930)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990, 4ª ed.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*, São Paulo, Edusp, 1995.

PINHEIRO, Joaquim Gil. *Memórias de Mboy: etnográficas, históricas e etimológicas*. São Paulo, Graphica Moderna, 1911.

PINKUSS, Fritz. *O Caminho de uma Geração 1933 – 1966*. São Paulo, Congregação Israelita Paulista / Fundação Fritz Pinkuss, 1966.

PONTES, José Vidigal. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. São Paulo, Terceiro Nome, OESP, 2003.

QUERIDO, Maria José Silva. *Butantã e suas veredas: guia cultural e turístico*. São Paulo, RQ, 1999.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo 1899-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

RATTNER, Henrique. *Tradição e Ruptura (A comunidade judaica em São Paulo)*. São Paulo, Ática, 1977.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado Rezende. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana*. São Paulo, Necrópolis, 2006.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; GREMAUD, Amaury Patrick e TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um Auto-Retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília, Editora UnB, 1982.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. *100 anos de serviço funerário*. São Paulo, PMSB, 1977.

SCLIAR, Moacir. “prefácio” in LARGMAN, Esther. *Jovens Polacas*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.

SEGALL, Maria Lúcia Alexandrino. *O Museu Lasar Segall na década de 70*. São Paulo, Edusp, 1991.

SHIBAKI, Viviane Veiga. *Avenida Paulista: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo*. Dissertação de pós-graduação em Geografia Humana, FFLCH-USP, 2007.

STAROBINAS, Lillian. “História Institucional da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo”, in: *Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo. Um Marco de Construção da Vida Comunitária*. Mimeo. São Paulo, SCISP, 2001.

SUNDFELD, Roberta e RODRIGUES, Marly. *Fisesp 50 anos: uma trajetória coletiva*. São Paulo, Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1996.

TIMPANARO, Mirtes. *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2006.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Ibirapuera*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Dep. do Patrimônio Histórico, 1977.

TSUJIMOTO, Emílio Haruo. *Sakai Embu*. Departamento de História, FAU-USP, 1966.

VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro, MEC, 1972.

WOLFF, Egon e WOLFF, Frieda. *Breve Histórico da Sociedade Cemitério Israelita de São Paulo*. Rio de Janeiro, sle, 1989.

_____. *Guia Histórico-Sentimental Judaico Carioca*. Rio de Janeiro, 1987.

_____. *Sepulturas de Israelitas II*. Rio de Janeiro, Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Sepulturas IV – Simbolismo e Arte Sepucral Judaica*. Rio de Janeiro, Cemitério Comunal Israelita, 1989.



CRÉDITOS DE IMAGENS

- Fotografias atuais de Benjamin Steiner / Acervo da Associação
Cemitério Israelita de São Paulo
Capa e páginas 2, 21, 24, 31, 34, 39, 40, 42, 59, 60, 64, 65, 66,
67, 68, 69, 83, 84, 88 (dir.), 92, 99, 104, 108, 109, 110 e 112
(esq.).
- Acervo da Associação Cemitério Israelita de São Paulo
Páginas 7, 9, 10, 14, 15, 19, 26, 27, 28, 29, 33, 37, 38, 45, 47, 49,
52, 56, 57, 58, 70, 75, 82, 86, 87, 88 (esq.), 89, 90, 91, 94, 95,
97, 98 (dir.), 103, 106, 107, 112 (dir.), 113, 114, 115, 116, 117
e 118.
- Arquivo Histórico Judaico Brasileiro
Páginas 41, 44, 51, 54, 55, 72, 73, 74 e 76.
- Arquivo Municipal de Processos/ Prefeitura do Município de São
Paulo
Páginas 12, 13, 17, 23, 37 e 38.
- Centro de Documentação e Memória de Klabin / Coleção Lasar
Segall.
Páginas 16
- Acervo pessoal Zélia Temin
Página 30
- Acervo pessoal de Mina Zveibil
Página 46
- Fotografias de Monica Musatti Cytrynowicz
Páginas 62, 63, 79, 81, 96, 98 (esq.)
- Livro *Renascença 75 Anos 1922-1997*, São Paulo, SHBR, 1997
Página 41
- Livro *Unibes 85 anos 1915-2000*, São Paulo, Narrativa Um, 2000
Página 44

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS (RJ)

C998a
Cytrynowicz, Monica Musatti, 1964-
Associação Cemitério Israelita de São Paulo, 85 Anos: Patrimônio da
História da Comunidade Judaica e da Cidade de São Paulo / Monica Musatti
Cytrynowicz, Roney Cytrynowicz. – São Paulo: Narrativa Um, 2008.
II.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-88065-21-5

1. Associação Cemitério Israelita de São Paulo – História. 2. Judeus – São
Paulo (SP) – História. 3. Judeus – São Paulo (SP) – Ritos e cerimônias fúne-
bres. 4. Cemitérios – Aspectos sociais – Brasil. 5. São Paulo (SP) – História.
I. Cytrynowicz, Roney, 1964-. II. Título.

08-4176

CDD-981.611
CDU-94(816.11)
